

GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE



45ª Reunião Extraordinária do CONAMA

02 de setembro de 2005

Local: Auditório dos Pássaros Centro de Eventos Pantanal - CUIABÁ/MT

(Transcrição ipso verbis)
[Stenotype Brasil Ltda.]

1 **Mestre de Cerimônias**

2
3 Senhoras e senhores, bom dia. Solenidade de abertura da 45ª Reunião do Conselho Nacional do Meio Ambiente, CONAMA. Nesse momento passamos a compor a mesa de honra e para compor a mesa convidamos o senhor Governador do Estado de Mato Grosso, Blairo Borges Maggi; senhora Ministra de Estado de Meio Ambiente, Marina Silva; senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Deputado Silval Barbosa; senhor Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Cláudio Langone; senhor Secretário de Estado do Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso, Marcos Henrique Machado; magnífico Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso, Paulo Speller; senhor Secretário de Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, Gilnei Viana; senhor Secretário de Biodiversidade e Floresta do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco; senhor Presidente do IBAMA, Marcos Barros; senhor Conselheiro do CONAMA, um dos pioneiros da política ambiental do Brasil, Paulo Nogueira Neto. Convidamos a todos, para em pé, cantar o Hino Nacional Brasileiro.

13
14 [EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO]

15
16 **Mestre de Cerimônias**

17
18 O Conselho Nacional de Meio Ambiente, CONAMA, completou 24 anos nesse dia 31 de agosto e vem comemorar esse aniversário em Cuiabá realizando sua 45ª Reunião Extraordinária dedicada ao tema: "Prevenção ao desmatamento, ações dos governos da Amazônia". O CONAMA é presidido pela Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e reúne 108 conselheiros que representam os governos estaduais, municipais e federal; as entidades da sociedade da civil e do setor empresarial além do Ministério Público Federal, estaduais e o Congresso Nacional. O CONAMA é considerado o vovô dos conselhos porque é um dos primeiros no país a reunir os mais diferentes segmentos de governo e sociedade. Foi estabelecido pela lei 6938 de 1981 que também criou o sistema e a política nacional do meio ambiente tendo caráter deliberativo, consultivo e normativo. A atual gestão do Ministério do Meio Ambiente tem como diretrizes o desenvolvimento sustentável, a política ambiental integrada, o fortalecimento do SINAMA e o controle e a participação social. O CONAMA, assim como os demais Conselhos Administrativos pelo Ministério do Meio Ambiente, tem sido um instrumento fundamental para a implementação dessas diretrizes. Hoje, o CONAMA comemora o seu aniversário abrindo espaço para um balanço sobre as políticas públicas de prevenção ao desmatamento na Amazônia num momento muito significativo de transição em toda a região. Tenhamos aqui hoje uma oportunidade positiva para impulsionarmos essa tendência de redução do desmatamento com iniciativas rumo a uma Amazônia verdadeiramente justa. O cerimonial registra as presenças do Sr. Décio Coutinho, Presidente do INDEA; João Virgílio, Procurador Geral do Estado; Alexandra Risk, Secretária do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria do Patrimônio da União; José Epaminondas, Secretário Adjunto da Secretaria de Indústria, Comércio, Minas e Energia; Clóvis Vettorato do Desenvolvimento Rural; Ieda Marli, Secretária de Desenvolvimento do Turismo; Deputado José Riba, 1º. Secretário da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa; Silvana Krieger, Superintendente da Saúde Coletiva; Coronel PM Orestes Oliveira, Secretário chefe da Casa Militar; Conselheiros e Conselheiras do CONAMA; Secretários do Meio Ambiente de outros estados e municípios; dirigentes da Indústria, Comércio e Agricultura; ONG's; Ministério Público Federal e Estadual; do senhor Presidente Dacamato Albero Alves; do senhor Gerson Natalino Barbosa, Promotor de Justiça do Meio Ambiente, neste ato representando o Procurador Geral de Justiça Dr. Paulo Prado; Wilton Marçal, Delegado do Meio Ambiente representando o Diretor da Polícia Civil; Dr. José Zuquim, Juiz da Vara Ambiental; Irineu Pazini, Presidente da FIEMT. Em seqüência a esta solenidade, fará uso da palavra nesse momento o senhor Secretário de Estado do Meio Ambiente, Marcos Henrique Machado.

45
46 **Marcos Henrique Machado – (Secretário de Estado do Meio Ambiente)**

47
48 Bom dia a todos presentes nessa reunião do CONAMA, à qual o Mato Grosso recebe com muita satisfação e com uma grande expectativa diante dessa nova fase da gestão ambiental no estado. O Governador Blairo Maggi; a senhora Ministra, Marina Silva; Deputado Silval Barbosa, em nome do qual cumprimento os demais Deputados Estaduais aqui presentes; o Dr. Cláudio Langone, em seu nome toda a equipe do Ministério do Meio Ambiente; colegas Secretários, quero cumprimentar na pessoa do Sr. Clóvis Vettorato, Secretário do Desenvolvimento Rural, todos que aqui se fazem presentes; Dr. Marcos Barros, Presidente do IBAMA, em seu nome saúdo todos os integrantes do IBAMA; senhores conselheiros, eu cumprimento a todos de forma carinhosa na pessoa do Dr. Paulo Nogueira Neto; servidores, membros desse corpo de trabalho que foi iniciado com a união do Ministério Estadual, das secretarias de estado, dos institutos, entre os quais o ENDER(?) e a EMPAER(?). Eu quero agradecer a

57 presença e o prestígio na participação desse importante encontro do Conselho Nacional do Meio Ambiente, mas
58 também que em particular para o Mato Grosso visa celebrar dois importantes acordos. Acordos que foram
59 trabalhados de forma muito responsável e objetiva que visa uniformizar posturas públicas, identificar ações comuns e
60 encontrar soluções que resguardem a existência público ambiental sem perder de vista a importância da atividade
61 econômica do Estado de Mato Grosso. Por isso a participação efetiva de entidades do setor produtivo como a
62 FAMATO e FIEMT e das organizações não governamentais que a partir de ontem, no nosso encontro na
63 Universidade Federal de Mato Grosso, o reitor Paulo Speller, nós inserimos, acabamos de obter a autorização da
64 Ministra e do Governador para que esse acordo contemplasse um comitê paritário de acompanhamento das ações
65 visando a transparência e, com certeza, aquilo que ontem pedi, tanto na federação das indústrias quanto para todas
66 as entidades não governamentais: apoio. Nós precisamos melhorar a nossa comunicação, nossa informação e com
67 certeza demonstrar que nós somos capazes de não só implementar toda política nacional desejada, mas mostrar que
68 Mato Grosso tem capacidade pra assumir suas obrigações ambientais e dar exemplos. E é isso que nós esperamos
69 com o apoio da Assembléia Legislativa, que já criou a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, que nos permitiu uma
70 estrutura organizacional que nos permite assumir acordos com o Ministério do Meio Ambiente e com o IBAMA e
71 agora, a partir de hoje, também uma nova fase que necessariamente precisará da aprovação legislativa. Eu quero
72 crer que nós iremos construir, Ministra, juntamente com toda a vossa equipe um ambiente em Mato Grosso que com
73 certeza aqui no CONAMA possibilitará a consolidação de exemplos concretos que são o desejo da senhora e,
74 sobretudo também do Governador Blairo Maggi. Sejam bem-vindos. Eu espero que possam ter tempo para conhecer
75 as características de Cuiabá e, sobretudo, o seu calor infelizmente vocês trouxeram frio, isso não acontece,
76 normalmente, mas com certeza é possível ainda aproveitar dessas riquezas que Mato Grosso proporciona. Muito
77 obrigado e bom dia.

78

79 **Mestre de Cerimônias**

80

81 Com a palavra a senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente, Marina Silva.

82

83 **Marina Silva – (Ministra de Estado do Meio Ambiente)**

84

85 Bom dia a todos e a todas. Exmo. Senhor Governador do Estado do Mato Grosso, Blairo Maggi, que nos recebe tão
86 afetosamente nessa manhã para essa 45ª Reunião do CONAMA. E aproveitando para parabenizar o vovô dos
87 conselhos, mas que só tem 24 anos. Exmo. senhor Deputado Silval Barbosa, Presidente da Assembléia Legislativa
88 do Estado Mato Grosso; Dr. Marcos Barros, Presidente do IBAMA; Marcos Henrique Machado, Secretário de Estado
89 do Meio Ambiente do Mato Grosso; Dr. Cláudio Langone, Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente; Dr.
90 João Paulo Capobianco, Secretário de Biodiversidade e Floresta do Ministério do Meio Ambiente; Dr. Gilnei Viana,
91 Secretário de Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente; Dr. Professor Paulo Nogueira Neto,
92 Conselheiro do CONAMA, pioneiro da política ambiental do Brasil a quem quero cumprimentar nesse aniversário do
93 CONAMA, cumprimentando a todos os conselheiros e conselheiras; magnífico reitor da Universidade Federal do
94 Mato Grosso, Professor Paulo Speller e demais autoridades aqui presentes, Secretários de meio ambiente de
95 estado, representantes de governos locais, parceiros e parceiras do IBAMA. Em rápidas palavras quero apenas fazer
96 um cumprimento de acolhimento dessa importante reunião que estamos realizando hoje, a 45ª Reunião do CONAMA
97 ocorrida aqui no estado do Mato Grosso em função de um requerimento em caráter de urgência e de uma moção
98 aprovada na 44ª Reunião do CONAMA, que aconteceu em Campos do Jordão, aonde foi apresentado esses
99 instrumentos deliberando que esta reunião deveria acontecer aqui no Estado do Mato Grosso com o objetivo de
100 discutirmos a grave situação do desmatamento da Amazônia e que naquele momento tínhamos o recente anúncio
101 dos dados que davam conta de que tínhamos um aumento de desmatamento da Amazônia configurando esse
102 processo em 26.000 Km² de área desflorestadas e que a situação como motivo de preocupação à sociedade
103 brasileira, do Governo Federal, dos senhores conselheiros, enfim, de todos aqueles que se preocupam com esse
104 importante bioma que o Brasil é agraciado com a sua maior parte, decidiu que deveria essa reunião acontecer aqui
105 no Estado do Mato Grosso. Nós teremos hoje aqui uma profícua reunião com uma discussão do plano de combate
106 ao desmatamento do Governo Federal, que vem já em fase de implementação há cerca de onze meses, a
107 apresentação dos planos dos estados e conseqüentemente o esforço que vem sendo feito pelo Governo do Mato
108 Grosso. Tive a oportunidade de participar de uma reunião, de um seminário há poucos dias atrás em que estávamos
109 debatendo a questão dos rumos do desenvolvimento econômico-social do Mato Grosso em bases sustentáveis para
110 fazer frente à situação de termos aqui nesse Estado uma participação, à época, de 48% no desmatamento da
111 Amazônia. De sorte que esses esforços, eu quero aqui cumprimentar o Governador, ao Secretário Marcos Machado
112 e sua equipe, pelo trabalho que estamos fazendo em conjunto, quero agradecer as contribuições da sociedade civil.

113 O Secretário Executivo, Cláudio Langone, me relatava, que ontem tivemos uma reunião bastante interessante com
114 diferentes segmentos, tivemos reuniões com setores ligados ao segmento empresarial, às organizações não
115 governamentais e que tem aportado um conjunto de sugestões muito importantes para todo esse processo que
116 estamos vivenciando nesse esforço conjunto, como já temos no Estado do Acre, no Estado do Amazonas, no Estado
117 Pará, no Estado do Amapá e agora no Estado do Mato Grosso. Acredito que a realidade que temos presente hoje é
118 diferente, pelo menos tem uma forte sinalização de um processo positivo em curso, diferentemente da Reunião de
119 Campos do Jordão, mas mesmo assim longe de nós baixarmos a guarda, longe de nós não evitarmos todos os
120 esforços para que continuemos fazendo uma junção das ações de comando e controle com as ações estruturantes
121 de desenvolvimento sustentável que precisam necessariamente serem acompanhadas dessas ações de comando e
122 controle. De sorte, Governador, Secretário Executivo Cláudio Langone, senhores conselheiros, minhas senhoras e
123 meus senhores. Eu quero dizer da minha satisfação e do Ministério do Meio Ambiente de estarmos reunidos aqui
124 nessa reunião do CONAMA. Dizer da minha satisfação de presidir particularmente essa sessão de debates, que no
125 meu entendimento é histórica na Amazônia, desejando a todos os senhores e senhoras, uma profícua reunião e de
126 que possamos dar curso a esse processo rico, dinâmico e vigoroso de ações estruturantes para combater o
127 desmatamento da Amazônia. Eu vou ter a oportunidade de me manifestar mais especificamente como Presidente da
128 CONAMA, mas nessa oportunidade gostaria de dizer a todos os senhores e senhoras do quanto é importante de
129 estarmos nessa manhã, com essa mudança no clima, talvez, para dar uma esfriada nos ânimos e um aquecimento
130 nas relações em favor da Amazônia e do desenvolvimento sustentável. Muito obrigada e bom dia a todos.

131
132 **Mestre de Cerimônias**

133
134 Senhoras e senhores ouviremos o pronunciamento do senhor Governador do Estado de Mato Grosso, Blairo Borges
135 Maggi.

136
137 **Blairo Borges Maggi – (Governador do Estado do Mato Grosso)**

138
139 Eu cumprimento e dou as boas vindas à Ministra do Meio Ambiente, a senhora Marina Silva; também cumprimento o
140 Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso, Deputado Silval Barbosa e também aproveito para
141 cumprimentar os demais Deputados estaduais aqui presentes; Dr. Marcos Barros, Presidente do IBAMA; Dr. Cláudio
142 Langone, Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente; Dr. Gilnei Viana, Secretário de Desenvolvimento
143 Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, nosso conterrâneo; Sr. João Paulo Capobianco, Secretário de
144 Biodiversidades e Florestas do Ministério do Meio Ambiente; cumprimento também o Dr. Marcos Machado,
145 Secretário do Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso; magnífico reitor da Universidade Federal do Mato Grosso,
146 Dr. Paulo Speller e o Sr. Paulo Nogueira Neto, Conselheiro do CONAMA e pioneiro da política ambiental no Brasil;
147 cumprimento os demais conselheiros do CONAMA; Secretários de Meio Ambiente de outros estados aqui presentes;
148 a todas as senhoras e todos os senhores e desejo a todos que tenhamos ou que tenham uma boa reunião e que
149 desse encontro, dessa reunião possam, no final, termos pontos convergentes e aqueles que não forem convergentes
150 que as disputas e as discussões possam levar a um bom termo aquilo que se pretenda na política ambiental do
151 Brasil. Bom, Ministra, como eu não terei, acho que não terei oportunidade durante o dia de me manifestar também,
152 porque não estou inscrito para falar e pretendo ouvir muito mais do que falar nessa reunião, eu gostaria de deixar
153 aos conselheiros do CONAMA e todos aqueles que fazem parte do sistema do meio ambiente do Brasil, algumas
154 questões que o Estado Mato Grosso é particularmente diferente dos outros estados e que o Mato Grosso tem três
155 ecossistemas distintos, nós temos o pantanal, nós temos o cerrado e temos uma porção de floresta amazônica no
156 nosso Estado. E fizemos parte legalmente da liga amazônica ou da Amazônia legal brasileira. Portanto, desde a
157 divisa do Mato Grosso com o Mato Grosso do Sul, daqui a 300 Km. ao sul, ainda pertencemos à liga amazônica.
158 Portanto, vamos lá dentro do Mato Grosso do Sul, vamos no Goiás, enfim, o território mato-grossense, de 906.000
159 Km² ele tem parte efetivamente amazônica e parte não amazônica que é da Bacia do Prata. Portanto, é um estado
160 que, quando as pessoas se referem ele e falam sobre a Amazônia, nós estamos falando sobre um território que não
161 é totalmente amazônico. Isso tem trazido alguns questionamentos e alguns problemas para o Estado do Mato
162 Grosso, principalmente no momento em que ele se transformou, e aí chamou a atenção do restante do mundo,
163 quando ele se transformou maior produtor de grãos desse país. Na soja; no algodão; na pluma e também em outros
164 produtos como a cana-de-açúcar, nós somos quarto ou quinto colocado; somos segundo maior produtor de arroz
165 nesse país. E temos uma população que vive nesse Estado e que vem - na maior parte, veio de outras regiões do
166 Estado do Mato Grosso, em busca da sua atividade original, que era do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São
167 Paulo - essencialmente agrícola. E que, então, vieram atrás dessas terras e que naquele momento uma legislação
168 diferente da que nós temos hoje permitia a abertura de áreas e o crescimento, e, portanto, foi feito. O Mato Grosso

169 se transformou num grande produtor de proteína vegetal e com o tempo vai se transformar também num grande
170 produtor de proteína animal agregando valor nessa produção de milho, nessa produção de soja, enfim, do que nós
171 temos aqui no Estrado do Mato Grosso. Então, esse é um ponto que deve ser levado em conta e feito uma reflexão
172 quando falarem em Estado do Mato Grosso, ter na cabeça e na consciência que nós temos uma parte do Estado do
173 Mato Grosso que legalmente faz parte da Amazônia, mas que fisicamente não faz. Então, eu gostaria de num
174 primeiro momento dizer isso: que nós temos que olhar essas duas porções. Afora o pantanal mato-grossense, que
175 corresponde a quase 13% do nosso território, e que nesse território nós não permitimos atividades econômicas que
176 não sejam a criação extensiva da pecuária que já faz parte do meio ambiente do pantanal. Inclusive, Ministra, acho
177 que se tirar o boi de lá dá um desequilíbrio ecológico hoje, porque ele já vive aí há 300 anos de pecuária extensiva
178 dentro do pantanal. Mas que a legislação mato-grossense, a legislação ambiental do Estado proíbe qualquer tipo de
179 desmatamento no pantanal ou outras atividades no pantanal mato-grossense. Portanto, está preservado. Acredito
180 que nós não teremos nenhum tipo de problema no futuro com a questão do pantanal. As coisas do pantanal, que
181 afetam o pantanal, elas estão fora do pantanal e não lá dentro do pantanal. Como, por exemplo, a questão do
182 saneamento básico. Um problema extremamente sério que, confesso eu como Governador e falo pelos prefeitos das
183 cidades que margeiam o pantanal mato-grossense, que nós não temos condições sozinhos de fazer esse
184 enfrentamento na questão do saneamento básico, porque como eu disse, os problemas do pantanal não estão
185 dentro do pantanal, mas estão fora. No momento em que nós pudermos resolver a questão do saneamento básico
186 em Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis, Jaciara, Tangará da Serra, Cáceres todas essas cidade que fazem parte
187 dessa bacia nós estaremos, efetivamente, preservando a qualidade de vida no pantanal mato-grossense. Na parte
188 amazônica nossa, aonde há grande discussão da questão do próprio desmatamento ou da ocupação desse solo,
189 dessas terras por pessoas que também vieram, como já disse aqui, do sul sob uma lei diferente, que depois a lei
190 mudou e nós temos que nos adaptar à lei, não há contestação sobre isso, mas que por algum tempo houve uma
191 confusão bastante grande sobre o quanto poderia ser utilizado, as pessoas que vivem nessas regiões acreditam que
192 têm direito assegurado por terem comprado essas terras num outro regime de lei. Eu sei que em lei ambiental não
193 tem direito adquirido, mas isso é um processo de conscientização que terá ser feito na população que vive no norte
194 do Estado Mato Grosso que tem o pensamento que estou dizendo aos senhores conselheiros do CONAMA. Então, é
195 um trabalho de conscientização que terá que ser feito. Mas existe na região norte, na porção amazônica do nosso
196 estado, um potencial imenso na questão madeireira. E que se bem regulado, bem trabalhado a auto-sustentado nós
197 teremos condições de não ter mais naquela região anseio e vontade ou necessidade de desmatamento de corte raso
198 mudando a cultura da economia da região para a questão madeireira auto-sustentável dentro dos planos de manejo
199 que deve ser feito e que temos no Brasil conhecimento tecnológico para fazer isso. Eu conheço alguns projetos de
200 madeira, de programas auto-sustentados que permitem o uso dessa riqueza natural que nós temos para o
201 desenvolvimento das comunidades. Portanto, nós temos um trabalho bastante grande a ser feito de conscientização,
202 mas também de legislação para permitir que essas atividades aconteçam de forma tranqüila e não chegarmos ao
203 ponto que chegou a pouco tempo atrás quando houve a ação do Ministério do Meio Ambiente, da Polícia Federal, do
204 Ministério Público que foi chamado de “Curupira”. Quer dizer, nesse momento se explodiu com toda uma estrutura,
205 que a própria Ministra disse em suas entrevistas, que há mais de 14 anos, 15 anos vinha acontecendo esse tipo de
206 situação, não só no Estado do Mato Grosso, mas na Amazônia como um todo. E numa grande reunião que foi
207 realizada ontem na federação, todos aqueles setores produtivos do Estado tiveram a oportunidade de colocar muito
208 claramente porque é que essas coisas foram acontecendo. Quer dizer, quando muitas pessoas começam a colocar
209 dificuldades para depois vender facilidades nós vamos ao rumo da corrupção, não há outra alternativa. Então, eu
210 defendo que o sistema legal seja um sistema aberto, transparente e dê acesso rápido para que as pessoas possam
211 fazer as suas atividades econômicas. Portanto, no termo de acordo que nós vamos assumir paulatinamente até
212 chegar em janeiro do ano que vem, para assumirmos as funções ou parte das funções que hoje o IBAMA, nós
213 pretendemos fazer isso de forma bem tranqüila. E, foi incluída aqui, agora, uma nova cláusula aonde a sociedade
214 civil organizada vai participar, vai fiscalizar, vai dar palpite. Nós queremos fazer isso de forma transparente, nós
215 queremos fazer isso de forma eficiente também, Ministra, para que os setores produtivos dessa região tenham a
216 possibilidade de fazer com que a definição de desenvolvimento auto-sustentado seja efetivamente cumprido. Eu, por
217 muito tempo, fiquei tentando imaginar o que era desenvolvimento auto-sustentável até que cheguei a uma conclusão
218 depois de algumas sugestões que me foram dadas, eu não sei se todo mundo tem a mesma interpretação sobre o
219 assunto, mas para mim o que me convenceu, tipo: o que é desenvolvimento auto-sustentado? O desenvolvimento
220 auto-sustentado é o desenvolvimento que permite a ocupação dos recursos naturais desse momento para atender as
221 necessidade da geração presente e que também sejam reservados para as gerações futuras os recursos naturais
222 necessários para que elas também possam se desenvolver. Então isso significa que não há nenhuma possibilidade
223 de fazermos simplesmente uma tranca geral, quer dizer: “Olha, não se pode fazer nada na floresta amazônica”.
224 Pode-se fazer muitas coisas desde que respeitadas as condições que estão aí colocadas e a legislação vigente no

225 nosso país. Portanto, eu diferentemente do que muitas pessoas julgam que eu seja, que nós aqui no Estado do Mato
226 Grosso somos um Estado que não obedecemos à lei, que fizemos as coisas contrário do que o meio ambiente
227 pensa, mas é muito diferente. Nós, como eu já expliquei no início, nós vivemos num território que tem ecossistemas
228 diferentes e que na hora de fazermos as contas é debitado para nós de um único lado. Portanto, o Estado de Mato
229 Grosso está disposto, como sempre esteve, mas agora nesse momento, Ministra, não só o Estado, não só a parte
230 política o executivo e o legislativo pensam na direção de uma produção auto-sustentada, mas também os produtores
231 do Estado do Mato Grosso, aqui representados pelo Albero Pereira, Presidente da FAMATO e tantas outras
232 atividades como da FIEMT, que representa a indústria madeireira do Estado do Mato Grosso, têm consciência plena
233 de que nós temos que procurar esse caminho e não há outra alternativa que não seja esse caminho. Portanto, nós
234 temos dois momentos na história do Estado do Mato Grosso: o que aconteceu até agora e o que vai acontecer no
235 futuro. Agora, o que vai acontecer no futuro também vai depender muito do que o Executivo Estadual, o Executivo
236 Nacional e, com certeza, esse Conselho determinarem o que vai ser feito no futuro. Se colocarem trancas muito
237 pesadas, que não deixarem que esse sistema de produção possa continuar trabalhando, obviamente você terá
238 muitas resistências para fazer. Mas o produtor agrícola do Estado de Mato Grosso, pecuário e também os
239 madeireiros sabem que o único agente que pode modificar o meio ambiente são eles mesmos, que são os próprios produtores,
240 os próprios madeireiros. Portanto, se eles podem agir para o mal, podem agir para o bem. Então vamos encontrar o
241 meio termo, aonde nós vamos fazer isso de forma auto-sustentada. Esse é o desejo e uma vontade do Governo do
242 Estado e um desejo e uma vontade do setor produtivo do Estado do Mato Grosso em que nós todos caminhemos na
243 mesma direção. E o Governo está colocando à disposição da Secretaria do Meio Ambiente, onde o Dr. Marcos
244 Machado assumiu o papel de conduzir essa política, não só a Secretaria em si, os servidores daquela Secretaria,
245 mas fazendo com que o Governo como um todo funcione nessa direção. Vamos fazer com que, por exemplo, nosso
246 instituto de defesa agropecuária, que está presente em 136 municípios dos 141 do Estado do Mato Grosso, possam
247 eles ajudarem na questão da fiscalização, na questão de fazer as intervenções necessárias, já que nós temos a partir
248 desse ano um sistema, o DPI, que é do Ministério do Meio Ambiente e que nos foi fornecido, e que nós temos hoje
249 um instrumento, temos hoje uma arma, temos a informação de saber o que está acontecendo em determinado lugar
250 e em determinado momento e em que lugar pode ser feito. Portanto, a estrutura do Governo, através do INDEA,
251 através da EMPAER, da empresa de pesquisa, que na verdade é uma empresa de assistência técnica no Estado do
252 Mato Grosso, mais a polícia militar nossa que está presente nos 141 municípios e muitas vilas que não são
253 municípios, nós temos um aparato que podemos fazer uma fiscalização eficiente, eficiente e fazer intervenção no
254 momento correto. Isso é uma determinação de Governo e é uma vontade do setor produtivo do Estado do Mato
255 Grosso que só quer uma coisa: quer trabalhar dentro da legalidade, mas aquilo que lhe é permitido que lhe seja
256 autorizada a fazer. Não colocar dificuldades para vender facilidades para não irmos no mesmo rumo que nós fomos
257 nos últimos 14 ou 15 anos da história brasileira. Isso não é um problema do Governo do Presidente Lula, do
258 momento que a Ministra Marina vive como Ministra do Meio Ambiente, mas foi dito, é uma coisa que vem de muito
259 tempo, que eu também herdei, que a Ministra herdou, que o Presidente herdou, que esse Conselho, que tem 25
260 anos, viu se formar durante esses 25 anos, esse problema e que, portanto, é imperativo que nesse momento, como
261 se diz na gíria, se dê um tapa na mesa, se mude a situação, mas que se permita o crescimento auto-sustentado
262 conforme eu tenho defendido. Nessa direção, Ministra, nós temos conversado e chegamos ao ponto de merecer por
263 parte do Ministério do Meio Ambiente, da Marina Silva, do Presidente do IBAMA, de todo o seu corpo técnico
264 recebermos a autorização de fazermos um convênio para gerirmos essa questão ambiental no Estado do Mato
265 Grosso durante três anos. Eu sei que esse é um gesto de confiança e eu agradeço profundamente esse gesto que o
266 Ministério do Meio Ambiente faz com o Governo do Estado do Mato Grosso. Sei que isso não tem nada de legal, é
267 funcional, é previsto. O caminho é exatamente esse. Não dá para o Governo Federal, e aí não só nessa questão do
268 meio ambiente, mas também em outras situações, querer governar, querer determinar – determinar pode - ou
269 controlar as ações a partir de Brasília no grande território brasileiro que nós temos. Então eu agradeço à Ministra
270 Marina Silva e toda a sua equipe pela confiança depositada nesse momento a esse Governo, à equipe desse
271 Governo e a senhora tenha certeza absoluta que nós vamos fazer as coisas dentro da maior transparência, dentro da
272 legalidade que hoje é colocada e queremos efetivamente que esse Estado continue crescendo. Afinal de contas nós
273 não temos muitas outras opções que não seja o crescimento naquela atividade que nós temos hoje na indústria
274 madeira, na pecuária e na produção agrícola e num segundo momento na verticalização dessas atividades. Como já
275 temos recebido no Estado do Mato Grosso grandes indústrias na transformação de proteína vegetal e proteína
276 animal, com grande produção de frangos e suínos e em muito breve, talvez em 5 anos, o Estado do Mato Grosso
277 assuma a posição de primeiro lugar também na produção de aves, de perus e também de suínos. Portanto, a
278 matéria-prima que nós temos aqui vai ser suficiente para mudar a dependência que o Estado do Mato Grosso tem
279 nesse momento da expansão da fronteira agrícola. Esse é o nosso objetivo, esse é o nosso trabalho e também fazer
280

281 com que todos aqueles milhares e milhares de reais que nós mandamos embora todos os anos que, aliás, não são
282 milhares são bilhões de reais. Em torno de 3 bilhões por ano o Estado do Mato Grosso exporta, Ministra, de dinheiro
283 vivo para outros estados como: Rio Grande do Sul, o Paraná, Santa Catarina, São Paulo comprando insumos
284 agrícolas, máquinas e equipamentos. Isso é um outro momento que o Estado vive e que precisa atrair para cá essas
285 indústrias para que também o povo que vivem nas cidades do Estado Mato Grosso possam aproveitar desse
286 crescimento econômico fazendo um desenvolvimento mais justo, mais humano que é o desenvolvimento rural e
287 também dentro da nossa cidade. Esse é o nosso desejo e a senhora tenha a certeza que nós vamos trabalhar nessa
288 direção. Sejam todos muito bem-vindos e vamos participar dessa reunião para ouvir o que os conselheiros têm e
289 obviamente as críticas que tem que ser feitas ao Estado do Mato Grosso nós estaremos prontos para ouvir. Muito
290 obrigado.

291

292 **Mestre de Cerimônias**

293

294 Senhoras e senhores, nesse momento será assinado um acordo de cooperação que celebra entre si a União, por
295 intermédio do Ministério de Meio Ambiente e do IBAMA, e o Estado do Mato Grosso, através da Secretaria de Estado
296 de Meio Ambiente, para promover o fortalecimento do SISNAMA mediante a implementação de gestão ambiental
297 compartilhada com o Estado de Mato Grosso. Assina nesse instante o senhor Governador do Estado de Mato
298 Grosso, Blairo Borges Maggi; a senhora Ministra do Estado do Meio Ambiente, Marina Silva; o senhor Secretário de
299 Estado do Meio Ambiente, Marcos Henrique Machado; o senhor Presidente do IBAMA, Marcos Luiz Barroso Barros.

300

301 **Mestre de Cerimônias**

302

303 Termo de cooperação técnica para gestão florestal compartilhada que se celebra com o Ministério do Meio Ambiente,
304 por intermédio da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, da Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento
305 Sustentável, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, IBAMA e o Estado do
306 Mato Grosso, por intermédio da Secretaria do Estado do Meio Ambiente. Assina o senhor Governador do Estado de
307 Mato Grosso, Blairo Borges Maggi; a senhora Ministra do Estado do Meio Ambiente, Marina Silva; assina também o
308 senhor Secretário de Biodiversidade de Florestas, João Paulo Capobianco; o senhor Gilnei Viana, Secretário de
309 políticas para o Desenvolvimento Sustentável; o senhor Marcos Henrique Machado, Secretário do Estado do Meio
310 Ambiente; o senhor Presidente do IBAMA Marcos Luiz Barroso Barros.

311

312 **Mestre de Cerimônias**

313

314 Passamos a palavra ao Sr. Nilo Sérgio de Melo Diniz – Diretor CONAMA, diretor do CONAMA, para a condução dos
315 trabalhos desta reunião.

316

317 **Nilo Sérgio de Melo Diniz – Diretor CONAMA**

318

319 Pedimos às autoridades que permaneçam na mesa. Nós, dando seqüência a essa 45ª Reunião Extraordinária do
320 CONAMA, lembrando mais uma vez a todos presentes que escolhemos um lugar e uma hora muito especial para
321 comemorarmos os 24 anos do CONAMA. Queremos agradecer aqui, muito especialmente a presença de todos
322 conselheiros e conselheiras, anunciando que temos mais do que o *quorum* necessário para a condução dessa
323 reunião. É um esforço muito grande, eu sei, de todos os conselheiros de virem de todas as partes do Brasil, estarem
324 aqui presentes. Então, portanto, agradecemos muito o empenho e a participação de todos. E também lembrando que
325 nesses 24 anos de CONAMA não poderíamos deixar de homenagear o nosso querido professor Paulo Nogueira
326 Neto, que é, vamos dizer, na prática o primeiro ministro do Meio Ambiente do Brasil. Nós estamos aqui com a
327 Ministra Marina Silva, temos a alegria, a alegria de contar com ele, contar ele presente e ativo como Conselheiro do
328 CONAMA, ele também que é uma das pessoas que pensou e elaborou o CONAMA naquela época, em 1981, contra
329 a vontade de muitos naquele época, não é? Poucos acreditavam num Conselho com tamanha participação de
330 diferentes segmentos da sociedade e ele foi um, vamos dizer assim, um entusiasta dessa idéia, de um conselho, de
331 um órgão de controle de participação social que é hoje diretriz da atual gestão da Ministra Marina Silva do Meio
332 Ambiente. Então, são 24 anos e que a gente também comemora o dia da Amazônia, porque segunda-feira é dia 05
333 de setembro e é uma alegria muito grande a gente poder comemorar o dia da Amazônia já anunciando uma
334 estimativa de redução nos índices de desmatamento. Então, eu passo a palavra agora para fazer a abertura oficial
335 dessa 45ª Plenária, à Ministra Marina Silva. Também agradecendo à Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Mato
336 Grosso, cujo apoio viabilizou a reunião na condição que vocês estão apreciando aqui. Então, com a palavra a

337 Ministra Marina Silva.

338

339 **Marina Silva – (Ministra de Estado do Meio Ambiente)**

340

341 Eu já fiz os cumprimentos iniciais e já registrei aqui a minha satisfação de estarmos realizando essa reunião.
342 Gostaria de fazer aqui uma fala mais abrangente sobre o caráter dessa reunião e até porque tenho absoluta certeza
343 que as apresentações que serão feitas pelo Dr. João Paulo Capobianco, os governos estaduais e depois o debate
344 dos senhores conselheiros estará portando as contribuições necessárias à continuidade desse processo que temos
345 em curso referente ao combate do desmatamento da Amazônia. Essa reunião que nós iniciamos está sendo
346 realizada em atendimento à deliberação da 44ª Reunião Extraordinária do CONAMA, que ocorreu nos dias 18 e 19
347 de maio passado em Campos do Jordão, movidos pelo anúncio da taxa de desmatamento do período 2003/2004,
348 que havia atingido 26.130 Km², pelo fato de que o Estado do Mato Grosso foi o responsável por quase metade desse
349 total, 48%, os senhores conselheiros decidiram aprovar um requerimento de urgência e uma moção com a finalidade
350 de conhecer as ações que o Governo Federal e o Governo do Estado do Mato Grosso estariam desenvolvendo para
351 fazer frente a esse problema. O Governo Federal tem procurado encarar este problema desde que assumimos o
352 Governo, em 2003, de forma a contemplar algumas ações que consideramos altamente relevantes que passarei a
353 mencioná-las. O Governo do Presidente Lula, reconhecendo o grave problema do desmatamento da Amazônia, que
354 de 2001 para 2003 havia crescido 27%, resolveu encará-lo de forma estruturante percebendo ser essa a única
355 maneira de fazer frente a esse grave problema, a partir das ações que passo a mencionar. A forma como está sendo
356 enfrentado o plano do desmatamento, é o problema do desmatamento na Amazônia, tem como um dos seus carros-
357 chefe a criação do plano de prevenção e controle do desmatamento da Amazônia, que foi uma ação do Governo,
358 pensando de forma estruturante esse problema. Também temos tratado de forma diferenciada a questão das obras
359 de infra-estrutura na Amazônia que está consubstanciada no Plano BR-163 Sustentável, que está em processo de
360 finalização. E ainda temos um processo mais amplo que acolhe o conjunto de todas essas medidas que é a criação
361 do plano Amazônia Sustentável, que tem como eixos estruturantes o ordenamento territorial e fundiário, o
362 desenvolvimento sustentável, a questão da inclusão social e a promoção e o fortalecimento do conhecimento de
363 tecnologias avançadas voltadas para o desenvolvimento sustentável. Com respeito ao desmatamento é importante
364 lembrar que assumimos o Governo com uma taxa de desmatamento que havia crescido num ritmo extremamente
365 acelerado. Entre 2001 e 2003 o desmatamento cresceu 27%, saindo de 18.165 Km² para 23.143 Km². Só seria
366 possível enfrentar essa grave situação com uma nova abordagem e essa nova abordagem compreende uma ação
367 vigorosa do Governo, um forte envolvimento com os governos estaduais e o reconhecimento de que a sociedade
368 brasileira, a partir das organizações sociais, da comunidade científica tem importantes contribuições a aportar e que
369 foram altamente relevantes nesse processo até agora. Era necessário criar um processo capaz de integrar e
370 mobilizar os ministérios diretamente envolvidos no assunto em torno de compromissos que deveriam ser
371 estabelecidos em relação a essa problemática. A partir de avaliação o Presidente Lula decidiu que o combate ao
372 desmatamento deveria ser coordenado pelo núcleo central de Governo, a Casa Civil, e que os ministérios deveriam
373 participar dos esforços de redução da taxa. Para tanto criou o grupo permanente de trabalho interministerial para a
374 redução dos índices de desmatamento da Amazônia Legal. Esse grupo foi composto por 13 ministérios e elaborou o
375 plano de ação para prevenção e controle do desmatamento na Amazônia Legal lançado, em 15 de março de 2004
376 pelo Presidente Lula. O plano de preservação e controle do desmatamento da Amazônia foi organizado segundo
377 quatro eixos temáticos: ordenamento territorial e fundiário, monitoramento e controle ambiental, fomento das
378 atividades produtivas sustentáveis e a adequação das obras de infra-estrutura. O plano considera que só será
379 possível mudar a dinâmica de perda de biodiversidade e promover um novo ciclo de desenvolvimento na região
380 pautado na conservação e uso sustentado dos recursos naturais se for enfrentado o histórico problema da
381 impunidade associada a crimes ambientais na região, especialmente no que concerne às práticas de desmatamento
382 e exploração florestal ilegal. Além disso, o problema da grilagem de terra que precisa ser necessariamente
383 enfrentado de forma a mudar esse quadro que há mais de 25 anos não se trata de fazer ordenamento fundiário na
384 Amazônia. Por essa razão e por outros aspectos receberam uma grande atenção por parte do Governo a
385 implementação do plano a partir de um quadro de diretrizes que poderemos mencionar abaixo. As ações de
386 desmonte de quadrilhas de grilagens de terras públicas federais que promoviam e ajudavam na questão do
387 desmatamento e também da grilagem de terra para o uso irregular de madeira, nós enfrentamos a partir de quatro
388 grandes ações: em setembro de 2003, tivemos a operação “Setembro Negro”, que aconteceu no Estado de
389 Rondônia, com a participação do IBAMA e da Polícia Federal e que abriu um conjunto de outras frentes para
390 combater as práticas ilegais, às quais o Governador Blairo já se referiu anteriormente; também tivemos a operação
391 “Faroeste”, realizada no Estado do Pará, em dezembro de 2004 e por último tivemos a operação “Curupira”,
392 realizada aqui no Estado Mato Grosso e já tivemos a sua versão “Curupira 2” como forma de tratar aqueles aspectos

393 que ainda remanesceram da “Curupira 1”. E aqui quero cumprimentar o Dr. Tardeli, que através do esforço da Polícia
394 Federal e o IBAMA, deram essa importante contribuição para o desmonte de uma quadrilha que funcionava há mais
395 de 15 anos. Além dessas operações especiais, foram realizadas pelo IBAMA em parceria com a Polícia Federal,
396 Polícia Ambiental dos estados, Polícia Rodoviária Federal e fiscais do Ministério do Trabalho com a participação e o
397 apoio logístico do Exército, mais de uma centena de operações de fiscalização, mais de 500.000m³ de madeira foi
398 apreendido desde 2003. Além de tratores, caminhões e vários equipamentos foram libertados também centenas e
399 centenas de trabalhadores que estavam submetidos a regime de escravidão ou de semi-escravidão. Tivemos
400 também a criação de unidades de conservação e adoção de medidas Administrativa s de cunho moralizador na
401 gestão política fundiária. Até agora foram criados mais de 8,5 milhões de hectares de unidades de conservação,
402 tanto de proteção integral como de uso sustentáveis, nas áreas sob forte pressão de grilagem e expansão da
403 fronteira agrícola representando um aumento de 25% em relação ao que fora criado até 2002, nesses dois anos e
404 oito meses de Governo. Outros 8,2 milhões de hectares se encontram sob limitação administrativa para fins de
405 criação de novas unidades de conservação, tanto de uso sustentável quanto de proteção integral na região de
406 influência da BR-163. No que se refere a medidas Administrativa s anti-grilagem, destaca-se a edição da Portaria
407 Conjunta, nº. 10, emitida pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, INCRA, que determinou o recadastramento de
408 todas as propriedades em terras públicas federais e suspendeu praticamente todos os certificados de cadastro de
409 imóveis rurais, os CCIR’s, expedidos até 2004, nos 352 municípios integrantes do arco do desflorestamento da
410 Amazonas. Além disso, essa Portaria estabeleceu normas e procedimentos extremamente rígidos para a expedição
411 de desses certificados, o que fez com que a demanda por esses títulos caíssem abruptamente na Amazônia,
412 golpeando fortemente o mercado ilegal de terras públicas. A elaboração do pioneiro Plano BR-163 Sustentável, que
413 tem contado com grande participação da sociedade civil em sua concepção e que já se encontra em execução na
414 prática, por meio das ações já mencionadas. Além disso, temos também um processo novo que dá total
415 transparência e aperfeiçoamento no processo de monitoramento e análises dos dados do desmatamento com
416 destaque para os seminários técnicos-científicos realizados no âmbito nacional e a criação do Sistema DETER, que
417 é o sistema de detecção do desmatamento em tempo real que bem que se presta para o processo de fiscalização
418 com os resultados que já podem ser aferidos a partir da tendência de quedas do desmatamento que se avizinhos.
419 Temos também um forte envolvimento dos estados na adoção de medidas indicadas no plano, como é o caso do
420 Pará, o Amazonas, o Estado do Acre e agora o Estado do Mato Grosso. Embora os níveis de desmatamento
421 continuem no centro das ações e das atenções do Governo, temos importantes sinais que indicam que o monstro, tal
422 como se nos referíamos à inflação em tempos passados, parece que está começando a ser domado, eu digo
423 começando para que tenhamos o sentido da urgência e da responsabilidade de em nenhum momento baixarmos a
424 guarda. Pode-se perceber isso ao compararmos a taxa de crescimento do desmatamento, a partir de 2002, quando
425 atingiu um crescimento de 27%, como eu já falei anteriormente. O ritmo do crescimento da destruição declinou em
426 2003 e 2004 ficando em 6% e em 2005 tudo indica que haverá uma expressiva redução. Consideramos que diversos
427 fatores contribuíram para esse resultado: em primeiro lugar, como veremos de forma detalhada na apresentação que
428 o Secretário João Paulo Capobianco fará, que as ações de comando e controle em associação com a criação de
429 unidades de conservação e da área sobre limitação administrativa provisória, tiveram um expressivo papel na
430 tendência de redução verificada pelos dados do DETER. Consideramos que os fatores conjunturais do mercado
431 agrícola também influenciaram a dinâmica do processo. Mas é importante observar que em várias regiões da
432 Amazônia, onde o principal motor do desmatamento tem sido a grilagem de terras públicas e o saque de madeira,
433 esse fator teve influência secundária. Como demonstra os resultados preliminares da Terra do Meio e na região
434 sobre limitação administrativa provisória, onde se verificaram tendência de quedas superiores a 27%, assim como
435 nos municípios onde incidiram as operações “Curupira” e as operações intensificadas do IBAMA. Consideramos
436 necessário entender melhor a dinâmica do desmatamento verificado em 2005, até mesmo para aperfeiçoar o plano
437 de combate ao desmatamento. Por isso estaremos realizando alguns estudos com essa finalidade. Certamente
438 surgirão muitas outras análise para contribuir com esse debate e aumentar a nossa capacidade de entender e
439 enfrentar o problema do desmatamento da Amazônia. Avaliamos e compreendemos que a sociedade precisa ter
440 clareza quanto às responsabilidades de competência de cada órgão que compõe o SISNAMA, tanto no que se refere
441 à implementação da política florestal quanto ao combate do desmatamento e das queimadas. Desde 96, o Ministério
442 do Meio Ambiente apóia os estados da região amazônica na implementação e fortalecimento de instrumentos de
443 gestão ambiental através do PGAI, Programa de Gestão Ambiental Integrada, que integra o PPG7. A partir do grau
444 de estruturação dos sistemas estaduais, o IBAMA passou a firmar pactos federativos com os estados, com o objetivo
445 de repassar as competências na região para política florestal. Estamos agora desenvolvendo uma nova fase de
446 articulação e integração de ações onde os conceitos do pacto federativo e repasse de competências são substituídos
447 por acordos de cooperação técnica para o exercício coordenado de competências e da gestão compartilhada como
448 acabamos de fazer recentemente. Devo ressaltar que o IBAMA continua com todas as suas competências no que

449 concerne à fiscalização, independentemente desses acordos de cooperação. E em breve estaremos assinando
450 acordos semelhantes para um processo de fiscalização e ação integrada do IBAMA com o governo do estado. No
451 início da nossa gestão à frente do Ministério do Meio Ambiente reativamos o funcionamento regular da Comissão
452 Tripartite Nacional com reuniões bimestrais, constituímos 25 comissões tripartites estaduais e em outubro do ano
453 passado, realizamos o Seminário Repartição de Competência, quando foram pactuadas as diretrizes para a
454 regulamentação do Art. 23 da Constituição Federal, entre os órgãos que constituem o SISNAMA. Finalmente, em
455 junho passado, a Comissão Tripartite Nacional aprovou por consenso a proposta de projeto de lei que deveria ser
456 encaminhada ao Congresso Nacional em consonância com essa proposta. O Projeto de Lei de Gestão de Florestas
457 Públicas, aprovado pela Câmara dos Deputados e em discussão no Senado Federal, estabelece as competências
458 dos órgãos do SISNAMA no que se refere à política florestal. Esse amplo diálogo vislumbrando o fortalecimento do
459 sistema nacional de meio ambiente vem orientando as agendas de trabalho que estamos construindo com os
460 estados para a implementação do plano de prevenção e combate do desmatamento da Amazônia. Em comum
461 acordo com o estado do Pará criamos um mosaico de unidades de conservação no Estado cobrindo cerca de 6
462 milhões de hectares em áreas de expansão da frente predatória, estamos finalizando a proposta de destinação de
463 8,2 milhões de hectares, que hoje encontram sobre limitação administrativa provisória. Estamos ainda dando passos
464 importantes para a regularização fundiária e o ordenamento territorial com a discussão do zoneamento ecológico-
465 econômico daquele estado. O Estado do Amazonas assumiu integralmente a análise e a aprovação dos planos de
466 manejo e criaram um mosaico de unidades de conservação no sul do Estado que tem uma importante relevância em
467 todo esse processo em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, o que representa 3,8 milhões de hectares de
468 unidades de conservação. O Acre há alguns anos já vem desenvolvendo projeto de desenvolvimento sustentável
469 com comunidades tradicionais e em assentamentos florestais, apóia projetos de manejo industrial e comunitário e
470 obteve recentemente a primeira certificação de floresta estadual. Após alguns anos de discussão a Assembléia
471 Estadual de Rondônia, aprovou o zoneamento ecológico-econômico naquele Estado e estamos verificando se o
472 mesmo está compatível com o código florestal e que deverá, a partir daí, ser encaminhado para a apreciação desse
473 Conselho. Recentemente abrimos um amplo diálogo com o Governo do Estado do Mato Grosso, como os senhores
474 estão aqui presenciando, com uma agenda que compreende: a integração das atividades de fiscalização; a criação
475 de unidades de conservação; rastreabilidade da produção de grãos; acesso pelo Estado às informações geradas pelo
476 DETER, Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real; e a integração de bancos de dados e bases
477 cartográficas entre outros temas para que fique bem claro que tudo que estamos fazendo queremos que seja feito
478 de forma transparência com total acompanhamento da sociedade. Todos esses novos conceitos estão refletidos nos
479 termos de cooperação técnica e convênio que vem sendo firmados com os governos estaduais. Há em vigor termos
480 de cooperação técnica firmados entre o IBAMA e o Estado do Amazonas, Tocantins, Acre e hoje assinamos um
481 termo de cooperação técnica com o Estado do Mato Grosso para a implementação de uma gestão ambiental
482 integrada. Encontra-se em execução ou em fase final de aprovação, convênios com nove estados da Amazônia num
483 valor total de mais de 17 milhões voltados ao desenvolvimento do zoneamento ecológico-econômico e a implantação
484 do sistema de licenciamento de propriedade rural e a capacitação técnica. Hoje, a descentralização dos instrumentos
485 de gestão ambiental ocorre de forma paralela ao aprimoramento de sistemas de monitoramentos e coordenação e
486 ampliação dos mecanismos de controle social, o que garante maior transparência na gestão. Por um lado, o DETER
487 já produziu resultados consistentes que podem ser acessados por qualquer cidadão através da internet. Também a
488 coordenação do sistema pelo Governo Federal poderá ser mais efetiva, uma vez que os termos de cooperação e os
489 convênios com os estados prevêm a integração do SLAPR(?) a outros sistemas, como é o caso do SISCOM e do
490 SISPROF, além de todas as informações disponíveis para os órgãos estaduais que estarão também disponíveis para
491 o IBAMA que poderá assumir concretamente a sua função supletiva prevista na legislação sem abrir, um milímetro,
492 mão de suas competências. Com a integração desses sistemas poderemos cumprir o que determina a Lei 10.650,
493 que obriga os órgãos ambientais a disponibilizar para a sociedade as informações sobre autorização de supressão
494 de vegetação, reserva legal, licenciamento entre outros. O que gostaríamos de deixar como uma mensagem final
495 nessa 45ª Reunião do CONAMA em relação a tudo que estamos vivenciando e ao importante debate que teremos
496 durante toda essa reunião é que sabemos que em outros momentos da história tivemos redução temporária do
497 desmatamento da Amazônia. Mas as medidas adotadas naqueles contextos foram muito importantes e oportunas,
498 mas infelizmente foram insuficientes para assegurar um processo de redução do desmatamento de modo
499 continuado. O que nós estamos procurando fazer agora é um processo que tem que ter uma boa dose de humildade
500 para acolher as críticas, os diferentes olhares dos diferentes segmentos e sermos capazes de promover uma queda
501 no desmatamento de forma estrutural. Todo o esforço que já se teve em governos anteriores, como foi o caso de 91,
502 quando tivemos uma significativa queda, depois de 1995 também uma significativa queda e agora tudo indica que
503 teremos também uma queda relevante do desmatamento. É que diferentemente desses processos anteriores, hoje
504 nós contamos com ferramentas que poderão nos levar a um processo virtuoso combinando as ações de comando e

505 controle com as ações de desenvolvimento sustentável. Já temos o Plano BR-163 Sustentável que dá conta de uma
506 área de 25% da Amazônia; já temos uma proposta no Congresso Nacional que estabelece os regramentos de um
507 marco legal para a gestão de florestas públicas para promoção do uso sustentável da nossa floresta e da cidadania
508 ao setor florestal para que o mesmo pare de ser visto como se fosse o vilão do desmatamento; já contamos com um
509 processo rico e em fase de finalização, também, de toda a destinação da área sobre limitação administrativa
510 provisória, que foi um instrumento novo criado pelo Presidente Lula, aonde mais de 80% dessa área será destinada
511 ao uso sustentável e já temos praticamente pronta a idéia da criação do distrito florestal sustentável com a
512 capacidade de criação de mais de 100 mil empregos. Durante todo o processo de implementação da lei de gestão de
513 florestas públicas pretendemos criar no setor florestal 140 mil empregos gerando uma receita anual de 187 milhões,
514 com arrecadação anual de 1,9 bilhões de reais. Isso faz inteiramente a diferença. Estamos trabalhando na
515 perspectiva, junto com o Ministério da Agricultura, de um programa de desenvolvimento sustentável para a
516 agricultura para fazer com que essa atividade importante na economia do país não venha a se constituir num
517 processo negativo para a preservação do meio ambiente e negativo para o próprio desenvolvimento da nossa região.
518 Estamos trabalhando a idéia desse programa para intensificar o uso das áreas que já foram convertidas, cerca de
519 160.000 hectares, 1.000 Km² de áreas já convertidas e que podem ser utilizadas de forma intensiva para aumentar a
520 produção de grãos e para aumentar as atividades produtivas nessas áreas em que as atividades produtivas devam
521 ser consolidadas. Estamos trabalhando o Programa de Desenvolvimento Sustentável, o PAE(?), aonde o Ministério
522 da Integração está trabalhando os apoios creditícios aonde nós do Ministério do Meio Ambiente com o Ministério da
523 Fazenda estamos trabalhando instrumentos econômicos, inclusive a idéia de uma espécie de (?) para o setor
524 econômico aonde esse possa ter os seus investimentos em bases sustentáveis com o apoio de recursos para que
525 possa viabilizar e absorver os custos de produção. Talvez essa seja a diferença e se não formos capazes de fazer a
526 diferença lançando mão de todas as ferramentas governos estaduais, governos locais, sociedade, formadores de
527 opinião, os diferentes instrumentos do ponto de vista legal que estão sendo discutidos no Congresso. O Presidente
528 Lula acaba de assinar um decreto aumentando e de R\$ 1.000,00 para R\$ 5.000,00 por hectare as multas quando
529 são aplicadas para aqueles que estabelecem as suas atividades sem considerar a legislação brasileira. Eu gostaria
530 de mais uma vez dizer da minha satisfação de estar aqui fazendo essa discussão, de receber a contribuição da
531 sociedade fazendo um apelo que não aviltemos o esforço conjunto da sociedade nos seus diferentes segmentos, um
532 esforço conjunto dos governos federal, estadual e local, no sentido de nos assenhorearmos desse processo
533 avassalador de destruição da Amazônia. Queremos com isso dar uma forte finalização que, embora reconhecendo
534 os problemas conjunturais do ponto de vista econômico, nós sabemos que o que está acontecendo agora é fruto de
535 uma ação planejada, coordenada e participativa de diferentes segmentos. Longe de nós atribuímos essa tendência
536 de queda única e exclusivamente à ação de governo. Sabemos que ela tem um forte componente da sociedade que
537 aportou contribuições e ficou alerta vigiando em todas as brechas para que em nenhum momento baixássemos a
538 guarda. Mas temos que ter a convicção de que o processo em curso tem dados que são relevantes que precisam ser
539 considerados. A diminuição do desmatamento em 80% na Terra do Meio, a diminuição do desmatamento em cerca -
540 pelos dados do DETER - em 90% na área sobre limitação administrativa provisória é um indicativo de que essas
541 ações estruturantes poderão contribuir ao fim, ao cabo para a redução da taxa de desmatamento. E o que nós
542 queremos aqui é pactar com os diferentes segmentos da sociedade, um processo virtuoso de combinar as ações de
543 desenvolvimento sustentável com as ações de comando e controle de forma compartilhada, mas principalmente
544 transparente aonde todos os segmentos da sociedade tenham acesso às informações para poder fazer a sua
545 avaliação. Com essas palavras quero declarar aberta a 45ª Reunião do CONAMA e desejar a todos as conselheiras
546 e conselheiros um bom debate e que possamos sair daqui mais enriquecidos com propostas, com encaminhamentos
547 e, sobretudo, com a determinação de não ficarmos à mercê da conjuntura, mas de nos assenhorearmos das
548 estruturas para fazer a diferença na Amazônia. Muito obrigado.

549
550 **Nilo Sérgio de Melo Diniz – Diretor CONAMA**

551
552 Obrigado Ministra. Nós vamos agora, então, dar início à Plenária, agradecendo às autoridades que estão à mesa,
553 agradecendo a eles e solicitando que o Governador e a Ministra venham para a primeira fila do auditório para
554 acompanharmos a apresentação do plano, pedindo que o Dr. João Paulo Capobianco e o Dr. Cláudio Langone
555 permaneçam à mesa, convidando também o Dr. Flávio Montiel, diretor de proteção ambiental do IBAMA também
556 para vir à mesa, ele vai também fazer uma apresentação e aproveitando enquanto ele se dirige à mesa, antes de
557 passar a palavra ao Secretário Executivo do CONAMA, Cláudio Langone, agradecer aqui muito especialmente
558 também, além da CEMA Mato Grosso, ao apoio da gerência executiva do IBAMA do Mato Grosso, na pessoa do
559 nosso querido Paulo Maier também colaborando bastante para a realização dessa plenária. Passo a palavra, então,
560 ao Secretário Executivo, Dr. Cláudio Langone que vai conduzir os trabalhos dessa 45ª Plenária do CONAMA.

561
562
563
564
565
566
567
568
569
570
571
572
573
574
575
576
577
578
579
580
581
582
583
584
585
586
587
588
589
590
591
592
593
594
595
596
597
598
599
600
601
602
603
604
605
606
607
608
609
610
611
612
613
614
615
616

Cláudio Roberto Bertoldo Langone – MMA (Secretário Executivo)

Bom dia a todos. Quero cumprimentar a Ministra; o Presidente do nosso Conselho; o Governador Blairo Maggi; estendendo os cumprimentos a todos os senhores e senhoras; conselheiros e conselheiras e convidados dessa sessão. Antes de passarmos à ordem do dia nós vamos proceder à apresentação dos novos conselheiros. Solicito que os novos conselheiros que estiverem presentes levantem-se para serem identificados pelo Plenário do Conselho. Em primeiro lugar a Senhora Miriam Medeiros da Silva, Secretaria da Segurança Institucional da Presidência da República como titular, como seu suplente Maria Regina Ferraz Vieweger; pela Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Ester de Albuquerque como titular, como seu suplente Marcos de Castro Lima e como segundo suplente Paulo Maurício Teixeira da Costa; pelo Ministério das Cidades, Sérgio Antonio Gonçalves como titular e Norma Lúcia de Carvalho como suplente; pelo Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior, Demétrio de Toledo Filho como suplente; pela Associação Civil indicada pelo Presidente da República, Instituto Direito por um Planeta Verde, como titular Vanesca Buselato Prestes, como suplente Neide Barros Belo Filho; pelo Governo do Estado de Goiás, Secretário Aldo Arantes como titular e como suplente Secretário Paulo Souza Neto; pelo Governo do Estado do Pará, Francisca Lúcia Teles como suplente e finalmente pela ANAMA, o seu novo Presidente Sebastião Ney Vaz Júnior como titular, pela ANAMA também, como suplente, seu Vice-Presidente Hélio Vanderlei Coelho Filho e como segundo suplente Alberto Preto Moesh; pela ANAMA Centro-oeste Clarismino Luiz Pereira Júnior, Secretário do Meio Ambiente de Goiânia e Frederico Luiz Freitas Júnior como suplente, Secretário de Meio Ambiente de Campo Grande; pela ANAMA do Nordeste, Mauro Maciel Buarque como titular e Juliano Matos como suplente; pela ANAMA Norte, Silvia Cristina de Oliveira Santos como titular e Leonia Valéria Barbosa Santos como suplente; pela ANAMA Sul, André Roberto Aliana como titular e Jorge Alberto Muller como suplente e Domingos Caporrino Neto como segundo suplente; pela ANAMA Sudeste Antonio Tarcisio Correia de Melo como titular, Hélio Vanderlei Coelho Filho como suplente, Luiz Eduardo Sorage como suplente, Eduardo Jorge Martins Sobrinho como suplente, na ANAMA Sudeste, Maria Lisbela Cássia Lousada como suplente da ANAMA Sudeste; como titular, o Secretário Marcos Machado do Governo do Estado do Mato Grosso como titular, como seu suplente, primeiro suplente Luiz Henrique Chaves Daldegan e segundo suplente Juliano Rodrigues de Carvalho; e por último mesmo, representação do Estado do Amazonas, como suplente Major Denis Serra da Chagas. Quero dar as boas vindas, então, a todos os novos conselheiros informando que a ANAMA renovou toda a sua representação em função de recente encontro que elegeu nova diretoria. Peço uma salva de palmas aos novos conselheiros que tomaram posse. Passamos agora à discussão e votação da transcrição da Ata da 78ª Reunião Ordinária, realizada em 27 e 28 de julho de 2005. Palavra à disposição dos senhores conselheiros para observações a essa Ata.

[AGUARDANDO MANIFESTAÇÃO DOS CONSELHEIROS]

Cláudio Roberto Bertoldo Langone – MMA (Secretário Executivo)

Não havendo manifestações consideramos a Ata aprovada e passamos à ordem do dia. Convido também o Dr. Flávio Montiel, diretor de Proteção Ambiental do IBAMA para esta sessão e gostaria de solicitar a atenção dos senhores para uma informação que foi objeto da nossa última reunião, realizada em 27 e 28 de julho, informando que em sessão plenária do Supremo Tribunal Federal, realizada ontem, por sete votos a dois do Supremo, referente à ação direta de inconstitucionalidade sobre as áreas de preservação permanente, foi acatado o recurso da Advocacia Geral da União que teve agregação de vários governos estaduais do Brasil, sendo derrubada a ação cautelar que suspendia a eficácia do Art. 4º. da MP 2166, restituindo ao CONAMA a possibilidade de normatizar esse assunto, restituindo também aos órgãos ambientais brasileiros a possibilidade de autorizar intervenções em APPs, mediante análise técnica, conforme dispunha o Art. 4º. Eu quero registrar isso porque entendemos que essa aceitação por parte do Supremo Tribunal Federal é uma grande vitória no sentido de que nós resguardemos a competência constitucional do CONAMA e a possibilidade que órgãos técnicos cumpram o seu papel com relação à questão das áreas de preservação permanente. Isso também oportunizará que o CIPAM possa com brevidade agendar as consultas públicas que serão realizadas, uma por região do país, para novos processos de auscultamento(?) da sociedade em relação à Resolução que o CONAMA discute sobre a matéria. Nós passamos, então, ao único ponto da ordem do dia de hoje que é a apresentação das estratégias de prevenção ao desmatamento. Nós vamos ter no período anterior ao almoço, que será um lanche servido aqui mesmo, a apresentação do Governo Federal e a apresentação do Governo de Mato Grosso e ainda uma sessão de debates e esclarecimentos antes do intervalo do almoço, passando após o intervalo do almoço à apresentação dos demais

617 governos estaduais e ao debate e apresentação de conselheiros do CONAMA. Passo, então, a palavra ao Secretário
618 de Biodiversidades e Florestas do Ministério, Dr. João Paulo Capobianco, compartilhará a apresentação do Governo
619 Federal com o diretor de Proteção Ambiental do IBAMA, o Dr. Flávio Montiel e peço que observem rigorosamente o
620 cuidado com o tempo para que nós possamos oportunizar ao Conselho um tempo adequado de debate sobre o
621 assunto.

622
623 **João Paulo Capobianco – MMA**
624

625 Senhor Governador, Ministra, demais autoridades presentes. Senhoras e senhores membros do CONAMA. É um
626 prazer estar aqui apresentando algumas informações sobre o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento.
627 Espero que minha voz vá até o fim do dia. Essa apresentação está dividida em três partes. Na primeira parte uma
628 apresentação muito breve sobre o plano, as principais medidas já adotadas, a Ministra adiantou várias medidas,
629 portanto eu posso ser mais breve. A segunda parte mostra os resultados preliminares do desmatamento, ou seja, os
630 dados oferecidos pelo novo sistema implementado pelo Governo Federal, o sistema de detecção do desmatamento
631 em tempo real, os EPs. E na terceira fase nós apresentamos, também de forma sucinta, as novas medidas que estão
632 em fase final de planejamento que visam a intensificação do plano e com isso a gente fecha a apresentação. Então,
633 o primeiro, rapidamente, vamos lá? Esta, só para que nós tenhamos em mente, são os últimos quatro anos do
634 desmatamento, sendo que a mudança de Governo ocorreu neste momento. Nós tivemos do penúltimo para o último
635 ano da gestão anterior um crescimento de 18.165 para 23.143, ficou um pico de 27%, um pico muito alto na (?) do
636 crescimento do desmatamento. Quando, portanto, houve a mudança de Governo, havia uma preocupação muito
637 grande com relação a este crescimento. Vocês sabem que as tendências de desmatamento na Amazônia, elas têm
638 uma inércia grande. Há uma expectativa de que já no primeiro ano nós tivéssemos uma manutenção de patamares
639 nesse nível. Foi feito um esforço muito grande, inclusive neste momento e com esta informação houve a decisão, na
640 minha opinião, história da criação do grupo interministerial, onde a questão do combate ao desmatamento deixou de
641 ser uma atribuição exclusiva do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA e foi feito um esforço que resultou nesses
642 números. Transferimos aqui o que uma manutenção do crescimento num patamar mais baixo, 6%, e aí no segundo
643 ano já nós (?) também um crescimento no mesmo nível de 6%, que embora em níveis inferiores ao anterior, ele
644 jogou um número absoluto para um patamar extremamente alto de 26.130 km². Esse é o clássico que nós
645 costumamos chamar da montanha russa da Amazônia, o único período onde houve queda consistente no
646 desmatamento foi entre o período de 88 e 91, sendo que 88 foi o primeiro ano em que o INPE divulgou taxa de
647 desmatamento, a partir daí vem anualmente divulgando. Esse período coincide com a retirada do mecanismo dos
648 incentivos fiscais. Até aqui nós tínhamos o desmatamento sendo financiado através de renúncia fiscal, via imposto de
649 renda. E a partir daqui foi proibido incentivo fiscal através do (?) significativamente, mas a partir de 92 como vocês
650 podem ver, a Amazônia adquire uma dinâmica própria, não mais dependendo de incentivo fiscal e passou a ter um
651 outro procedimento. Nós tivemos grande pico histórico de desmatamento em 94-95, quase 30 mil Km², que foi
652 inclusive o que levou o Governo Federal a editar Medida Provisória aumentando a reserva legal na Floresta
653 Amazônica, na área de floresta de 50 para 80%, na área de cerrado de 20 para 35 e aí nós assistimos uma queda.
654 Mas a partir de 97, eu gostaria de destacar isso, senhores e senhoras conselheiros, nós temos crescimento
655 permanente do desmatamento com grandes picos, estabilidade, pico, estabilidade, pico e aí o crescimento que se
656 verificou. Portanto, o problema nosso vem desde 96, há quase uma década que o desmatamento cresce na
657 Amazônia. Esse gráfico procura mostrar as taxas de desmatamento em relação ao ano anterior. Se vocês
658 observarem, nós tivemos desde 88, quando o sistema de monitoramento foi implementado, só tivemos cinco anos
659 onde houve queda de desmatamento de um ano para o outro subsequente. Todos os outros anos nós registramos
660 alta no desmatamento. O pico, o grande aumento de 95% em 94-95, mas observem que nós tivemos (?) altos, 24.98,
661 31, 5.6, 27.4. Portanto, a situação é uma situação grave que vem sendo estabelecida há mais de uma década na
662 região. Mas o importante... e aí já encerrando essa fase só pra gente lembrar os números, é importante lembrar que
663 a partir de 2003 houve uma mudança significativa no procedimento que passa despercebida de todos. Na verdade,
664 todos nós que lutamos muito para obter conquistas, depois que conquistamos rapidamente esquecemos todo o
665 período que foi necessário para obter aquela conquista e deixamos de valorizar essa conquista. A grande conquista
666 da disponibilização dos dados do INPE. Até o final de 2002, os dados do INPE eram absolutamente fechados, todos
667 nós que militamos lá, sabemos. Era a caixa preta da Amazônia. Não se tinha acesso aos mapas digitais, não era
668 possível analisar os dados, você não tinha nenhuma... tinha apenas a taxa. Em 2003, por determinação do
669 Presidente da República, o INPE passou a disponibilizar os dados do PRODES na internet. Hoje qualquer cidadão
670 pode baixar, dar um *download* do mapa digital do INPE, disponível na internet. E com isso várias análises passaram
671 a ser feitas. Por exemplo, a diferenciação de tendências entre estados, que não era considerada de forma adequada
672 anteriormente. A Amazônia era tratada como uma mega região, com números brutos gerais, o que dificultava o

673 planejamento e entendimento. Observem os senhores que a partir de 2002, neste (?), nós tivemos na verdade dois
674 estados liderando a contribuição para o desmatamento: Pará e Mato Grosso, seguidos por Rondônia. Os outros
675 estados sempre num patamar bem abaixo. Mas esse comportamento nos estados é variado. Nós tivemos nos três
676 anos, de 99 a 2001, uma variação entre quem liderava: o Pará ou o Mato Grosso. Mas a partir de 2002 o Pará vem
677 reduzindo sistematicamente o desmatamento, vamos mostrar na projeção para 2005 uma redução fenomenal do
678 desmatamento, o Estado de Rondônia permanece estável no patamar alto, mas já superou pelas tendências Pará.
679 No final de 2005 o Pará será o terceiro, não mais o segundo, como sempre foi. Ou o primeiro. Os demais estados
680 todos registraram redução nos últimos dois anos, todos os estados. O único Estado que se deslocou nessa curva (?)
681 foi o Estado de Mato Grosso que chegou ao ano de 2003-2004 contribuindo com quase 50% de desmatamento. E as
682 projeções dos dados agora em 2005 mostram que ele aumentou essa margem de contribuição, embora tenha
683 reduzido a taxa absoluta. Muito bem, esse era quadro. O Presidente, por decreto instituiu em 3 de julho de 2003 o
684 GT Interministerial e deu a esse GT a primeira função: de elaborar um Plano de Prevenção e Controle de
685 Desmatamento de forma integrada, ouvindo os estados e o sociedade civil. É importante deixar claro que este GT
686 Interministerial, por definição do decreto, não é composto por ministérios. É composto por ministros ou, na sua
687 impossibilidade, pelos Secretários executivos. Isso deu uma capacidade muito mais efetiva de operação. O plano foi
688 concluído pelo Governo Federal em final de outubro de 2003, foi transmitido(?) aos governos dos estados na reunião
689 ocorrida com a presença de José Dirceu, e foi daí... dá-se um tempo para análise, como foi feito com os movimentos
690 sociais e ONGs, recebemos as contribuições, fechamos o plano e o Presidente anunciou o plano em março de 2004.
691 Portanto isso é muito importante, o plano passou a ser operado a partir de março, mas ele ganhou de fato dinâmica e
692 capacidade operacional a partir do segundo semestre de 2004 quando as condições começaram a surgir de forma
693 perceptível. O plano tem cinco frentes de operação. Primeiro: valorização da floresta. Há um entendimento
694 inequívoco de que a floresta tem que ser tratada não apenas como um ambiente fundamental e ser conservada pelo
695 seu valor intrínseco, todos nós concordamos, mas também ela tem que fazer parte da economia regional para que
696 ela possa gerar soluções econômicas, (?) renda, que possam estabilizar a situação econômica da Região
697 Amazônica. Portanto, a valorização da floresta pelo seu valor intrínseco e pelo seu potencial econômico de forma
698 sustentável. Segundo, segunda frente fundamental: priorizar o melhor uso das áreas já desmatadas. Os dados do
699 PRODES indicam que nós já temos cerca de 700.000 km² desmatados na Região Amazônica, sendo que desses
700 700.000 km² nós temos em corno de 160.000 Km², segundo o IBGE, de áreas abandonadas ou subutilizadas.
701 Portanto, há uma prioridade do Governo no sentido de intensificar, de recuperar essas áreas abandonadas na
702 produção, de forma a diminuir a pressão sobre a fronteira agrícola. Terceira frente: ordenamento fundiário territorial.
703 Na Amazônia, à exceção do Estado do Mato Grosso e Tocantins, mas nos demais estados, a enorme maioria dessas
704 terras são públicas. No caso do Pará, nós temos cerca de 80% de terras públicas. O mesmo acontece no Estado do
705 Amazonas com cerca de 90% de terras públicas. Então na realidade a destinação das terras ao planejamento de
706 uso, à titulação naquilo que for correto e tiver posse, mas pacífica, tem que ser feito. Há 23 anos o Governo Federal
707 não fazia regularização fundiária na Amazônia, portanto isso criou um barril de pólvora, de consertos(?) e de ações
708 sobre a terra pública que (?) que precisava ser combatido. Então, esse é o terceiro foco muito importante do plano.
709 Quarto foco: o planejamento estratégico da infra-estrutura. A Amazônia quer aprimorar a sua infra-estrutura, a
710 sociedade quer melhores estradas, quer mais energia, quer condições. No entanto, o que não havia era
711 planejamento para isso. O primeiro exemplo concreto foi a BR-163 que passou de ser uma estrada inviável
712 ambientalmente para uma estrada viável ambientalmente, graças a uma ação de planejamento feito de forma
713 participativa. E finalmente, monitoramento de controle ambiental. E aqui eu gostaria de deixar claro aos senhores que
714 o sistema que nós possuímos de avaliação do desmatamento da Amazônia, embora muito importante, que é o
715 chamado PRODES(?), ele não era útil para a ação de Governo, porque ele concluía sua análise um ano depois do
716 desmatamento já ter ocorrido. Portanto, eram sempre informações sobre o leite derramado, ou seja, o que foi
717 desmatado. Nós não tínhamos nenhum sistema que permitia dizer o que está sendo desmatado, que pudesse
718 otimizar a ação de Governo. Então, a determinação do Presidente, foi que nós modificássemos, mantendo o
719 PRODES em função de sua série histórica importantíssima, o Brasil é o único país que possui uma série histórica de
720 longo prazo, pública e democraticamente divulgada em todo o mundo. Então, era importante manter o PRODES,
721 mas era necessário montar um outro sistema que melhorasse a fiscalização e o controle. Além do mais havia pelo
722 Governo e por determinação do Presidente uma orientação que nós deixássemos o modelo de fiscalização exclusivo
723 do IBAMA, com apoio, entre aspas, vez ou outra, de outros instrumentos da Federação. Determinação de que fosse
724 feito um plano integrado envolvendo IBAMA, Polícia Federal, Exército e Polícia Federal Rodoviária para que
725 operassem de uma forma planejadamente integrada. Isso é o que eu vou mostrar daqui para a frente. Então, esse foi
726 o trabalho iniciado, eu queria mostrar rapidamente alguns resultados que a Ministra já adiantou em boa parte, mas eu
727 vou sintetizar. Na área do monitoramento e controle. Não vou detalhar isso aqui, o Flávio vai poder tratar disso
728 especificamente na seqüência, mas eu queria afirmar apenas que houve um ganho de capacidade e de qualidade,

729 fenomenal na capacidade de fiscalizar, de atuação do Governo Federal e agora inclusive de forma integrada. Já
730 estamos trabalhando de forma integrada com o Governo do Amazonas, de forma muito integrada, estamos
731 trabalhando com o Governo do Pará e agora com esse sistema de cooperação, certamente no Mato Grosso daremos
732 um salto de qualidade. Eu não vou falar dos números. Vou apenas citar um. Historicamente, a capacidade de
733 apreender madeira ilegal na Amazônia ficava em torno de 50-60.000 m³/ano. Em 2005, graças à ação integrada com
734 o Exército, Polícia Federal e Polícia Federal Rodoviária, até julho nós já tínhamos apreendido 95.000 m³. Isso por
735 exemplo de você identificar uma atividade ilegal, fiscalizar e apreender a madeira é uma operação complexa, de
736 logística difícil. E este crescimento fenomenal dessa capacidade mostra um aumento da capacidade efetiva do
737 Governo. O segundo grande avanço, na nossa opinião, uma revolução, foi a questão do desenvolvimento da
738 capacidade de inteligência da Polícia Federal, ou seja, além do apoio à operação que a Polícia Federal tem o papel
739 fundamental de repressão e de punição de apreensão, mas a Polícia Federal tem uma outra capacidade fenomenal
740 que não vinha sendo intensamente usada na área ambiental, que é a da inteligência no desmonte de quadrilha. E o
741 resultado disso é impressionante. A primeira operação ainda em 2003, a operação Setembro Negro que desmontou
742 uma quadrilha operativa no Estado de Rondônia com 17 prisões, sendo quatro servidores do IBAMA. A operação
743 Faroeste, pouco conhecida, mas que foi fundamental para nós, porque ela desmontou as quadrilhas que operavam
744 na grilagem de terras no Pará e com epicentro na região da BR.163, que assistiu de 2003 para 2004 o crescimento
745 de 500% do desmatamento em função da grilagem coordenada por uma quadrilha que tinha entre seus chefes o
746 superintendente do INCRA no Pará e o seu vice. A Polícia Federal desmontou a quadrilha com 18 prisões. A famosa
747 operação Curupira que todos conhecem e sobre a qual não é necessário falar, porque essa grande e famosa
748 operação do Governo Federal e da Polícia Federal. E essa é a terceira ou quarta operação, Curupira 2, que já atuou
749 agora recentemente, em agosto deste ano, dando seqüência à operação Curupira 1. Portanto são ações que tiveram
750 como objetivo, não apreender a madeira, não apreender o desmatador, o pequeno, na ponta, que via de regra é um
751 pau mandado, como se diz, é um bucha de canhão. Essas operações da Polícia Federal estão apreendendo quem
752 está por trás do esquema, quem está criando as condições para que esse esquema ocorra. E isso está dando um
753 resultado muito grande. Esta é a terceira frente no aprimoramento de ações de comando de controle, que nós
754 consideramos também uma revolução para a Amazônia, que é sistema de (?). Qual foi a determinação dada ao INPE
755 e ao Governo a autodeterminação? Vamos montar um sistema que permita acompanhar em tempo real. Hoje é
756 impossível (?) tecnologia (?). A Amazônia é enorme, são 5 milhões de km², mas o fato é que em quatro meses de
757 trabalho o INPE, que é um verdadeiro arsenal de capacidade que o Brasil possui, que todos nós devemos nos
758 orgulhar, pôde apresentar esse sistema DC(?). o DC(?) foi apresentado ao Governo Federal em maio de 2004, foi
759 validado, testado pelo IBAMA, pela Polícia Federal, por todos os órgãos do Governo Federal até agosto e passou a
760 ser operacional, oficial, a partir de janeiro deste ano de 2005. O que esse sistema permite? Ele permite obter
761 informações mensais, na realidade informações semanais e quinzenais, mas elas são disponibilizadas através de
762 uma página da internet mensalmente. Então, aqui vocês têm os meses que nós temos dados já acumulados, que
763 acabou de ser criado, nós temos desde agosto de 2003 até o final de julho de 2005, já temos uma série histórica,
764 portanto, de mais de uma dezena de meses, de informação já repassada. Além de você poder escolher o período de
765 análise, você pode escolher o tamanho do desmatamento. Se eu quero analisar desmatamento maior que 25.000
766 hectares ou até maior que 5.000 hectares, é uma gama muito ampla que permite nessa análise. Você pode analisar
767 regiões específicas, municípios específicos, estados específicos, unidades de conservação específicas. Nessa barra
768 de cima você pode incluir os limites das unidades de conservação, o limite (?) IBAMA, ou seja, você consegue
769 analisar o que está acontecendo por região de interesse da sua operação. E aqui o que é? Cada polígono deste é
770 lançado de acordo com o período que você identifica. Clicando num polígono desse, você obtém informação. Então,
771 aquele desmatamento, aquele losango ali de Altamira, foi informado em *e-mail* de 30.07.2005, ele tem uma faixa
772 estimada de 98 hectares. Quando você clica na área ela expõe na janela a área geográfica precisa e te permite
773 através de um *link*, qualquer cidadão, não é só para o Governo, qualquer cidadão que clicar no *link* obtém um (?), ou
774 seja, o mapa daquele desmatamento, se ele tiver um sistema de (?) geográfico em seu computador, ele pode
775 introduzir aquela informação no seu computador. O sistema está na fase final de aprimoramento, nós teremos a partir
776 dos próximos meses a possibilidade de cada um, de cada indivíduo quando se cadastra informar ao sistema qual a
777 sua área de interesse. Por exemplo: "Eu trabalho na unidade de conservação tal. Eu quero informação sobre a Serra
778 do Divisor". Toda vez que surgir um indício de desmatamento da Serra do Divisor, um *e-mail* informa que há uma
779 informação nova. Então, quais são os objetivos desse sistema? São dois. Primeiro: manter a sociedade informada
780 permanentemente sobre o que ocorre durante o ano e não dois anos para trás. Segundo: criar a integração entre os
781 sistemas, onde o IBAMA recebe na ponta, essa é a revolução do sistema, um documento indicativo do
782 desmatamento. Ou seja, o DETER(?) produz um documento indicativo do desmatamento. Ele é distribuído pelo
783 IBAMA de acordo com as bases operativas, por região de influência delas, onde chega o mapa que diz: "Nesta
784 região, nas coordenadas tais, posições tais, acessos tais, existe um indício de desmatamento. O fiscal do IBAMA,

785 portanto, vai ao campo não buscando agulha no palheiro. Ele vai ao campo verificar coisas concretas que o sistema
786 lhe ofereceu. Isso aumenta a eficiência. E mais do que isso, reduz dramaticamente o poder (?). Todos sabemos que
787 a expressiva maioria dos nossos funcionários, seja do Governo Federal ou do Governo Estadual, são honestos, são
788 corretos. Mas nós sabemos que existe uma pequena minoria que vem sendo expurgada do sistema, que não são tão
789 honestos. Ora, até este sistema estar operativo, nós dependíamos 100% da informação da (?). Se (?) ele que dizia,
790 se ele foi ou não foi, ele que dizia, se ele foi e não achou nada, ele também que dizia. Agora não. Agora o sistema
791 informa o que está ocorrendo e cobra resultado e a sociedade pode cobrar resultado. Na outra frente, ordenamento
792 territorial, nós também fizemos uma pequena revolução. A primeira e pouco valorizada, infelizmente, pouco
793 compreendida, foi a Portaria 10 do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do INCRA. E eu vou explicar porque essa
794 Portaria foi revolucionária. Dando um exemplo: qualquer cidadão ou cidadã aqui podia ir ao INCRA em qualquer
795 lugar do Brasil. Vamos supor, o Langone, que é do Rio Grande do Sul, ele podia ir no INCRA lá na terra dele e dizer
796 o seguinte: “Eu tenho uma área, uma posse no Município de Altamira. A minha área lá tem 2.499 hectares (tem que
797 ser abaixo de 2.500, porque acima de 2.500 só pode aprovar no Congresso Nacional) fica em tal lugar, etc”. Tudo
798 bem, o sujeito do INCRA em qualquer lugar lá no Rio Grande do Sul recepcionava essa informação dada por ele.
799 Depois de uma semana ele voltava lá e dizia: “Por favor, eu gostaria de receber a comprovação de que eu estive
800 aqui apresentando a minha posse, a minha terra que eu estou lá usando, trabalhando há muitos anos com a minha
801 família”. “Pois não”. Tinha que imprimir um documento chamado Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR, que
802 tinha o brasão da República, o logotipo do INCRA, as assinaturas todas, ele vinha completo, nome do pai, da mãe
803 dele, CPF, RG, descrição da área, localização precisa, ou seja, era uma escritura. Com esse documento ele ia ao
804 Banco do Brasil - o nosso Banco do Brasil - e obtinha financiamento para poder plantar. Com este documento, até o
805 final de 2003, ele ia ao IBAMA e obtinha uma autorização de manejo para retirar madeira. Portanto, havia uma
806 indústria de grilagem, de uso indevido de terra pública que estabeleceu na Amazônia milhares e milhares de posses
807 ilegítimas de pessoas que não estavam lá para produzir nada, que estavam lá para especular, para tirar madeira e
808 para revender. Era a indústria do chamado CCIR. Muito bem, essa Portaria encerrou isso. A partir de dezembro de
809 2004, o sujeito pode mas ele só pode: primeiro, ir ao INCRA no Município em que está pleiteando, portanto, tem que
810 se deslocar até Altamira para registrar sua posse. Segundo, o que ele obtém do sistema é um papel com um número.
811 Não diz nada, não tem como negociar aquele número. E terceiro, obrigou a todos os chamados portadores de CCIR
812 que se apresentassem ao INCRA, a base de legalidade daquele pedido, as informações que poderiam
813 consubstanciar uma posse mansa e pacífica até o final de janeiro de 2005. Resultado: quase ninguém apresentou,
814 porque quase ninguém tinha. E o INCRA, no dia 1º de fevereiro de 2005, inibiu 3.300 CCIR na Amazônia, portanto,
815 cortando acesso a crédito e impedindo qualquer tipo de uso, qualquer tipo de negociação no mercado. Portanto, isso
816 dá uma limpeza e agora aumentou muito. Porque até 30 de janeiro de 2005 eram aqueles maiores (?) e agora já
817 venceu o prazo, os menores (?). Portanto, esse número aqui já cresceu de forma muito grande. Segunda frente:
818 definição de novos parâmetros para titulação de terras públicas para resolver demandas reais de interesses reais e
819 corretos de áreas um pouco maiores em relação a 100 hectares. É uma discussão que está sendo encerrada,
820 importantíssima para se reduzir conflito na Amazônia. E em terceiro, um programa de ação intensiva de
821 regularização fundiária na área de (?) envolvendo o INCRA, o Instituto Militar do Exército e a Polícia Federal que já
822 está disparado e em curso. O resultado da ação até agora de forma muito resumida é essa. Nós consideramos que
823 há um começo de uma mudança na estrutura fundiária da Amazônia. Primeiro, o Presidente Lula criou 84 (?) Km² de
824 unidades de conservação. Como questão essencial, essas unidades de conservação não são em regiões
825 inexpugnáveis, no limite do país, em áreas de (?) florestal. São unidades (?) na zona da expansão da fronteira
826 agrícola, onde nós costumamos dizer, onde o *rock in roll* está (?), a cuíca está roncando. 93 mil Km² de terras
827 indígenas homologadas, criação de 3.(?) milhões km² de (?) assentamentos sustentáveis. A inibição dos CCIR eu já
828 falei. E a limitação(?) administrativa provisória, 80 mil km² na região da BR-163. Esse é o mapa do final de 2002.
829 Terras indígenas, a Chacoa(?), área (?) Cachimbo, terras de unidades de conservação. Agora o novo mapa. Esse é
830 o novo mapa. As unidades de conservação criadas na Amazônia, nós fechamos a entrada leste-oeste via a Terra do
831 Meio, com a criação da maior reserva ecológica que (?) do mundo. Criamos, fechando a entrada via norte pela
832 reserva extrativista (?). Fechamos a entrada da BR-(?) reserva ecológica do Cachimbo e temos toda essa região em
833 (?) agora para criação de novas unidades de conservação, apoiamos o Governo do Estado do Amazonas a criar uma
834 grande frente de barreiras de unidade de conservação de mais de 3 milhões de hectares fechando a entrada via
835 norte do Mato Grosso e estamos agora numa fase intensa de trabalho nesta região, pegando toda a região de (?) e
836 boca do Acre, onde nós já criamos duas unidades de conservação e temos outras aqui planejadas para criarmos. O
837 resultado disso é que a nossa contribuição até o momento foi de 8.4 milhões de hectares, o que faz com que a nossa
838 contribuição em relação ao estoque de unidades de conservação federais na Amazônia tenha crescido nesse
839 período de dois anos em 21.6%, já foi a contribuição dada pelo plano de prevenção e controle de desmatamento na
840 Amazônia. Fomento de (?) sustentáveis. De forma muito geral, nós já fizemos alterações nos instrumentos de

841 fomento para apoio sustentável dos recursos naturais, especialmente os fundos constitucionais. Vocês sabem que os
842 fundos constitucionais eram absolutamente inapropriados para o apoio ao manejo, os prazos e carências para os
843 juros cobrados, as garantias exigidas não viabilizavam o manejo florestal. Essas coisas foram resolvidas, já foram
844 retirados os entraves. Criamos um programa para intensificar a capacitação de mão-de-obra, com ênfase no manejo
845 (?), através do CENAFLO - Centro Nacional de Capacitação e Manejo Florestal. E elaboramos o Projeto de Lei
846 sobre a Gestão de Florestas(?) Públicas, que na nossa opinião é a grande revolução que vem por aí. Então, o que
847 aconteceu até agora? Essas foram as principais ações. Os números o que dizem? Temos uma análise que eu
848 gostaria de explicar. Por que nós podemos fazer essa análise? Porque nós temos duas séries completas (?). Então,
849 nós não estamos comparando - e aí eu queria chamar a atenção disso que é um negócio meio complicado, mas é
850 um negócio que a gente tem que por na cabeça: nós temos dois sistemas que ocorrem simultaneamente. Um é o
851 PRODES que existe desde 88 e continua existindo. O PRODES trabalha com imagem e satélites de resolução
852 maior, usa o satélite americano Landsat, ou usa o satélite Cybers que é o satélite brasileiro, que permite identificar
853 um desmatamento acima de 6 hectares. Mas nós criamos o DETER (?) que visa acompanhar em tempo real. Que ele
854 use mais satélites que permitem identificar desmatamentos acima de 25 hectares. Então, a resolução é diferente
855 entre os dois satélites. No entanto, a grande vantagem é que o Landsat ou o Cybers passam sobre uma mesma área
856 num ciclo longo, eles passam duas a três vezes por mês no máximo. Enquanto que o DETER, que é o satélite sobre
857 este sistema, passa de três em três dias. Então, eu consigo obter mais informações, fugindo do plano (?) da
858 Amazônia. Então, nós não podemos, na nossa opinião, ainda, comparar PRODES com DETER(?). Mas nós
859 podemos comparar PRODES com PRODES. Porque nós já temos duas seqüências completas, então nós vamos
860 fazer aqui onze meses de comparação. Por que onze meses. Primeiro eu vou explicar isso, (?) área, e na imprensa
861 vem surgindo algumas dúvidas de por que são onze meses. Pelo seguinte: na primeira série ali eu tenho como é
862 calculado o desmatamento da Amazônia. Os dados da Amazônia não são de janeiro a dezembro. Por quê? Porque
863 eles consideram que agosto é o fim do ciclo do desmatamento da Amazônia. E a partir de agosto cai o
864 desmatamento de forma vertiginosa em todos os estados da Amazônia. Então, o dado é calculado de 1° de agosto a
865 30 de julho de cada ano. Por isso que quando o dado vem, ele vem dois anos: 2002-2003, 2004-2005, porque se
866 refere a uma parte de um ano e a uma parte do outro ano seguinte, que formam doze meses completos. No caso dos
867 GTs, nós temos um problema: nós não temos os dados de agosto de 2003, não existe. Nós só temos a partir de
868 setembro. Temos de setembro até julho, portanto nós temos onze meses, nós não temos doze meses de dados. Por
869 isso que a comparação feita pelo Governo Federal é mais conservadora. Comparou os onze meses (?) 2004, com
870 onze meses de agosto 2004 que nós já temos ele, até julho. Ou melhor, desculpe. Aqui eu tenho, mas eu não posso
871 comparar. Então nós comparamos setembro para frente. Como foi feito no ano anterior. Por isso que são onze
872 meses completos comparados. E os números são esses. Nós verificamos que o Mato Grosso os dados dos onze
873 meses do DETER, 2003-2004, identificaram 9.058 Km² de desmatamento. No mesmo período do ano seguinte, que
874 terminou agora no final de julho de 2005, indicaram 6.091, portanto uma queda de 33% do desmatamento. Pará:
875 uma queda de 81%. E assim vai. Todos os estados registraram quedas no sistema. Quanto isso vai impactar na taxa
876 do PRODES. Lembrem-se, o PRODES está 2.130. Uma quota simplista aqui fala em 51% de (?) de redução. O
877 Governo Federal está afirmando que vai reduzir 51? Não está afirmando, porque os sistemas são diferentes, porque
878 a resolução do (?) ainda é menor. O que nós temos certeza é que haverá uma redução importante que vai se refletir
879 nos dados do PRODES que serão anunciados no final desse ano. Quando analisamos por (?) federal, que é (?),
880 estadual 82, observa-se já... Não vou entrar em detalhes agora. Agora aqui diretamente resultados. Essa aqui foi
881 reserva(?) ecológica da Terra do Meio criada no âmbito do plano. Caiu 90% o desmatamento desde sua criação.
882 Aqui no Pará caiu 94%. Reserva ecológica da Serra do Cachimbo, caiu 87%. Área sob limitação administrativa, área
883 cortada pela BR-163 que registrou um crescimento de 500% de desmatamento em 2003-2004. Caiu 91% o
884 desmatamento. Municípios: se nós pegarmos os municípios com maiores desmatamentos em 2004, apenas dois
885 desses municípios mantiveram o crescimento de desmatamento. Os municípios de Feliz Natal e Ijuara. Só dois
886 municípios. Os grandes desmatadores continuaram (?), todos eles caíram o desmatamento. E se nós pegamos os
887 maiores desmatadores de 2005, de todos eles apenas seis cresceram no último ano, e sendo que dois coincidem
888 com os que eram os maiores do ano passado. Podemos dizer com certeza que apenas quatro municípios
889 apresentaram crescimento de desmatamento. Desculpe, seis municípios, seis, sendo os seis no Estado do Mato
890 Grosso. Então, resumindo: eu tenho 23.130 do PRODES eu não sei quanto eu tenho ainda para vai depender do
891 fechamento dos dados no final do ano, mas eu tenho o DETER que mostra o (?). Existe uma organização não
892 governamental, o Imazon, que fez o cálculo. Ele fez uma projeção, comparou com o PRODES-DETER por conta e
893 risco deles, foi uma (?) muito bem feita, e afirma que o desmatamento cairá em torno de 40%. Nós não temos
894 elementos para avaliar se está certo ou errado, (?) poder apenas ver o resultado final, para poder estabelecer
895 efetivamente uma correlação entre (?) no futuro. Finalmente encerrando aqui, ações planejadas em andamento.
896 Essa aqui é uma coisa fundamental, nós vamos melhorar o sistema do PRODES para que nós tenhamos imagens de

897 maior qualidade. Ao invés de só termos o Landsat e o Cybers, nós vamos também, através de um convênio entre os
898 ministérios de Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente envolvendo um investimento de mais de 2 milhões de reais,
899 nós podemos usar mais dois satélites, um satélite indiano e um satélite americano de altíssima resolução para poder
900 projetar os cálculos do PRODES com maior eficiência. Na região sobre limitação administrativa onde nós fechamos
901 um entendimento com o Governador do Pará. E vamos criar nessa área algo em forno disso, ou seja, na totalidade
902 da área, nós vamos criar área de (?) integral, (?), dando a esta área uma estabilidade permanente de longo prazo já
903 em acordo pela primeira vez na história, fora a experiência com o Acre que já ocorreu, para ser preciso, mas em
904 grande escala é a primeira vez que o Governo Federal e o Governo do Estado juntos convocam consulta pública,
905 juntos coordenam o processo de fechamento do acordo para a criação de um (?) na Amazônia. Se tudo correr bem,
906 nós vamos criar mais 15.5 milhões de hectares de unidades de área de conservação e portanto a Amazônia passará
907 a ter 54 milhões e a contribuição do Plano de Prevenção contra o Desmatamento do Presidente Lula será de 43.8%
908 de tudo o que existir na Amazônia no final de 2006. Vamos criar o sítio de (?) sustentável, que eu já discuti com o
909 Governador do Mato Grosso, (?) aquela proposta já encaminhada no Pará. Esse distrito que vai integrar com esse
910 manejo, com política fundiária agrária, ou seja, resolução de conflitos fundiários agrários com destinação de terras,
911 política industrial, ou seja, garantir o processamento da madeira na Amazônia, aplicando valor, aumentando o
912 rendimento, (?) Amazônia. A Amazônia tem que deixar de ser exportadora de matéria-prima, uma política energética
913 agressiva que aproveite o resto da produção madeireira de forma a gerar energia elétrica liberando inclusive a
914 dependência do óleo diesel, uma política de (?) que intensifique o uso da floresta, não apenas madeira, mas
915 subprodutos não madeireiros e uma política de educação e informação para capacitar mão-de-obra. O primeiro
916 distrito é na região do Pará, do limite do (?) Pará com o Mato Grosso até Santarém, uma área de 16 milhões de
917 hectares, onde 5 milhões são florestas boas, de alta qualidade, acessíveis pela infra-estrutura, com condições de
918 serem manejadas. A expectativa é que a gente possa produzir nessa região entre 4 e 6 milhões de metros cúbicos
919 de tora. Hoje ela produz um milhão de modo ilegal. A expectativa é que nós possamos produzir entre 2.7 e 10.5
920 milhões de metros cúbicos de biomassa para energia, dependendo do grau de processamento que vai ocorrer na
921 região. O potencial disso é de 200 a 800 megawatts, quem entende de energia sabe que é energia “pra burro” no
922 sistema. Além de (?) e etc, gerando cem mil empregos diretos. Essa é a expectativa dessa região. Temos uma
923 agenda intensa com o Governo do Mato Grosso que eu não vou detalhar aqui. Todos estão acompanhando,
924 inclusive agora com a inclusão do nosso acordo, dessa Câmara de acompanhamento permanente todos vão poder
925 acompanhar, vai dar uma agenda intensa de trabalho para o Governo do Mato Grosso que certamente vai trazer
926 bons resultados no curto e no médio prazos. Temos ações normativas importantes (?). Essa primeira já foi aprovada,
927 a Ministra já citou, o decreto que aumenta de mil para cinco mil reais o hectare (?) e ele determina a apreensão dos
928 equipamentos e confisco de todos os bens utilizados no desmatamento e obriga todos os órgãos do Sistema
929 Nacional do Meio Ambiente que cooperem em fiscalização e mantenham as informações na internet em tempo real,
930 sob multas aplicadas, multas abonadas com justificativa, as apreensões realizadas para que a sociedade possa
931 acompanhar o que está ocorrendo com a aplicação e infelizmente muitas vezes o abonoamento de multas de forma
932 absolutamente inaceitável. Isso vai ser aberto agora e o cidadão vai poder acompanhar. Estamos instituindo por
933 decreto a obrigatoriedade do sistema de licenciamento da propriedade rural (?) Mato Grosso, aprimorando o sistema
934 com várias sugestões produzidas inclusive com a colaboração do (?), (?), o ICV, que propuseram ajustes no
935 sistema,(?), o sistema vai ser ajustado para que ele seja implantado em todos os estados da Amazônia, (?) já está
936 no Senado em regime de urgência constitucional, que seja essa semana ou na outra já entra em votação, tem que
937 estar resolvido, para poder operar nessa nova modalidade e o Instituto Florestal Estadual também a implantou.
938 Considerações finais. Primeiro: o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia ampliou a
939 presença (?) do Estado na região e (?), todos reconhecem, criou uma nova forma de presença e de atuação do
940 Governo Federal e agora em parceria com os governos estaduais na região. O desmatamento da Amazônia
941 apresenta indícios consistentes de queda, (?) era a queda, não podemos afirmar, mas será consistente, importante,
942 talvez a maior queda histórica. Até hoje, o único período que houve uma queda importante foi em 2005 e 2003 que
943 caiu 37%. Esse ano nós corremos o risco de ter uma queda maior do que a maior queda histórica já havida na
944 Amazônia. A redução observada deve-se principalmente, não só, mas principalmente, às ações de ordenamento
945 territorial e fundiário e do (?) de comando de controle. Portanto, na opinião de todos os que estão no plano do
946 Governo Federal, dos governos estaduais e todos, acho que é uma opinião unânime, a redução permanente do
947 desmatamento, que é o que nós queremos, todos querem, o fim da montanha russa, depende das medidas
948 estruturais que estão previstas no plano e só elas podem de fato implementar um novo modelo de desenvolvimento
949 na Amazônia, onde as florestas sejam o elemento que faça parte da vida econômica cotidiana da Amazônia e não
950 algo a ser removido para ampliação da agropecuária. Então, essas são as conclusões. Eu queria só apresentar dois
951 slides aqui sobre o bioma, que eu acho que é uma coisa importante. Surgiu uma informação que circulou na mídia,
952 que com o novo mapa de biomas da Amazônia, a Amazônia seria reduzida para 15 ou 20% no Estado de Mato

953 Grosso. A fim de eliminar essa dúvida, quero deixar bem claro, porque não sei quem produziu essa informação. Essa
954 aqui é a Amazônia legal, isso aqui é a fitofisionomia da Amazônia, é um complexo fitofisionômico muito intrincado, eu
955 vou mostrar a complexidade disso. Isso aqui já pegou os chamados grupos. Temos aqui três tipos de florestas, a
956 área de savanas, cerrado, temos a área de transição. Muito bem, o que o IBGE fez, para ficar bem claro. O que o
957 IBGE tinha era um mapa de fitofisionomia do Brasil. Essas fitofisionomias num país tropical como o nosso, são muito
958 complexas, diversificadas e integradas. O que o IBGE fez a partir das fitofisionomias, ele produziu o mapa de
959 biomas. Para se ter uma idéia, entre classes e subclasses de fitofisionomias, eu tenho mais de 180 no Brasil e estas
960 foram agrupadas em seis biomas: Amazônia, caatinga, pantanal, cerrado, mata atlântica e pampas. Esse
961 agrupamento se deveu... como que foi feito. Com base nas análises das cartas (?) do projeto Radam, eles
962 verificaram em cada polígono de (?) indeterminada, qual era a dominância dela. Portanto, nesta enorme região que é
963 chamada de transição equivocadamente, porque não é transição, é uma zona de contato entre dois grandes maciços
964 vegetais, savana pura e floresta pura, para cada área dessa foi checado, são pequenos polígonos que não
965 aparecem aqui, qual era a dominância. Porque quando uma fitofisionomia muda para outra, você não muda
966 abruptamente, há uma transição, sendo que nessa mudança, nessa zona de contato. Dependendo das
967 características fisiológicas, você tem dominância de um sobre o outro. Por exemplo, aqui tem mais plantas do
968 cerrado do que de floresta, portanto, é uma dominância de cerrado. Já aqui não, aqui eu tenho mais planta de
969 floresta do que de cerrado, a dominância é da floresta. Então, é com base nesse estudo próximo que o IBGE traçou
970 o limite do bioma. Esse é o limite do bioma Amazônia. Observem ela pega um pequeno trecho do Tocantins, pega
971 uma área expressiva do Mato Grosso aqui. E aí nesse verde o bioma Amazônia. Então isso aqui significa, no caso
972 do Mato Grosso, que toda essa área aqui próxima é floresta de Bioamazonia e, portanto vale a legislação que prevê
973 todas as condições (?). E resumidamente, bioma do Mato Grosso, palavras do Celso José Monteiro Filho, diretor do
974 (?) IBGE. "Considerando a divisão por biomas, o mapa de biomas Brasil, escala para 5 milhões, registra que 54 % de
975 todo o Mato Grosso faz parte do bioma Amazônia, 39% pertence ao bioma cerrado e 7% pertence ao bioma
976 pantanal". Eu espero com isso que se encerrem essas dúvidas e que nós tenhamos certeza que trabalhamos juntos
977 para preservar todos os biomas, não apenas o da Amazônia, mas que fique claro que a Amazônia pega 54% do
978 Estado do Mato Grosso. Muito obrigado.
979

980 **Cláudio Roberto Bertoldo Langone – MMA (Secretário Executivo)**

981
982 Agradeço a apresentação do Secretário Capobianco e passo de imediato à complementação da apresentação do
983 Governo Federal que vai ser feita pelo diretor Flávio Montiel, diretor de Proteção Ambiental do IBAMA. Nós vamos ter
984 então uma apresentação de 15 minutos e após essa apresentação vamos ter um breve período de questionamentos
985 ainda pela manhã e a partir do início da tarde vamos ter as apresentações dos Governos estaduais e após o debate.
986

987 **Flávio Montiel - IBAMA**

988
989 Bom dia a todos. Queria na pessoa da Senhora Ministra e do Senhor Governador cumprimentar a todas as
990 autoridades aqui presentes, e na figura do Dr. Paulo Nogueira Neto todos os conselheiros do CONAMA e todos os
991 senhores e senhoras presentes. Nós vamos fazer uma apresentação muito rápida, graças à apresentação do Dr.
992 Capobianco podemos fazer uma apresentação focada mais nas ações de comando e controle que o IBAMA, junto
993 com o Ministério do Meio Ambiente e os demais órgãos que integram o plano vêm realizando no sentido de contribuir
994 para a redução da taxa do desmatamento na Amazônia. Para isso nós preparamos um pequeno roteiro e eu
995 reconheço que as cenas que os senhores vão ver que são de alta intensidade, aqueles que têm algum problema de
996 saúde, por favor, se poupem. A gente faz um breve histórico do desmatamento, falo um pouco sobre o plano,
997 ressaltando as suas premissas, levantando muito as ações do monitoramento e controle, as sete ações estratégicas,
998 falo um pouco, apenas de passagem, porque isso já foi mencionado pelo Dr. Capobianco, sobre as ações de
999 monitoramento (?), o ordenamento territorial e o fomento às atividades sustentáveis. Aqui apenas o histórico feito
1000 pelo PRODES desde 88, 77 e 88, onde nós percebemos, como vem sendo chamada agora, a famosa montanha
1001 russa da variação da taxa do desmatamento e que neste momento nós estamos vivendo aquele friozinho na barriga,
1002 porque é o momento da queda. Então, acentuar(?) a variação que vem sofrendo ao longo desses anos e diante
1003 desse fato necessidade de medidas estruturantes que pudessem estancar ou estabilizar o desmatamento dentro
1004 daquele seu padrão de legalidade. Aqui apenas um *slide* mostrando... apenas, diante daquele quadro, nós, em três
1005 de julho de 2004, o Presidente da República criou o problema, o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento
1006 reunindo treze ministérios e uma série de outros órgãos vinculados como a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária, o
1007 IBAMA, entre outros órgãos, o INCRA, e esse plano foi dividido em três subgrupos: ordenamento territorial, fomento
1008 de atividades sustentáveis e o monitoramento de controle. Eu vou me ater agora às premissas e às ações

1009 estratégicas que levaram à realização e execução do plano. Primeiro com relação às premissas há uma necessidade
1010 de superação do estado de direito, da presença do Estado brasileiro na região. Nós acreditamos que há sem dúvida
1011 nenhuma uma relação entre a presença do Estado brasileiro nesses últimos dois anos na Amazônia, com a redução
1012 da taxa de desmatamento. Há uma necessidade de você, em função de uma série e ilícitos que estão associados ao
1013 desmatamento ilegal, ter uma ação integrada de Governo. Então há necessidade, primeiro, da presença do Estado
1014 em caráter permanente, coisa que nós não tínhamos antes, há a necessidade da consolidação desse trabalho
1015 integrado envolvendo monitoramento, licenciamento e fiscalização. Junto com as ações de comando e controle um
1016 trabalho de educação ambiental envolvendo rádios locais, meios de comunicação local, rádios comunitárias e a
1017 própria mídia nacional, no sentido de estar se informando sobre estas ações e há a necessidade de uma fiscalização
1018 integral com outros órgãos, mostrando a possibilidade de você, ao chegar numa determinada área, normalmente
1019 você encontra tráfico de drogas, contrabando de armas, trabalho escravo, uma série de outras atividades que
1020 levaram a gente a desenvolver essa percepção da premissa da fiscalização integrada. Em função disso, no que se
1021 refere às ações de monitoramento e do controle, nós identificamos sete ações estratégicas. A primeira:
1022 aprimoramento do sistema de monitoramento, do qual participam CIPAM, Ministério de Ciências e Tecnologia,
1023 Ministério de Desenvolvimento Agrário, organizações estaduais. Segundo: a intensificação das investigações que
1024 resultaram nas operações Curupira, operações Faroeste e operações Setembro Negro, envolvendo o Ministério da
1025 Justiça, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, o CIPAM, o Ministério do Desenvolvimento da Indústria e
1026 Comércio, o Ministério da Agricultura, a instituição das bases operativas. Nós acreditamos que ao contrário do que se
1027 fazia antes, de você fazer uma grande operação, essa operação vai a campo, fica em média 30 dias, 45 dias e
1028 retorna, há uma necessidade de você montar bases operativas onde elas estariam fixadas, dentro de grandes (?)
1029 remanescentes de florestas e naquelas áreas de maior tensão, onde você tenha frentes efetivamente de contenção
1030 da floresta acontecendo. Então, há uma necessidade de você a partir daí mudar a maneira de fiscalizar, em vez de
1031 grandes operações de fiscalização, nós teríamos a base permanente com a presença do Estado de forma
1032 permanente na região e com isso realizando operações de pequeno e médio porte e algumas operações grandes. A
1033 quarta ação estratégica, portanto, são essas operações integradas de fiscalização, envolvendo principalmente o
1034 Exército, como apoio logístico a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária e outros órgãos como o Ministério do
1035 Trabalho, o Ministério da Justiça, auditores fiscais do trabalho. As outras ações estratégicas (?) a realização das
1036 campanhas educativas, como nós falamos, envolvendo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério da
1037 Integração Nacional, o IBAMA, o Ministério do Meio Ambiente. A implantação do sistema compartilhado, isso também
1038 faz parte do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento, não é uma ação isolada do Governo. E a revisão da
1039 legislação, com algumas iniciativas tanto no sentido de aumentar o rigor da sanção, quanto de rever algumas normas
1040 de acesso aos recursos florestais. Aqui então nós dividimos as sete ações, o sistema de monitoramento, o sistema
1041 compartilhado, e na seqüência os serviços de inteligência, as bases operativas de fiscalização integrada como
1042 exemplos do que vem ocorrendo. O sistema como foi apresentado anteriormente aqui pelo Capobianco, nós temos
1043 dois grandes instrumentos de dois grandes órgãos, o INPE e o Sistema de Proteção da Amazônia, trabalhando com
1044 o DETER, como foi explicado aqui, detecção do desmatamento em tempo real e o sistema integrado de alerta ao
1045 desmatamento. Basicamente, a diferença de um e outro, é que usando a mesma base, usando a mesma informação
1046 satelital do Modes(?) e do Cybers, o INPE lança os dados numa periodicidade de aproximadamente 15 dias,
1047 enquanto o SEADE pega esses dados e começa a trabalhar em cima de projeções que vão permitir você fazer
1048 projeções para o desmatamento no ano seguinte de forma mais acurada, ou seja, pela possibilidade de prever que
1049 em determinadas áreas você terá uma probabilidade do aumento do desmatamento antes que ele ocorra. É uma
1050 análise de tendências que o SEADE vai estar fazendo. Aqui apenas o fluxo de como a informação flui. Você tem o
1051 acúmulo histórico das informações geradas pelo PRODES. Você tem as imagens do Modes ou do Cybers, a estação
1052 de recepção em Cuiabá, isso é tratado pelo (?), o sistema do INPE. É produzido uma página na internet e essa
1053 informação mesmo antes de passar pela internet ela já vai numa periodicidade de 15 em 15 dias, e até de 10 em 10
1054 dias, quando a gente precisa de uma área mais crítica, para o IBAMA poder orientar a fiscalização. É importante a
1055 gente dizer que o DETER não foi feito para o cálculo de área do desmatamento, mas ele é um indicativo que mostra
1056 a existência real do desmatamento. E a partir das equipes de campo que saem para fazer a fiscalização, você dá a
1057 (?) de campo e retorna essa informação para que o INPE possa estar ajustando esse novo sistema de detecção em
1058 tempo real. Então, essa informação que o Capobianco já mostrou, com polígonos, que cada polígono desses você
1059 clicando, você pega área, município, coordenadas geográficas, dimensão do desmatamento. Aqui apenas para
1060 mostrar como é que flui essa dinâmica dentro do DETER. Os polígonos em vermelho são do dia 7 de maio, os
1061 laranja do dia 21 de maio e os em azul do dia 8 de junho. Então, é com essa frequência que a gente tem condições,
1062 na medida em que você vê que há uma insistência e uma persistência da atividade do desmatamento naquela
1063 região, de reorientar a fiscalização como nós fizemos, por exemplo, esse ano, nós estávamos com todas as equipes
1064 direcionadas ao norte do Mato Grosso; em função do que o DETER começou a apontar esse ano, nós tivemos que

1065 redirecionar as equipes para Sinópolis(?). Aqui nós temos a questão das nuvens, nós temos ainda um relativo
1066 entendimento que também é objeto da primeira ação estratégica de aprimoramento do monitoramento, que está
1067 sendo feito com a inclusão de novos satélites, como foi apresentado aqui pelo Capo, mas, além disso, para que a
1068 gente possa se antecipar na ação de planejamento das operações de fiscalização nós temos também, mais uma
1069 linha secreta, que é a aeronave do SIPAM. Nós estamos, fizemos na semana passada, uma reunião no SIPAM
1070 envolvendo todos os órgãos que atuam nas operações de comando e controle no alto do Governo Federal, e
1071 conseguimos identificar quais seriam aquelas áreas, que do segundo semestre deste ano, já para os primeiros três
1072 meses do ano que vem, essas aeronaves vão estar voando, podendo então se antecipar a qualquer movimentação,
1073 de desmatamento antecipado que se faça. Isso é importante, porque supera a agitação das nuvens que os satélites
1074 apresentam. Então é um dado importante, apenas mostrando os detalhes por radar, quer dizer, ele não tem um
1075 impedimento de nuvens, ele vai além das nuvens, e aqui é apenas umas imagens, mostrando as imagens NSS(?)
1076 que são praticamente alguma coisa similar, às imagens que o Lansat produz. As ONS(?) que são infravermelho,
1077 você que... movimentação, calor, movimentação de motoserras, maquinário, e as imagens propriamente dos
1078 satélites, que te dão um grau de nitidez, como pode ser visto aí, bastante... com acurácia bastante elevada, e o que
1079 permite você estar orientando as ações de fiscalização. Toda essa informação ela pode estar sendo gerada, num
1080 período de 25 dias e sendo colocada junto com o IBAMA, a partir de um tratamento da imagem, junto com o IBAMA,
1081 sendo colocada à disposição da fiscalização. Aqui apenas aquele outro, o prol de muitos sensores que está incluindo
1082 o IRS e o DLC, nossos satélites para ampliar a área imageada da Amazônia, como foi apresentado aqui antes
1083 também faz parte do aprimoramento, do monitoramento. Agora ainda com relação do aprimoramento do sistema de
1084 monitoramento, a sexta ação estratégica, ela tem a ver com a primeira ação que é o sistema de monitoramento, que
1085 é um SISCON. Nada mais, nada menos nós estamos construindo no IBAMA, o centro de monitoramento ambiental,
1086 ele foi inaugurado em abril do ano passado e de lá para cá nós estamos povoando com técnicos, capacitando. Nós
1087 vamos agora com esse concurso que fizemos, estar empregando mais 19, ou melhor, 29 técnicos para a
1088 coordenação geral do zoneamento, monitoramento que é a coordenação que dirige o centro de monitoramento
1089 ambiental, e o que o CEMAM vai estar fazendo é basicamente, primeiro fazer com que todos os SIS do IBAMA, coisa
1090 que nunca ocorreu antes, possam estar falando entre si. Então, o sistema de integrado de unidades de conservação,
1091 vai estar falando com o SISPROF, que vai estar falando com o SISCON, que vai estar com o SISFIS que é sistema
1092 integrado de controle das ações de fiscalização, com o SISLIC. Esta é a primeira abordagem que se está fazendo
1093 dentro do IBAMA, e partir daí nós vamos estar dentro de uma mesma parte de dados, disponibilizando a informação
1094 para os parceiros de Governo, Universidades, Sociedade Civil. Essa é a imagem do centro de monitoramento
1095 ambiental lá em Brasília. Aí também da parte de monitoramento de fogo, e aí nós entramos na concepção do
1096 SISCON, ele é nada mais, nada menos do que, o compartilhamento dessas informações e em função da
1097 participação, do envolvimento, do papel que cada órgão tem, ele vai ter graus variados de disponibilização da
1098 informação. Nós temos o dado que é gerado no sistema... dentro do IBAMA, você vai ter uma... via internet, uma
1099 versão gráfica com toda... mapas, quadros, gráficos e uma versão literal mostrando a confluência dos dados
1100 relativos. Não só ao desmatamento, num primeiro momento nós estamos trabalhando com o desmatamento, num
1101 segundo nós vamos trabalhar com outros... outras questões na gestão ambiental. E aqui é importante dizer que
1102 ontem nós começamos e já está rodando on-line o sistema compartilhado entre a CEMA de Mato Grosso e o IBAMA,
1103 efetivamente. Hoje qualquer propriedade que entra cadastrada no sistema da SEMA aparece no CEMAM de Brasília,
1104 no IBAMA. Aqui apenas mostrando, a fonte IBAMA, SEMA, FUNAI, terras indígenas, hidrografias, as rodovias,
1105 assentamentos, os limites das propriedades, esse é importante porque esse está o zoom, mostrando a fonte já da
1106 CEMA inserida dentro da base de dados do IBAMA. Aqui os polígonos do desmatamento identificados pelo DETER e
1107 nós estabelecemos uma numeração seqüencial única, para que aquela informação quem vem do ICA através do
1108 DETER, seja a mesma que chega no IBAMA, para não haver duplicidades ou divergências de polígonos e
1109 desmatamentos. Aqui o mapa que nós podemos gerar mostrando essas áreas de desmatamento nos polígonos roxo
1110 e azul. Aqui é... além do documento de indicativo do desmatamento que vem no tamanho a zero, nós geramos para
1111 o fiscal, o documento no tamanho A4 do indicativo para ação de fiscalização. Essa é uma área desmatada e
1112 contendo o maior número possível de informações. E a partir daí a gente entra nas outras questões, relacionadas à
1113 atividade de fiscalização. Como foi levantado aqui, o IBAMA junto com a Polícia Federal realizaram operações de
1114 peso, no sentido de depurar a própria casa e acabar com esquemas fraudulentos de exploração irregular de
1115 florestas, e de desmatamento ilegais, com os resultados que foram apresentados, recentes prisões, sendo 4
1116 servidores do órgão. A operação faroeste realizada no Pará envolvendo a prisão de superintendente do INCRA. A
1117 operação curupira envolvendo 126 pessoas sendo a 47 servidores do IBAMA. A operação curupira 2 envolvendo 17
1118 empresários e procuradores, despachantes e 2 servidores do IBAMA. E isso tudo, com certeza, teve um impacto
1119 significativo na indução do desmatamento. Aqui, ainda com relação às ações para testes, nós temos a criação das
1120 bases operativas, no plano original, foram previstas, 19 bases, mas em função da dinâmica do desmatamento nós

1121 estamos trabalhando hoje com 16 bases operativas. Essa é um mapa da base operativa, ela envolve de 10 a 8
1122 municípios e ela está estabelecida em função do raio de ação que um helicóptero pode circular com autonomia e que
1123 permite atividades de fiscalização. Aqui umas imagens da base operativa de Novo Progresso nós temos um avião
1124 apreendido, todo esse equipamento na ordem de 13 milhões de reais, foram investimentos comprados no ano
1125 passado e já estão em funcionamento nessas bases operativas. Aqui é um acampamento do Exército num posto
1126 avançado, lá em Castelo dos Sonhos dando o todo o apoio logístico. Aqui a base operativa de Itaituba, mostrando
1127 caminhões apreendidos, madeiras apreendidas, tratores apreendidos, enfim, o escritório. A base operativa de
1128 Altamira com as motoserras apreendidas, madeiras apreendidas e nós transformamos temporariamente, enquanto o
1129 espaço não está pronto, o auditório do escritório de Altamira, na sala da base operativa do plano. Aqui a gente faz
1130 uma avaliação da taxa do desmatamento por volume de fiscalização mostrando a relação em roxo, da redução da
1131 taxa do desmatamento do período de 2005 apenas, em vermelho vinho as operações, o número de operações
1132 realizadas e o número de agentes mobilizados envolvendo Exército, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal,
1133 enfim. Aqui também os indicadores de fiscalização onde a gente mostra de 2001 a 2005 como foi a aplicação do
1134 número de autos de infração, do número de multas aplicadas, dos valores arrecadados com essas multas e da
1135 madeira apreendida, como foi destacado aqui antes, é importante mostrar que até 15 de agosto nós chegamos já
1136 97,15 mil metros cúbicos de madeiras apreendidas este ano, mostrando a diferença do salto de qualidade que está
1137 se dando, de 2004, quando se iniciou a implantação do plano, é importante a gente dizer isso. Efetivamente em
1138 campo, dentro das premissas de diretrizes do plano, nós temos um ano de trabalho. E as... os resultados já
1139 começam a aparecer. Aqui nós temos os indicadores mostrando o número de operações, 2003, 32 grandes
1140 operações, 2004, 26 grandes operações, e em 2005 nós já temos 197 operações realizadas sendo que 41 grandes
1141 operações. A previsão desse ano é chegarmos a 54 grandes operações realizadas. O efetivo do IBAMA, o efetivo do
1142 Exército, o efetivo da Polícia Federal, nós vemos que, justamente, de 2004 para 2005 é que se dá o grande salto em
1143 função da implantação do plano. Aqui são os indicadores de material apreendidos, motoserras, tratores... tanto os
1144 tratores esteiras, como Skids, que são aqueles tratores especializados em retirar madeira da floresta, caminhões e
1145 combustível por litro há também um salto bastante significativo de 2002 para 2003. Está terminando aqui... e aqui
1146 alguns dados sobre atividades de desmatamento, eu queria apenas destacar aqui, dois itens, dentro do que o
1147 DETER está apontando, digamos que seja em torno de 9.000, 10.000 km² de desmatamento evitado, desmatamento
1148 que não ocorreu, dentro da progressão que vinha ocorrendo nos últimos três anos, nós conseguimos economizar 503
1149 bilhões(?) de reais, sendo que os recursos empregados para fiscalização, de julho do ano passado, e não de janeiro
1150 desse ano, até agosto desse ano foram 68 milhões. Fazendo um cálculo, fazendo a conta em relação a todas essas
1151 variáveis, nós podemos dizer que o custo médio da fiscalização por Km² de floresta é de 435 reais. Quer dizer, a
1152 gente pode com isso mostrar que, dentro dessa mesma conta que é feita, para um real investido no monitoramento
1153 de fiscalização, nós estamos poupando, economizando, R\$ 7,40 (sete reais e quarenta centavos), somente em
1154 recursos madeireiros, fora os outros recursos resina, óleos e fauna que a floresta propicia. Aqui então, mostrando
1155 como foi apresentada a questão do DETER, já foi apresentada, eu vou passar rapidamente, já estamos com o tempo
1156 esgotado. Aqui a ala seqüencial nos principais estados que contribuem para o desmatamento da Amazônia, Mato
1157 Grosso, Pará e Rondônia. E aqui eu introduzi, rapidinho... aqui é a relação da redução das taxas do desmatamento
1158 por base operativa, mostrando a relação que existe com a atividade de fiscalização. Aqui também uma redução por
1159 bases operativas em forma de gráfico. Aqui, então, nós temos em 2004 18704 para 2004, 2005, 9.106 Km., falta
1160 saber para a conta que o (?) pode fazer para a gente chegar a essa taxa... à redução dessa taxa exata. Eu achei
1161 importante porque a gente tem visto na mídia, muito, a colocação e a gente vê todas as manifestações que existem,
1162 a relação que estão falando que existem entre a redução do preço da *commoditie* da soja no mercado internacional
1163 com a redução da taxa de desmatamento. Eu diria que como a essa variação começa a ocorrer no início desse ano,
1164 o que nós vemos de acordo com fonte da CONAB, é que houve uma manutenção da atividade de produção de soja,
1165 que dizer, apesar do preço no mercado internacional ter caído, ela não se refletiu espontaneamente, diretamente
1166 com a mesma velocidade na capacidade de produção. O nível se manteve um pouco estável, caindo um pouco, mas
1167 a soja continuou com a sua atividade. Aqui tanto com relação à soja, nós temos produção, consumo, exportação e
1168 estoque. Nós vemos que há um leve crescimento com uma certa estabilidade, quer dizer, não houve uma queda
1169 proporcional que foi a queda da soja, do valor da *commodities* no mercado internacional. Essa é a... é importante
1170 mostrar a variação do DETER, a área plantada de soja no Mato Grosso nos últimos 2 anos cresceu 17% e no país
1171 cresceu 10%. E aqui é uma relação entre o desmatamento, é bastante interessante, e a venda de maquinário caiu
1172 em 2005 apenas 0,25%, quer dizer, a atividade o investimento ele não parou de forma significativa, enquanto que o
1173 desmatamento teve uma taxa aí, vamos dizer, no pior dos mundos, de 40%. Bom, pode passar que isso já foi
1174 colocado, apenas a questão do fomento, é importante, nós estamos com 49 projetos de sensibilização e capacitação
1175 do manejo florestal junto com o SENAI, ONGs, sindicatos de madeireiros. É importante falar sobre o decreto 5523
1176 que aumentou a multa de 1.000 para 5.000, ao mesmo tempo estabelece que a autoridade pode designar um fiel

1177 depositário para embarcações, veículos, até a sua alienação final, o que impede que todo aquele equipamento volte
1178 para a mão do infrator através de uma liminar e obriga a (?) os resultados para a sociedade civil. Bom, e aí um final
1179 por alguma coincidência, as suas considerações finais são iguais às minhas, eu nem sei bem porquê. Mas é
1180 importante ressaltar que no ano de 2005, o desmatamento na Amazônia apresenta indícios concretos do
1181 desmatamento e que neste ano em função das ações de caráter mais estruturantes estarem ainda sendo
1182 implementadas e vão se repetir a médio prazo, as ações de comando e controle e de ordenamento fundiário, tiveram
1183 um papel decisivo na contribuição dessa redução. Obrigado, esse aí é o e-mail para contatos. Muito obrigado.
1184

1185 **Cláudio Roberto Bertoldo Langone – MMA (Secretário Executivo)**
1186

1187 Obrigado Flávio. Bem, nós vamos ter uma pequena rodada de debate pela manhã, depois à tarde nós vamos fazer
1188 um esforço grande para condensar as apresentações, no sentido de que a gente também oportunize manifestações
1189 à tarde. A proposta da mesa é que a gente abra uma rodada de falas, com 8 falas a cada 3 minutos. Rigorosamente
1190 marcado o tempo para que a gente possa ter um intervalo para o lanche, o almoço-lanche que será servido aqui
1191 mesmo, do lado de fora do auditório, a gente daria um intervalo de 1 hora, das 13 às 14 horas, retomando às 14
1192 horas, inclusive em função da limitação de vôos de alguns conselheiros que ainda viajam hoje. Estão de acordo? Nós
1193 já temos alguns registros de pedidos de inscrição aqui. Conselheiro André, pedido de esclarecimento.
1194

1195 **André Rodolfo Lima - ISA**
1196

1197 André Lima, representante nacional das ONGs no CONAMA, do Instituto Sócio Ambiental, eu queria só um
1198 esclarecimento, quer dizer, havia nos sido informado que nós teríamos na primeira etapa, eu sei que o tempo
1199 avançou bastante, não é? Mas nós teríamos um tempo um pouco mais tranquilo de debate, quer dizer, o ISA como
1200 um dos proponentes, inclusive desta reunião, gostaria de poder ter a oportunidade de discutir um pouco mais, a
1201 apresentação do Governo Federal, inclusive temos uma nota com a opinião de uma série de organizações do país
1202 inteiro. Eu acho que três minutos fica muito restrito, não é? Não sei se a gente então desloca essa fala para o
1203 período da tarde, porque as informações são muito consistentes, dados complexos, três minutos... difícil.
1204

1205 **Cláudio Roberto Bertoldo Langone – MMA (Secretário Executivo)**
1206

1207 Eu acho que nós poderemos... o nosso limitante aqui, Conselheiro André, o que nós combinamos, que o almoço será
1208 servido às 13 horas e nós temos 4 inscritos, entre o eles o próprio Conselheiro André. Eu não vejo dificuldade que
1209 nós possamos abrir um período maior para manifestação, para alguém que seja porta voz desse documento mais
1210 elaborado que possa usar mais de uma inscrição, para fazer essa fala. O nosso limitante é que a gente recolha
1211 algumas inscrições e vá até às 13 horas, não vejo dificuldade nisso. Ok. Então, o ICV, por exemplo, já está se
1212 dispondo aqui, a passar o tempo. Ok. Então, nós temos inscritos, o Conselheiro Sérgio Guimarães, a conselheira
1213 Rachel Trajber do MEC, o Conselheiro André, o Rafael do ARGONAUTAS e o Maurício da CNI. Ok. Nós vamos ter
1214 também o pedido de palavra por parte do Governo de Mato Grosso, permitirá a manifestação do Presidente da
1215 Assembléia do Estado, o Conselheiro Francisco Soares. Com isso nós encerraríamos essa etapa, com o Dr. Paulo
1216 Nogueira Neto. Então, nós vamos encerrar essa etapa aqui, poderíamos começar, então, com a fala do Conselheiro
1217 André, que usaria de um tempo maior para falar, comentar esse documento produzido por várias organizações que
1218 são membros do conselho. O Conselheiro André teve o tempo concedido por mais duas organizações, Conselheiro
1219 considera que sete, oito minutos é suficiente para...?.
1220

1221 **André Rodolfo Lima - ISA**
1222

1223 Eu vou tentar porque a objetividade não é muito característica de advogado, não é? Gosta de falar, fazer um esforço.
1224

1225 **Cláudio Roberto Bertoldo Langone – MMA (Secretário Executivo)**
1226

1227 Ok. Então tem a palavra o Conselheiro André Lima, Instituto Sócio Ambiental.
1228

1229 **André Rodolfo Lima - ISA**
1230

1231 Bom, antes de mais nada eu queria parabenizar a iniciativa do CONAMA e da Ministra Marina Silva que acatou uma
1232 recomendação feita também pelas organizações de que fizessemos essa reunião aqui em Cuiabá, na oportunidade

1233 ainda não havia ocorrido Curupira, nem nada, então era uma preocupação nossa poder fazer essa discussão aqui,
1234 na presença de organizações e de cidadãos do estado. Eu teria algumas preliminares a fazer, mas dado o tempo
1235 exíguo eu vou misturar um pouco da leitura de uma nota do grupo de trabalho de florestas do fórum brasileiro que
1236 ONGs e movimento sociais, que agrega cerca de 800 organizações no Brasil este GT Florestas é composto por 20
1237 organizações, entre elas o Instituto Sócio Ambiental, o IPAM, IMAZON, o IPIS, WWF, uma série de organizações que
1238 estão aqui também, o Instituto Centro de Vida, a Fundação SEBRAC, algumas organizações que são também
1239 membros do CONAMA. Então, para... eu vou ler um pouco da nota para não fugir do objetivo, eu preferia ter um
1240 pouco mais de tempo para esclarecer pontos da nota, mas eu vou tentar ser, portanto, objetivo. Antes de ler a nota
1241 também, na pessoa do professor Paulo Nogueira Neto parabenizar o CONAMA não só por essa reunião, mas pelo
1242 esforço que tem sido feito principalmente deste Governo de fortalecimento do Conselho Nacional de Meio Ambiente
1243 na pessoa do Profº Paulo Nogueira Neto, por ser testemunha do aprimoramento permanente do CONAMA e,
1244 portanto a gente vê que essa... a realização dessa reunião aqui ela é uma consubstanciação desse fortalecimento.
1245 Vamos à nota. O anúncio da diminuição do desmatamento principalmente no mês junho baseado nos dados do
1246 sistema DETER apurados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, constitui uma expectativa bastante positiva
1247 de redução dos índices de desmatamento em relação ao período de 2003, 2004. Os avanços na disponibilização de
1248 informações em tempo hábil para permitir análises e discussões a respeito da tendência desmatamento, assim como
1249 permitir uma reação em tempo real à ilegalidade por parte dos órgãos responsáveis, são um importante passo do
1250 Governo Federal no tratamento da questão. As ações de criação de unidades de conservação e de interdição
1251 administrativa de áreas do Pará parece ter reduzido expressivamente os desmatamentos e merecem ser
1252 reconhecidas e fortalecidas. Mas a implementação das unidades de conservação já criadas deve ser objeto de maior
1253 atenção por parte do plano, esse é dado importante, não apenas a criação, mas a implementação das unidades
1254 criadas. Entretanto, para alcançarmos melhores resultados na prevenção e no combate ao desmatamento é
1255 importante avaliarmos as diversas variáveis que contribuíram para essa redução de modo a direcionar as políticas de
1256 forma adequada à solução do problema. E aqui tem um pouco uma certa contraparte em relação aos dados que o
1257 Flávio Montiel apresentou, que nós achamos tem que ser considerado sim, não é? Não obstante reconheçamos toda
1258 a iniciativa e o esforço do Ministério do Meio Ambiente nas medidas de comando e controle. Período de 2004, 2005
1259 foi caracterizado por uma conjuntura desfavorável para a realização de novos desmatamentos que não era registrada
1260 desde 91, em particular, queda expressiva nos preços das principais *commodities* relevantes para a situação da
1261 agropecuária na Amazônia e aí tem uma série de dados do CONAB nesse sentido, quer dizer, preço da carne, entre
1262 julho 2004, 2005 caiu 20% ao produtor, 13 no mercado futuro. O preço da soja caiu 39% entre agosto 2004, agosto
1263 2005. No mesmo período o farelo caiu 41%, preço do óleo, 42, são dados do CONAB. A valorização em mais de
1264 21% em relação ao dólar assim desestimulando e onerando a exportação. Taxas de juros permanentemente além
1265 dos 19%, contribuindo para desestimular atividades de investimento em expansão de base produtiva, Endividamento
1266 sem precedentes do setor agropecuário, mais de 30 bilhões, segundo dados do Banco Central de junho agora de
1267 2005. Estagnação do setor de construção civil, principal comprador de madeira oriunda de autorizações de
1268 desmatamento, são dados do SINDUSCON, no período entre julho de 2004 e julho de 2005. A ausência de qualquer
1269 investimento de porte em infraestrutura na região e pavimento de poucas dezenas de quilômetros de rodovias
1270 federais. Portanto são elementos, dados, que precisam ser bem analisados, motivo pelo qual a alegria de vermos a
1271 redução nas taxas de desmatamento, ela é relativizada porque a alegria seria tanto maior se ela fosse acompanhada
1272 com também o crescimento e o desenvolvimento sustentável da agricultura brasileira. Nesse contexto as estimativas
1273 preliminares recentemente divulgadas, com base em dados do DETER, apontando para uma taxa de
1274 aproximadamente 16.000 Km², aí é uma taxa estimada pelo IMAZON, não pelo Ministério do Meio Ambiente, como
1275 lembrou o Capobianco. Representa um elemento ainda de grande preocupação. O que poderá acontecer frente à
1276 provável alteração das condições acima descritas, não só provável como desejada, alterações das condições
1277 econômicas acima descritas, mais do que isso, preocupa-nos o fato de que 92% da redução anual, concentrou-se
1278 apenas em um dos 12 meses. E aproximadamente 70% da redução total deu-se apenas no Estado do Mato Grosso,
1279 não é? Nos demais 11 meses, antes e depois, o ritmo do desmatamento foi equivalente ao do ano anterior, uma
1280 baixa queda. Portanto mais que uma tendência de desmatamento parece que estamos tratamento de um parêntese
1281 de queda abrupta. Tal expressiva redução em junho vem sendo associada ao impacto da operação curupira que
1282 levou à prisão de 47 funcionários públicos e 41 entre madeireiras despachadas, embora a operação não tenha
1283 atingido nenhum agente direto do desmatamento, a suspensão das atividades de emissão de autorizações e de
1284 transporte... autorização para o desmatamento e de transporte de produtos florestais, logo após as prisões
1285 contribuiu, sim, para a queda. Preocupa-nos, no entanto, o fato de que passada a, entre aspas, "ressaca" da curupira
1286 os dados de desmatamento de julho e agosto deste ano já apontam para uma retomada de patamares de
1287 desmatamento, dos mesmos patamares de desmatamento do mesmo período do ano passado. Este fato dentre os
1288 outros já apontados em carta endereçada à Ministra Dilma Rousseff há duas semanas, aponta para a necessidade

1289 de revisão do plano interministerial de previsão de combate aos desmatamentos, que deveria, por exemplo,
1290 fortalecer sim as ações de combate à corrupção, por exemplo. Eu já estou concluindo aqui, faltam só 5 páginas.
1291 Independentemente dessas considerações e aqui eu acho que é um ponto mais relevante dessa nota. É necessário
1292 destacar que os dados sugerem que se atingiu nesta década um novo piso mínimo de taxa de desmatamento, que
1293 mesmo em conjunturas de relativa falta de pressão econômica, alcança o patamar de 15.000 Km². Este é um dado
1294 para a gente refletir bastante, quer dizer, o piso mínimo, no momento de forte investimento em ações comando e
1295 controle, mas de baixa pressão econômica é um piso bastante superior à da média dos últimos anos, ou bastante...
1296 não, superior à média dos últimos anos. Um outro dado que nos preocupa, nas (?) semanas é especialmente
1297 preocupante a retomada por parte do Governo, em especial da Casa Civil responsável pela coordenação do plano,
1298 de iniciativas que visam acelerar e forçar o processo de várias grandes obras que deveriam ter sido objeto de revisão
1299 com base no plano. O plano de combate ao desmatamento, como bem demonstrou o Capobianco, ele previa uma
1300 linha de ação voltada à análise e às cautelas ambientais de grandes obras de infraestruturas e essa parte foi
1301 suprimida do plano. E aí tem uma série de exemplos aqui que eu vou passar para frente. Algumas importantes ações
1302 previstas no plano de prevenção ao combate ao desmatamento ainda não foram devidamente implementadas e
1303 constitui uma lacuna nos esforços do Governo Federal, em especial à promoção da intensificação do uso
1304 agroeconômico de áreas já desflorestadas, por meio de recuperação de pastagem, fomento, a produção de culturas
1305 permanentes, a adoção de práticas de uso conservacionista do solo e formulação de um plano interministerial para
1306 coordenar ações integradas do uso agroeconômico dessas áreas. Capobianco também mostrou aqui, que segundo
1307 dados do IBGE são 160, 165.000 Km² de área abandonada na Amazônia e que com algum investimento, e a se
1308 discutir o quanto isso, poderia reduzir a pressão pela abertura de novas áreas. Do mesmo modo, a adoção como
1309 exigência básica para os produtores rurais, contemplados nos programas do Ministério da Agricultura, também do
1310 cumprimento da legislação ambiental previstas já nos próprios documentos do Ministério da Agricultura, precisa ser
1311 estipulada e ganhar uma escala real de implementação. Nesse sentido indo direto às propostas. O GT Florestas
1312 propõe ao Governo Federal e ao CONAMA a adoção das seguintes medidas para potencializar as ações do Governo
1313 na prevenção do desmatamento. 1. Constituição de um grupo de trabalho na Câmara Técnica de Economia e Meio
1314 Ambiente do CONAMA, para propor critérios de sustentabilidade aos incentivos econômicos existentes para a
1315 agricultura. É importante que para além das ações de comando e controle e de um marco legal, que todos os
1316 problemas é o que está aí, se tenham incentivos econômicos para atrair os produtores rurais para a legalidade. E
1317 esses critérios, esses instrumentos, estão sendo discutidos, mas precisamos de definições e de ações concretas em
1318 relação a isso. O 2º dado, promover reais incentivos para o manejo florestal certificado, priorizando a contratação
1319 imediata dos 200 engenheiros florestais que está prevista pelo IBAMA para agilizar os planos de manejo sobre
1320 análise, no referido órgão. A revisão, 3º ponto, do plano de prevenção e combate aos desmatamentos para definição
1321 de focos e prioridades aqui foram expostas algumas das prioridades, às quais nós reconhecemos, mas há outras,
1322 pouco tratadas num emaranhado de mais de 150 ações. É preciso foco, é preciso prioridade. Constituição de um
1323 grupo permanente no âmbito grupo interministerial com participação de organizações da sociedade ou mesmo no
1324 próprio CONAMA para o monitoramento e avaliação periódica das ações do plano. Esses dados muito interessantes
1325 apresentados aqui pelo Dr Flávio Montiel, diretor de proteção ambiental, eles precisam ser decupados, precisam ser
1326 compreendidos, para que possamos sim, apoiar os esforços e rever outros esforços na medida em que possamos
1327 compreender esses dados e os resultados. E por último, rever todos os procedimentos e mecanismos em tempo
1328 emergencial, de aplicação, cobrança e execução de sanções, infrações ambientais para garantir a eficácia e a
1329 eficiência desse sistema de comando e controle, porque indicador de resultado não é valor de multa aplicada,
1330 indicador de resultado é efetivamente cobrado e é com a redução dos índices de desmatamento. Com base nisso,
1331 bom, eu teria outras considerações a fazer, eu vou agradecer a oportunidade e registrar, no CONAMA que nós
1332 encaminhamos ao Presidente do IBAMA, duas cartas que eu queria deixar registrada aqui. Solicitando informações
1333 sobre autos de infração, como é que estão andando as ações de comando e controle específicas do IBAMA e queria
1334 deixar registrado aqui, pedir inclusive que vocês recebessem aqui formalmente. Eu queria agradecer, dizer que o GT
1335 Florestas está com esse viés, com esse enfoque, de ação de comando e controle, só esporádica, para resultado,
1336 sim, emergenciais, mas não permanentes, precisamos trabalhar em incentivos econômicos para atrair os produtores
1337 rurais para a legalidade e para garantir competitividade àqueles que querem trabalhar legalmente. Esse é o enfoque
1338 que talvez o CONAMA tenha muito a contribuir, na medida que tem sim, muita gente aqui com competência e
1339 interesse nessa matéria. Muito obrigado.

1340
1341 **Cláudio Roberto Bertoldo Langone – MMA (Secretário Executivo)**
1342

1343 Obrigado Conselheiro André. Nós vamos então, seguir as demais inscrições, nós temos mais seis... sete inscrições,
1344 em função do número de inscrições nós vamos ser rigorosos. Torno público a todos aqui, Governador, que nós

1345 temos um relógio secreto aqui no meu Notebook, que não é projetado na tela, mas... para não constranger os
1346 oradores, mas que nós temos... nós vamos ter então um controle para oportunizar que todos os inscritos falem nessa
1347 etapa sem prejuízo das suas manifestações no período da tarde. Passo a palavra à conselheira Rachel Trajber,
1348 Ministério da Educação.

1349
1350 **Rachel Trajber – MEC**

1351
1352 Bom dia, eu vou tentar ser breve e dar conta. Ao esforço do Ministério do Meio Ambiente, tanto em ações
1353 estruturantes e de comando e controle para o desenvolvimento sustentável, se une um instrumento fundamental,
1354 para a construção de sociedades sustentáveis que é a educação ambiental, que no Governo Federal é coordenada
1355 pelo órgão gestor da política nacional de educação ambiental, pelo MEC e pelo Ministério do Meio Ambiente. Agora
1356 falando especificamente do Ministério da Educação. As ações que vêm sendo feitas em educação ambiental e
1357 especificamente na Amazônia legal, elas são bastante abrangentes e estão atingindo milhares de escolas em toda a
1358 região. Em 2003 o Ministério do Meio Ambiente lançou a campanha: “Vamos cuidar do Brasil” com a Conferência
1359 Nacional do Meio Ambiente, especificamente a Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, que é uma
1360 ação idealizada pela Ministra Marina Silva, e que atingiu em 2003, 16 mil escolas e seis milhões de pessoas
1361 participaram dessa conferência. No ano seguinte o MEC decidiu trabalhar no aprofundamento desta ação com o
1362 “Vamos cuidar do Brasil”, com as escolas e que não se poderia ficar somente na conferência, que apesar de ser
1363 mobilizadora, ela não dá a dimensão da educação continuada em educação ambiental, então foi criado o “Vamos
1364 cuidar do Brasil” com as escolas que atingiu e vocês têm em mãos, um quadro da... dos números da Amazônia legal,
1365 que 1.608 escolas da região toda da Amazônia legal, 2.614 professores e 2.134 alunos participaram diretamente de
1366 seminários, em que se trabalhou um tema gerador, que é consumo sustentável aprofundando todas as ações da
1367 conferência e as temáticas da conferência, e criando uma ação estruturante que se chama comissões de meio
1368 ambiente e qualidade de vida nas escolas, com os alunos e alunas das escolas. Então, 2.134 alunos participaram
1369 dessa ação e estão criando “agendas 21” nas escolas. E isso, só esse número... é só para Amazônia legal, no Mato
1370 Grosso, especificamente nós trabalhamos com 184 escolas e com 268 professores e 268 alunos. Agora com a 2ª
1371 Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente que tem quatro temas, sendo dois especificamente ligados
1372 à questão do desmatamento e da biodiversidade, que são mudanças climáticas, biodiversidade, segurança alimentar
1373 e diversidade étnico-racial, esses são os quatro temas. Nós estamos trabalhando com um total de 10.215 escolas...
1374 vão receber essa... o passo a passo de como fazer a conferência com todo esse material para discutir com as
1375 comunidades, tendo a escola como um local de conferência. E todo esse debate vai levar na direção de um
1376 conhecimento muito mais aprofundado e global e local simultaneamente com relação ao desmatamento, à questão
1377 do desmatamento na Amazônia. E aqui está lançado um grande desafio, que é... nós temos 10.000 escolas que vão
1378 receber esse... o passo a passo, então o desafio é sermos, quantas escolas na Amazônia nós vamos poder ajudar a
1379 fazer a Conferência Nacional Infanto-Juvenil Pelo Meio Ambiente. Muito Obrigada.

1380
1381 **Cláudio Roberto Bertoldo Langone - MMA (Secretário Executivo)**

1382
1383 Obrigado, Conselheira Raquel. Conselheiro Rafael ONG Argonautas. Vou avisar quando faltar um minuto e este
1384 copo, excelente aqui, a sonoridade desse copo avisará quando concluir o tempo. Vou levar o... o Governador vai
1385 fazer uma doação ao CONAMA, Ministro, o copo aqui.

1386
1387 **Rafael Magalhães - ARGONAUTAS**

1388
1389 Senhora Ministra, senhor Governador, senhoras e senhores conselheiros e conselheiras, sou Rafael Magalhães,
1390 representante das entidades ambientalistas da região amazônica, do CONAMA. Venho aqui, humildemente destacar
1391 a importância de termos políticas integradas de controle de desmatamento na Amazônia. O plano de ação em tema,
1392 nos mostra que temos conquistado alguns avanços. Porém é necessário mais, muito mais. E eu venho aqui
1393 lembrar com muita emoção no coração a morte da irmã Doroti e não só dela, mas de grandes lideranças sócio-
1394 ambientais da Amazônia que foram assassinadas e continuam sendo assassinadas, então isso não pode ser
1395 esquecido e essa luta, ela tem que ser assumida por todos nós. Temos que resgatar de forma urgente essa luta
1396 contra o desmatamento na Amazônia e pela sustentabilidade. Temos que intensificar essas ações contra os crimes
1397 de exploração florestal e grilagem. Destaco nesse momento que está instalada, em várias áreas da Amazônia, uma
1398 cultura do medo. Nossa população está totalmente afetada por isso, quem for lá em Altamira, lá em Anapu vai
1399 perceber isso. E agora mesmo em agosto, lá no Amazonas nós tivemos a agressão de um companheiro nosso uma
1400 grande liderança, Adilson Vieira, numa reunião que estava acontecendo com madeireiros. Então, nós temos que

1401 reverter esse processo. Então, eu dou aqui a minha fala, eu gostaria de destacar no sentido de nós protestarmos
1402 contra essas ações drásticas que afetam diretamente a cultura, os recursos naturais e a vida dos habitantes da
1403 Amazônia. Isso deve ser considerado principalmente por aqueles que fortalecem a política de avanço da fronteira
1404 agrícola, na região norte. Temos que dar um basta nessa política tradicional de ampliação na monocultura branca em
1405 detrimento da cultura familiar, da agricultura familiar. Santarém, que fica no oeste paraense tem sentido isso, onde
1406 essa integração multimodal, para escoar a produção, destaco a BR163, ela deve ser vista com mais cuidado. Então,
1407 eu venho aqui justamente para destacar essa questão que ela deve ser vista com mais cuidado, mais cuidados, está
1408 certo? Muito obrigado.

1409
1410 **Cláudio Roberto Bertoldo Langone - MMA (Secretário Executivo)**

1411 Obrigado. Próximo Conselheiro, Maurício Mendonça - CNI. Tem a palavra

1412
1413
1414 **Maurício Mendonça - CNI**

1415
1416 Senhora Ministra, senhor Governador, prezados conselheiros, conselheiros do CONAMA. Eu gostaria de trazer uma
1417 palavra aqui do setor produtivo muito no sentido de contribuir mais para o foco do tema da apresentação e chamar
1418 atenção de alguns pontos. O primeiro deles eu acho que seria muito importante que nessa análise que está sendo
1419 feita dos resultados do programa de combate ao desmatamento, que fosse levado em consideração outros
1420 indicadores, principalmente indicadores de caráter econômico e social. Eu acho que se nós pretendemos
1421 implementar políticas de desenvolvimento sustentável nos não podemos avaliar uma política pública, apenas pelos
1422 indicadores, mas de caráter ambiental. Falta nessa apresentação qual é o impacto que está tendo essas ações sobre
1423 o emprego sobre a renda, sobre os preços locais, sobre as vendas que acontecem naquelas regiões. Sobre o próprio
1424 valor dos patrimônios envolvidos. A desvalorização patrimonial que acontece nestes lugares e também a
1425 arrecadação de impostos decorrentes. Eu acho que sem ter uma clareza dos impactos econômicos fica muito difícil
1426 da gente fazer uma avaliação global, se a política que nós estamos adotando é correta ou não. Falta também, como
1427 uma maior clareza, quais são os investimentos públicos compensatórios que estão sendo o feitos para essas
1428 populações atingidas. Eu acho que cabe à comissão interministerial uma ação absolutamente coordenada dentro do
1429 governo, para garantir maiores investimentos em educação, em saúde, seguro desemprego e seguridade social,
1430 programas com a bolsa família, de forma que você garanta, certamente os impactos negativos que você tem, ao
1431 paralisar atividades como a atividade produtiva. Eu queria solicitar ao Capobianco também, que ele pudesse nos
1432 permitir fazer uma discussão organizada sobre aqueles dados que ele apresentou referentes aos estudos do IBGE
1433 sobre a natureza dos biomas envolvidos. Eu acho que essa é uma discussão crucial, não quer dizer que nós vamos
1434 chegar a um consenso, mas eu acho que a gente também não pode se fundamentar toda a ação pública em cima de
1435 um único dado, de uma única instituição, sabendo que em geral, no meio acadêmico, nós temos uma pluralidade de
1436 visões sobre esses aspectos. Gostaria de pedir também ao Ministério do Meio Ambiente, que a gente pudesse
1437 institucionalizar a discussão sobre as políticas voltadas para os distritos florestais sustentáveis. Acho que esse é um
1438 ponto muito importante, interessa particularmente ao setor produtivo, e por último eu acho que seria também
1439 fundamental, uma apresentação com mais clareza dos resultados obtidos com os recursos do FNO e FCO, me
1440 parece que ainda não temos, ainda quantitativos para avaliar se as políticas propostas estão adequadas ou não. Só
1441 para terminar eu queria parabenizar o André pela exposição dele. Eu acho que foi muito precisa, muito organizada e
1442 gostaria de colocar o setor produtivo à disposição do GT das ONGs, do Fórum de ONGs para a gente discutir mais
1443 detalhadamente o documento que eles prepararam. A gente não tinha conhecimento anteriormente, mas ele se
1444 alinha muito com o que a gente vem defendendo aqui nesse espaço que é trocar comando e controle por
1445 instrumentos econômicos e incentivos à produção. Muito obrigado.

1446
1447 **Cláudio Roberto Bertoldo Langone - MMA (Secretário Executivo)**

1448 Obrigado, Conselheiro Maurício. Agora passamos a palavra ao governo do estado do Mato Grosso, que concede a
1449 palavra, então, na condição de conselheiro, ao Presidente da assembléia legislativa, Deputado Silval Barbosa, cuja
1450 presença saudamos aqui. Com a palavra.

1451
1452
1453 **Silval Barbosa - Presidente da Assembléia Legislativa - MT**

1454 Obrigado. Quero cumprimentar a Ministra Marina Silva, no seu nome eu cumprimento todos os demais membros do
1455 Ministério do Meio Ambiente, ao Sr. Langone, ao governo do estado. Trago aqui uma preocupação como Presidente
1456

1457 da Instituição Poder Legislativo. Primeiro: na medida que se fortalece a parceria no pacto federativo ela depende de
1458 normas, as normas vão desaguar no Poder Legislativo e falando sobre o tema, sobre o mapa. Primeiro eu vou
1459 colocar: 24 anos é o aniversário do conselho. 9 anos se comemora a medida provisória 2166, aonde que se
1460 estabeleceu a área da Amazônia, a área de desmatamento de 20%. A preocupação minha, Ministra, é o antes. Tudo
1461 o que foi autorizado por lei dentro dos desmatamentos até os 50%. Hoje dentro da nova legislação a maior
1462 preocupação dos nossos produtores é que vão ter que fazer a recuperação dessas áreas, ou nas reformas do pasto,
1463 todo o impacto de arrima, enfim, tudo isso eu acho que tem que ser levado em consideração, porque essa briga,
1464 essa luta, vai desaguar dentro do Parlamento. Então, é uma discussão, esse mapa da área de transição, aqui muito
1465 bem colocou o setor produtivo, Dr. Capobianco, eu acho que ele cabe uma reavaliação. Nós temos um problema
1466 mais sério dentro da Instituição Parlamento Legislativo que é o zoneamento. O zoneamento que começou-se a
1467 trabalhar nele e gastou milhões de dólares do Governo Federal, em 1992. Um zoneamento que está aqui hoje
1468 totalmente desfigurado e que cabe a nós adequar normas dentro da nova legislação e respeitando a legislação de 9
1469 anos atrás, também. Então, é uma discussão que eu gostaria, Ministra, de ser levada em consideração nós temos
1470 outro problema seriíssimo também dentro dessa área que é a regularização fundiária e acima de tudo uma
1471 preocupação maior ainda se continua se fazendo o assentamento em área de mata, na Amazônia legal. E o
1472 pequeno... o agricultor pequeno, ele não tem nem lá como fazer o seu aciro(?), a sua prevenção de fogo. A gente
1473 rouba lá dois, três hectares, que é permitido por lei, taca fogo e o fogo vai embora mata adentro. Então isso, diz que
1474 é proibido fazer assentamento em áreas de mata, então, esses conflitos da legislação que a gente tem que discutir
1475 um pouco mais, se aprofundar um pouco mais, essa preocupação eu já coloquei na última reunião lá em Brasília,
1476 com a Ministra. E eu gostaria, como Presidente do Poder Legislativo, mais uma vez reafirmo, conforme anda o
1477 fortalecimento do pacto federativo, vai precisar de normas no poder legislativo, e nós temos que ter o mínimo de
1478 entendimento dentro dessas matérias, enfim, eu teria várias considerações, mas o momento não me permite, num
1479 outro momento oportuno eu trarei o tema à tona. Obrigado.

1480
1481 **Cláudio Roberto Bertoldo Langone - MMA (Secretário Executivo)**
1482

1483 Obrigado presidente. Passo a palavra ao Conselheiro Francisco Soares ONGs região nordeste.

1484
1485 **Francisco Rodrigues Soares - SAMAN Nordeste**
1486

1487 Quero antes de tudo parabenizar o Ministério do Meio Ambiente, através da Ministra Marina Silva e todos os
1488 integrantes e dizer que essa questão do desmatamento da Amazônia, vem de décadas. Vem de décadas. Nós
1489 sabemos que o mogno em muitas regiões da Amazônia, nem mais existe. Ora, graças à ação do Ministério do Meio
1490 Ambiente em conjunto com o IBAMA é possível se conhecer os números, Ministra. Esses números eram ocultos,
1491 ninguém sabia desses números? Hoje é possível você saber através de mapeamentos que o Ministério está
1492 acompanhando essa estatística. Porque era desconhecida, no passado e colocada debaixo do tapete. Então, mas aí
1493 não é só o caso. O problema existe, como buscar soluções? Tem que haver, o setor produtivo pode muito bem
1494 conciliar que temos que parar, a utilização de floresta nativa para produção. Tem que começar a produzir floresta, a
1495 trabalhar em áreas novas, reflorestadas, em áreas que foram degradadas no passado produzir a madeira que
1496 precisa para ser explorada de forma comercial e econômica e deixar essa maneira de se instruir somente mata
1497 nativa. Vamos produzir a madeira, que ela é economicamente viável e sustentável, Ora, o que é interessante falar é
1498 que a questão do contrabando, do tráfico de madeira está ocorrendo de modo desenfreado nesse país. Essa
1499 semana há menos de quinze dias, lá no Piauí, foram apreendidas várias e várias carretas, cujo valor estimado a (?)
1500 de ontem, chega a 2 milhões de reais, a quantidade de madeira apreendida da Amazônia. Isso vindo da Pará,
1501 daquela região de (?), passado pelo Maranhão, (?) foram presas no posto fiscal do Piauí de Teresina. Então, eu quero
1502 dizer, o que nós precisamos, também, é fortalecer a questão da fiscalização e monitoramento. Temos que haver
1503 contratação de pessoal, pessoal novo para o IBAMA, porque nós vimos aí a dificuldade que a polícia federal, a
1504 polícia rodoviária e o IBAMA para fazer fiscalização precisamos também reativar vários postos de fiscalização do
1505 IBAMA que foram fechados, por aí, em vários lugares. Reativar, não tem pessoal, vamos abrir concurso público e
1506 melhorar isso. A outra coisa: as multas aplicadas provenientes de infrações e apreensão, esse dinheiro tem que
1507 retornar para a fiscalização para coibir essa questão e inclusive ações educativas de educação ambiental vamos
1508 fazer, Ministra, que esse dinheiro (?) aplicado para nós era importante que não tivesse nenhuma multa aplicada, mas
1509 já que aconteceu, que esse dinheiro volte para a máquina fiscalizadora para contratar pessoal, para fazer
1510 fiscalizações e ações educativas. Isso nós precisamos e a outra foi esse que nós fizemos. Precisamos de já, de já
1511 mesmo, estabelecer esses postos de fiscalização em fronteira com os estados e saber que o setor produtivo pode
1512 conviver, e também o plantio de manejo de floresta, agora a maioria da... que está ocorrendo por aí são

1513 desmatamento sem nenhuma consistência técnica onde acaba a floresta e destrói toda a natureza. Então, vamos
1514 fazer isso, todos. É possível todo mundo conviver e preservar a natureza para as futuras gerações.
1515

1516 **Cláudio Roberto Bertoldo Langone - MMA (Secretário Executivo)**
1517

1518 Obrigado Conselheiro Soares. Passo a palavra ao Conselheiro Paulo Nogueira Neto.
1519

1520 **Paulo Nogueira Neto**
1521

1522 Para mim, estar hoje aqui é um verdadeiro sonho. Um sonho porque quando começamos, eu fui o primeiro
1523 Secretário Federal do Meio Ambiente. Nós tínhamos apenas três salas e cinco funcionários para tratar do meio
1524 ambiente de todo o Brasil. Hoje são milhares de pessoas e ainda faltam outros milhares, porque é uma atividade que
1525 diz respeito à qualidade de vida da qual nós todos dependemos, e fico maravilhado de ver, as propostas de controle,
1526 a ação de controle que é exercida aqui... está sendo exercida, está sendo planejada, muito bem planejada e
1527 realmente a exposição do nosso amigo Capobianco, do Montiel e vejo aqui também a presença do Presidente do
1528 IBAMA, Profº Marcos Barros. Tudo isso para mim é um sonho, como eu disse, ver que o que está sendo planejado, e
1529 disso certamente depende da manutenção, não somente do progresso, futuro do país, mas também de um equilíbrio
1530 a respeito da qualidade de vida. Quero dizer também que ao ouvir o Governador do estado falando repetidamente da
1531 autosustentabilidade e ver a Ministra Marina Silva também preocupada com isso com a situação das pessoas que
1532 vivem na Amazônia. Eu queria dizer que eu fiz parte da comissão Proplan das Nações Unidas onde surgiu, essa
1533 expressão autosustentabilidade, e esta expressão surgiu porque nós estávamos preocupados com o problema
1534 demográfico do planeta, não é? Aumentando a 2% ao ano e dobrará o planeta, a população em cerca de 36 anos,
1535 então isso é um problema assim da maior magnitude. E estudando a parte demográfica desse problema, esse
1536 problema demográfico nós chegamos à conclusão, pelo depoimento de técnicos que trabalhavam nesse assunto,
1537 chegamos à conclusão de que era preciso erradicar a miséria. Erradicar a miséria porque eram situações de miséria
1538 e que a população explode, então, para ter esse equilíbrio precisamos erradicar a miséria. Aí surgiu uma outra
1539 questão: como erradicar a miséria? É viável erradicar a miséria, não é viável? Com dados obtidos das Nações
1540 Unidas chegamos a conclusão que é perfeitamente possível erradicar a miséria. Seriam necessários aplicar cerca de
1541 250 bilhões de dólares por ano, num período de quinze, vinte anos, ou algo assim, é possível erradicar a miséria.
1542 Naquele tempo que era da guerra fria usava-se 1 trilhão de dólares em armamento. E ainda hoje, usa-se 600 bilhões
1543 de dólares por ano em armamentos E a melhor coisa para fazer com os armamentos, pelo menos em tese, é não
1544 usá-los porque quando se usa o armamento, se matam pessoas, e nós precisamos salvar vidas humanas. Então,
1545 essa questão da sustentabilidade foi exatamente a maneira que nós encontramos de definir isso, e como disse o
1546 Governador aqui, com outras palavras, que fosse o tipo de progresso, o tipo de atividade que não prejudica a
1547 geração atual e nem prejudique as gerações futuras. Então, nós precisamos, no meio ambiente, nosso ideal
1548 ambiental incorporar o conceito da sustentabilidade, portanto, nós precisamos de progresso, mas esse progresso
1549 tem que ser um progresso que favoreça a qualidade de vida, que favoreça a vida, que favoreça a biodiversidade. Eu
1550 quero agradecer aqui a todas as referências à minha pessoa e dizer que na realidade existe um ditado que diz o
1551 seguinte: que uma andorinha sozinha não faz verão. Então se eu pude fazer alguma coisa, e tenho consciência que
1552 fiz alguma coisa, foi porque obtive o apoio do movimento ambientalista, tive uma legião grande de amigos que a cada
1553 dia aumenta e assim eu quero ver. E quero também, para terminar, agradecer a Deus, que me deu essa
1554 oportunidade maravilhosa de estar aqui e ver todos esses desenvolvimentos e de assistir ao começo de uma nova
1555 era e essa reunião aqui marca para mim, o início de uma nova era, um entendimento entre o Governo Federal e o
1556 Governo dos Estados. Eu sou profundamente federalista, eu acho que a Federação Brasileira, precisa ser fortalecida.
1557 Muito obrigado.
1558

1559 **Cláudio Roberto Bertoldo Langone - MMA (Secretário Executivo)**
1560

1561 Obrigado ao Dr. Paulo. Passo a palavra ao Conselheiro Sérgio Guimarães do Instituto Centro de Vida.
1562

1563 **Sérgio Henrique Guimarães - ICV**
1564

1565 Em primeiro lugar eu quero parabenizar o Dr. Paulo Nogueira Neto, pelo trabalho que o mesmo fez, e que continua
1566 fazendo no CONAMA, um exemplo para todos nós. Quero também parabenizar o Governo do Estado e o Ministério
1567 do Meio Ambiente pela reunião, pela organização dessa reunião aqui em Mato Grosso, nesse momento para discutir
1568 esse tema que eu vejo de fundamental importância. Quero ressaltar a presença de várias pessoas aqui, do

1569 Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Silval Barbosa, pessoal das ONGs de Mato Grosso, do FORMAD,
1570 das ONGs de todo o Brasil que estão aqui e dizer da importância do CONAMA na discussão desse tema
1571 desmatamento. Eu acho que é importante também, esse tema ser trazido para o Conselho Nacional de Meio
1572 Ambiente, daí eu acho que é uma importância histórica dessa reunião, que tem também a participação de várias
1573 pessoas do setor econômico também. Quero ressaltar também a presença do Homero, que é o Presidente da
1574 FAMATO. Eu acho que o diálogo e o entendimento na busca de soluções é fundamental nesse momento. Porque se
1575 de um lado nós estamos tratando, porque quando nós tratamos do desmatamento, Deputado Silval, é porque... é a
1576 preocupação com a destruição da floresta o que significa, são... são problemas de conseqüência sérias. De outro
1577 lado tem as questões econômicas que também são importantes, então é preciso diálogo e é preciso encontrar um
1578 caminho nesse sentido e eu sou uma das pessoas que acredito que isso é possível. E neste sentido eu acho que
1579 Mato Grosso tem um desafio histórico neste momento, que é compatibilizar suas principais atividades econômicas,
1580 setor madeireiro, setor agropecuário com a sustentabilidade. É fácil a gente falar isso, mas não é fácil aplicar, então
1581 eu acho que esse é o desafio, deste início de século para o Mato Grosso. Não é um desafio que se vai superar em
1582 pouco tempo, mas é um desafio que se vai começar e essa reunião mostra que se está começando a superar nesse
1583 momento. Eu acho que o pacto, o acordo foi assinado hoje e que nós discutimos eles ontem, não é? As
1584 organizações da sociedade trouxeram várias preocupações importantes com relação a este acordo, é um passo
1585 importante. Mantendo as preocupações que foram trazidas ontem pela sociedade, eu acho que é importante que
1586 neste acordo haja dois pontos, que são importantes. A participação dos vários setores da sociedade no sentido de
1587 acompanhar e participar da execução desse acordo avaliar a transparência do que se está sendo feito, e também a
1588 estrutura, Governador, para a realização das atividades. Eu acho que isso é fundamental para que a CEMA possa ter
1589 a estrutura necessária para realizar essas atividades. Eu acho que isso é uma coisa bastante importante e o meio
1590 ambiente pesquisas realizadas recentemente, aqui no Estado, mostram que é parte significativa, a maioria da
1591 população coloca o Meio Ambiente como uma questão bastante importante para o futuro e para a sobrevivência.
1592 Nesse sentido eu acho que Mato Grosso tem esse desafio, nesse momento, um desafio histórico, um desafio
1593 importante, um desafio grandioso, do tamanho que é Mato Grosso mesmo, de manter a sua economia e manter
1594 também as estruturas ambientais que dão a riqueza que garante a riqueza que Mato Grosso... que esse Estado
1595 possa continuar sendo chamado de Mato Grosso, e eu vejo que o diálogo e o entendimento dos vários setores é o
1596 caminho fundamental e eu espero, Secretário Langone, que essa reunião possa trazer para o âmbito do CONAMA,
1597 desdobramentos Ministra, que possam levar e trazer soluções para nós. Nesse sentido a proposta que eu tenho para
1598 falar é esta. Eu endosso as palavras do Conselheiro Maurício Lobo, da CNI. A busca de adicionar mecanismos e
1599 ferramentas econômicas às ferramentas de controle e controle... e comando e controle são fundamentais no sentido
1600 que se possam encontrar as soluções definitivas para esse problema. Muito obrigado.

1601
1602 **Cláudio Roberto Bertoldo Langone - MMA (Secretário Executivo)**
1603

1604 Obrigado Conselheiro Sergio. Então vamos à última manifestação dessa parte anterior ao almoço, reitero que o
1605 almoço será servido na parte de fora do auditório, imediatamente após a conclusão. Eu passo a palavra à
1606 Confederação Nacional da Agricultura.

1607
1608 **João Carlos de Castro - CNA**
1609

1610 Boa tarde a todos, João Carlos de Castro da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, e eu já passo
1611 a palavra ao Dr. Homero, Presidente da FAMATO.

1612
1613 **Homero Alves Pereira - FAMATO**
1614

1615 Quero agradecer a gentileza da CNA, de passar esses três minutos aqui que eu... e queria agradecer a oportunidade
1616 da realização deste evento aqui em Mato Grosso, para nós de fundamental importância. A Ministra esteve aqui há
1617 pouco tempo atrás no outro(?) fórum de Desenvolvimento Rural Sustentável, onde a gente pode dialogar sobre os
1618 vários temas que aflige, obviamente, a sociedade com um todo, em particular os produtores rurais desse Estado, que
1619 escolhemos esse estado para viver e ser feliz, então a gente quer viver em harmonia, obviamente, com o meio
1620 ambiente do Estado que nós escolhemos para morar e constituir as nossas famílias. E a primeira coisa que eu falei
1621 com a Ministra a poucos dias atrás eu quero repetir neste fórum, com a Ministra, enquanto Presidente desse
1622 conselho, é uma maior participação do setor produtivo no CONAMA. Eu acho que é importante haver este
1623 contraponto e as ponderações do setor produtivo, eu acho que vai enriquecer o debate. O assunto ambiental tem
1624 tudo a ver com a gente, eu acho que se tem alguém que tenha condições efetivamente, fazer alguma coisa na

1625 prática ou que possa fazer intervenção no meio ambiente, são os produtores rurais. Podem fazer essa intervenção
1626 de forma proativa ou de uma forma negativa, então no momento que a gente não participa das discussões, de uma
1627 forma mais efetiva obviamente que você não se sente comprometido com aquela causa. Então, a palavra que eu
1628 chamo a atenção, eu vi o André aqui falar, o Conselheiro André, e o André colocava, que os instrumentos comando e
1629 controle foram importantes e que possibilitou chegar nos números que foram aqui apresentados, mas que outros
1630 componentes como o componente econômico de valoração do meio ambiente tem que ser incorporado a isso, e nós
1631 queremos somar com essa tese. E a outra tese que eu gostaria de colocar, é a tese do comprometimento, porque se
1632 não houver efetivamente o comprometimento de quem tem capacidade de fazer intervenção do meio ambiente,
1633 certamente as ações terão muito mais dificuldades de serem implementadas. Então, eu sinto que no momento que o
1634 setor produtivo ele é chamado para discutir e muitas vezes as pessoas, ultimamente tem estranhado que aqui no
1635 Mato Grosso, o setor produtivo, nós queremos estar em... eu falei ontem para o Gilnei, que se eu souber que está
1636 havendo alguma discussão sobre o meio ambiente no Mato Grosso e o setor produtivo não for chamado, nós vamos
1637 protestar, porque nós queremos estar em todas as discussões, efetivamente, sobre esse tema. Porque nós éramos
1638 pautados por pessoas, muitas vezes, que não tinha capacidade de fazer a intervenção e nós não pautávamos nesse
1639 tema. Então, o tema meio ambiente, Ministra, aqui em Mato Grosso é um tema também dos produtores rurais. E
1640 nesse sentido eu quero fazer uma provocação a este conselho. Que a gente tem debatido muito o nosso passivo
1641 ambiental, muito bem aqui colocado, toda a discussão que está atuando nesse conselho é sobre o nosso passivo
1642 ambiental, e eu quero fazer um desafio para nós brasileiros, produtores ambientalistas, Governo Federal e Estadual,
1643 nós valorizarmos o nosso ativo ambiental. Porque o nosso ativo ambiental é o maior ativo ambiental do mundo e nós
1644 não estamos valorizando, pelo contrário, a gente enaltece nossas mazelas, mas nós não valorizamos o nosso ativo
1645 ambiental. Para isso, Ministra, nós somos parceiros, porque se o Brasil tem o maior ativo ambiental do mundo,
1646 obviamente que ele vale bilhões de dólares, bilhões de dólares, e nós precisamos fazer um esforço conjunto, para
1647 que todos possamos ir atrás desse nosso ativo ambiental que vale muito no mercado internacional. Uma última
1648 questão é a que foi aqui colocada sobre este mapa, que no fórum ambiental foi aqui colocado e agora o Secretário
1649 Capobianco traz essa questão do mapa. Eu acho que nós... efetivamente o maior motivo de conflito que nós temos
1650 aqui no Estado é aquilo que nós chamamos aqui de área de transição. Ninguém discute aqui a questão do cerrado,
1651 ninguém discute a questão do pantanal ou questão da floresta, mas conforme ele próprio disse, na área de transição
1652 aonde você termina, é o onde está o grande problema acho que aí nós tínhamos envidar esforços no sentido da
1653 gente tentar mitigar esse nosso conflito e a gente quer ser parceiro também para isso. Muito obrigado.

1654
1655 **Cláudio Roberto Bertoldo Langone - MMA (Secretário Executivo)**
1656

1657 Obrigado, Dr. Homero. Antes de interromper, eu quero avisar os membros do CIPAM e presidentes de Câmaras
1658 Técnicas afetas ao tema de APPs, que nós vamos promover um diálogo do CIPAM, no intervalo de almoço e que as
1659 pessoas procurem o Nilo, aqui à frente agora, logo que encerrarmos, para combinar esta conversa relativa aos
1660 encaminhamentos futuros sobre a questão da resolução de APPs. Nós vamos interromper para o almoço agora,
1661 retornando, impreterivelmente às 14 h30. Uma hora de intervalo de almoço. Agradeço a todos, um bom almoço.

1662
1663 **Cláudio Roberto Bertoldo Langone – MMA (Secretário Executivo)**
1664

1665 Nós, então, estamos retomando a Plenária com a apresentação do Governo do Estado do Mato Grosso. Serão seis
1666 apresentações. Portanto, nós vamos trabalhar com apresentações de 10 minutos. Vamos fazer um apelo aos
1667 apresentadores para que se atenham ao tempo de maneira que nós possamos ter um espaço de debate e também
1668 porque alguns dos apresentadores já viajam nesse vôo das 17 horas. Muito bem. Peço a atenção de todos e vamos
1669 à primeira apresentação, Governo do Mato Grosso. Passo a palavra ao Secretário Marcos Machado.

1670
1671 **Marcos Henrique Machado - (Secretário de Estado do Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso)**
1672

1673 Retomando os nossos trabalhos, a nossa intenção era apresentar ao Conselho a nova estrutura da Secretaria, as
1674 ações iniciais, conclusão rápida do fórum, primeiro fórum realizado pouco mais de 30 dias de gestão ainda que com
1675 algumas falhas naturais ocasionadas pelo pouco tempo. Gostaríamos também de lançar a discussão sobre
1676 desmatamento legal e ilegal até porque eu tenho a preocupação da continuidade do desmatamento legal e esse
1677 índice ainda ser identificado como uma falha de gestão o que com certeza não será, mas o nosso tempo está muito
1678 diminuto e eu vou passar diretamente a palavra para o Salatiel e para o Mussi para a apresentação da nossa
1679 experiência em licenciamento até porque se eu começar a questionar, ou melhor, a levantar discussões que
1680 interessam à Secretaria dentro dessa discussão nacional sobre o Mato Grosso eu acho que eu vou cansá-los e após

1681 o almoço não é muito recomendável. Eu gostaria de insistir com um pedido que fiz na abertura. Eu tenho já uma
1682 passagem dentro do Poder Executivo, eu sou promotor de justiça desde 93, estou no Executivo há quase 4 anos, já
1683 passei por algumas pastas e a questão ambiental, nós iniciamos um trabalho novo, uma equipe, aproveitando o
1684 máximo os servidores da extinta FEMA e eu preciso muito de informação. Vou receber as sugestões que forem
1685 possíveis e vou visitar alguns estados. Então, eu gostaria desde logo, pedir que os colegas conselheiros dos estados
1686 nos recebam e nos mandem, se possível, as informações para que possamos implementar aqui no Estado do Mato
1687 Grosso. Muito obrigado. Salatiel.

1688
1689 **Salatiel – (Apresentação do Governo do Estado do Mato Grosso)**
1690

1691 Boa tarde a todos. Como o Dr. Marcos falou, nós vamos trabalhar com uma apresentação rápida depois a gente vai
1692 trabalhar com a interface mesmo que a gente está criando juntamente com o IBAMA. Bom, essa é a interface que o
1693 Capobianco e o Montiel divulgou a vocês e que a gente está trabalhando junto com o IBAMA. Essa é a nossa
1694 interface, uma interface estadual, a interface do IBAMA vai ser um pouco diferente, mas os objetivos vão ser os
1695 mesmos. Bom, o que nós temos nessa interface? Nós temos as informações do Estado do Mato Grosso. No lado
1696 direito nós temos as camadas, que são os lears(?), essa é uma interface tradicional de visualização de informações
1697 geográficas, numa parte central a tela de trabalho e do lado esquerdo as ferramentas. Nós podemos fazer uma
1698 aproximação, darmos um *zoom* numa região específica. Cada *zoom*, a cada aproximação nós temos mais e mais
1699 informações. Nós temos aí a base hidrográfica do Estado e a parte de estradas e vias de acesso. Também nós
1700 podemos ligar e desligar como quisermos; aí já entram as informações do IBAMA que é o DETER, esses polígonos
1701 em rosa são as informações que vêm diretamente do IBAMA e no final da apresentação a gente vai mostrar como é
1702 que isso funciona. Podemos ligar e desligar e deixar as informações que nós quisermos na tela. As propriedades
1703 rurais que vêm do sistema de licenciamento também estão nessa barra, nessa interface. E como foi divulgado a
1704 gente vai deixar essa página à disposição da sociedade. Nós temos as informações tanto da CEMA; da nossa
1705 dinâmica de desmatamento do ano de 2004; do DETER 2004 e 2005; a CEMA dos anos 2003, 2002, 2000, e 2001 e
1706 CEMA até 1999. As áreas são classificadas por fontes de dados, ou seja, nós temos cores diferenciadas para cada
1707 uma das informações. Nós temos CEMA hidro(?) com um caso e o DETER 2004, ou seja, nós podemos também
1708 comparar as duas bases vendo qual é a mais adequada para um esforço de fiscalização. Também a mesma coisa
1709 aqui, por fonte de dados. Nós podemos ligar e religar a imagem de satélite permitindo que nós vejamos também essa
1710 interpretação da informação de desmatamento se está correta em relação à imagem de satélite. Assim como na
1711 interface do IBAMA, nós podemos gerar relatórios com mapas, com cartas de fiscalização de desmatamentos onde
1712 nós temos as principais informações para serem levadas em campo para esforço de fiscalização. Cada polígono do
1713 DETER é identificado, então no caso aqui a gente adotou uma classificação tipo: DETER 2004 e um número que é o
1714 chamado AITI(?) que é o identificador daquele polígono. Esse identificador vai ser um identificador usado tanto pela
1715 CEMA, sistema CEMA quanto pelo IBAMA também, evitando sobreposição de esforços na hora de fazer as
1716 fiscalizações. Essa interface de operação, *zoom*, é o código, FEMA 2004, 15687, por exemplo. Esse número é
1717 gerado pelo IBAMA, ou seja, não há duplicidade de esforços. Os mapas novamente. Esse é um boletim de
1718 fiscalização de desmates onde a partir daquela carta, a partir daquele mapa nós vamos com esse boletim e o
1719 preenchemos lá em cima do lado direito: identificação do desmate. Identificação do desmate, aí que nós lançamos o
1720 código, ou seja, o identificador daquele polígono desmatado e a partir daí a gente vai a campo, preenche, traz as
1721 informações e lança novamente numa base. É um dos desmates; mais informações, várias outras informações.
1722 Então, esse é o esquema que nós vamos adotar, são os mapas orientativos, mais os formulários de desmate, blocos,
1723 no caso autos de infração, notificação, inscrição, juntamente com diversas equipes de fiscalização em campo e
1724 novamente as informações vão para o banco de dados e vão sendo atualizadas na medida em que os esforços vão
1725 acontecendo. É feita a carta dos boletins e essa interface de operação. Eu queria mostrar agora, só para a gente...
1726 Essa já é a página, tem um endereço provisório que é aquele 200.716.242/ufsitesnorteriouhti. O Mussi vai dar um
1727 *zoom* numa determinada região. Está conectado, o sistema está conectado via ADSL. Então, tem aquelas
1728 informações - dá um *zoom* ali em Carlinda, por exemplo, mais um *zoom* - essas informações estão *on-line*, ou seja,
1729 qualquer um, de qualquer lugar do mundo agora pode acessar essas informações. E essas informações não vêm de
1730 um lugar único, vêm tanto do IBAMA quanto da FEMA. Assim como vêm desses dois órgãos nós podemos colocar
1731 outras informações de outros órgãos caso seja necessário, tipo INCRA, ou INTERMAT aqui do Mato Grosso, enfim,
1732 quaisquer informações nós podemos colocar nessa interface. Não está lento, vocês podem ver que está rápido para
1733 trabalhar. - Dá mais um *zoom*. Volta para o lado de alta floresta, Mussi para a gente poder ver as propriedades rurais.
1734 Bom, tem todas as informações aí. Eu acho que o tempo é muito exíguo para a gente mostrar tudo, mas a interface
1735 já em operação graças aos esforços conjuntos entre IBAMA e SEMA. Muito obrigado.
1736

1737 **Cláudio Roberto Bertoldo Langone – MMA (Secretário Executivo)**

1738

1739 Nós passamos agora à apresentação do Estado do Tocantins. Passo ao Dr. Isaac para a sua apresentação.

1740

1741 **Isaac – (Apresentação do Governo do Estado do Tocantins)**

1742

1743 Boa tarde a todos. Quero cumprimentar o Governador Blairo Maggi, a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva e demais conselheiros e participantes e dizer que é uma satisfação estar aqui. E eu vou mudar um pouco a minha apresentação, até então porque o sistema de licenciamento florestal do Tocantins, de propriedade rural é o idêntico ao de Mato Grosso, então não teria sentido nem estar repetindo toda essa questão. Eu queria fazer um comentário breve, que eu entendo que uma das questões dos problemas ambientais que nós estamos vivendo no país hoje, eu cito Tocantins como referência porque quando nós criamos o estado, que era o antigo norte goiano, nós encontramos uma área abandonada, sem infra-estrutura e de imensa degradação ambiental. Hoje, graças a Deus, nós temos um outro cenário. Isso comprova que a divisão do estado foi um sucesso em todos os sentidos e eu creio que todos esses problemas que nós estamos vivendo aqui na Amazônia hoje têm a ver com a extensão territorial. Nós estamos vendo o tamanho do Mato Grosso, o tamanho do Amazonas, o tamanho do Pará. São áreas realmente extensas e de difícil administração. E realmente é uma pena que esse Governo não deu uma conotação para essa questão da divisão territorial, que eu acho que ela tem que ser revista. E para quem não conhece o Tocantins eu gostaria de convidar porque eu vejo como um exemplo mesmo. Hoje nós temos o zoneamento econômico-ecológico feito desde 1995, o zoneamento agro-ambiental na região do Bico do Papagaio concluída, que é a região mais polêmica e cheia de problemas ambientais. Porque hoje nós já temos condições, Ministra, de apresentar ao CONAMA um estudo já evidenciado para alteração da reserva legal. Nós temos também um programa de adaptação rural que atingiu mais de 5 mil propriedades, que isso aí ajuda muito no combate às queimadas. Outra coisa que eu gostaria de propor, Ministra, é porque eu acho que todas essas ações que estão sendo comentadas, que estão sendo desencadeadas isso daí realmente são obrigações nossas, das instituições e o Tocantins não é diferente. Nós por sermos um estado diferenciado de algumas regiões, onde a Belém-Brasília corta o Estado de norte a sul, nós vivemos a situação de tráfico de madeiras. Para vocês terem uma idéia, essa semana foram apreendidas 5 mil orquídeas que saíram aqui do Mato Grosso e estavam descendo pela Belém-Brasília. Animais silvestres, uma série de outros crimes ambientais que o Tocantins passou a ser um corredor de tráfico. E nos últimos seis meses foram apreendidas 3.000 m³ de madeira e isso não pára. As ATPFs falsificadas, oriundas do Pará, do Mato Grosso e da Amazônia. Nós acionamos a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, mas eu tenho certeza que nesse momento está sendo apreendida uma carreta lá no Tocantins. Não pára, é uma máfia que existe, onde os compradores de Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, São Paulo compram essa madeira no Pará, principalmente no Mato Grosso com documentos adulterados e falsificados. É uma coisa que eu não sei onde vai parar. É muito lamentável essa situação. Então, é nesse sentido – pra encerrar a minha fala - que eu queria citar dois exemplos aqui do fato de o Tocantins estar em primeiro lugar com redução do desmatamento num índice de 81%. Não é só porque teve essas ações que nós todos falamos, o Capobianco falou, o outro representante também falou. O que eu acho também - nós temos também um problema aqui que eu quero entregar para a senhora, Ministra, e para o Governador - foram dois programas básicos e fundamentais que os estados, na minha opinião, deveriam tentar implantá-los e é um exemplo que a gente está dando. O primeiro: ICMS ecológico. Hoje o nosso ICMS ecológico está tendo um resultado fantástico, os municípios, esse ano, estão recebendo 11 milhões de reais, por compensação por estar protegendo os recursos naturais. Ou seja: é uma ação de coleta de lixo, é uma ação de criar uma unidade de conservação, as brigadas. E no ano que vem nós temos certeza, nós vamos triplicar esse valor e aumentar cada vez mais porque a moda de quem preserva ganha ela está pegando nos 139 municípios. É nesse sentido que nós estamos também conversando com os prefeitos que esse dinheiro que ele está ganhando ele pode reverter parte dele para o setor produtivo, ele pode disponibilizar uma máquina para fazer (?)...ilo, ele pode melhorar o acesso do produtor e com isso nós queremos envolver o produtor rural no ICMS ecológico também, é a forma de ele proteger e ganhar. Porque a gente, todo dia eu recebo um fazendeiro, um produtor rural - que o Deputado Silval falou muito bem aqui - ele me pergunta: “Mas Dr. Isaac, o que eu vou ganhar para estar protegendo? Reserva legal, APP. Não sobra quase nada para mim plantar?” – “Olha, o que você vai ganhar não. O que a comunidade, o que a coletividade vai ganhar.” Mas no fundo ele tem um pouco de razão. Agora, nós temos é que sentar e discutir, fazer um planejamento entre os diversos setores para encontrar uma solução que fique bom para todo mundo. E o ICMS ecológico é uma ferramenta importantíssima nesse sentido. E o outro programa – o primeiro é esse aqui, eu vou deixar com vocês – e esse segundo programa, senhor Governador, é o “Arrenda Tocantins”. Esse programa é muito interessante porque nós estamos incentivando os produtores rurais a trabalhar com as áreas degradadas. O que acontece com o produtor rural? Se ele tem uma área degradada ele acha muito mais barato abrir outra frente, desmatar outra frente do que trabalhar

1791

1792

1793 aquela, porque vai custar mais caro para ele. Então, nós criamos esse programa agora e ele já está dando reflexo. O
1794 pessoal está pegando a área degradada de pastagem e está trabalhando com abacaxi, melancia, melão, soja. E
1795 depois aquela lavoura, ele volta a fazer pasto de novo, ou seja, deixou de abrir uma frente, fez um investimento
1796 diferenciado, ganhou com aquele investimento. Porque o programa define a vocação da terra dele e ele vai plantar
1797 aquela atividade adequada. Então, eu queria deixar esses dois programas porque eu acho que não adianta a gente
1798 ficar, às vezes, batendo de frente: setor ambiental com setor produtivo, setor ambiental com setor elétrico. Nós
1799 somos os culpados porque as energias elétricas estão paradas. Não é bem essa a verdade. Então nós temos que
1800 parar com isso e fazer as pessoas entenderem que o meio ambiente não está aí para atrapalhar o desenvolvimento
1801 de coisa nenhuma. Nós estamos aí para somar. Agora se a gente não falar nenhuma (?) não adianta. Então, se
1802 cada Estado buscar alternativas como essa, com certeza nós vamos ter resultados positivos. E o que eu gostaria –
1803 Senhora Ministra, Sr. Presidente do IBAMA, Presidente do CONAMA - é que nessas reuniões nós apresentássemos
1804 um trabalho dessa natureza também, porque são alternativas e iniciativas que são válidas para todos os setores e
1805 não a gente ficar falando, às vezes, uma tecla só a mesma coisa, está certo? Então, esse é o meu recado, eu
1806 agradeço a todos e eu vou deixar esse material com a Ministra e o senhor Governador. Muito obrigado.

1807
1808 **Cláudio Roberto Bertoldo Langone – MMA (Secretário Executivo)**

1809
1810 Obrigado Dr. Isaac. Passo a palavra para a apresentação do Governo do Acre, Secretário Edegard de Deus.

1811
1812 **Edegard de Deus – (Apresentação do Governo do Estado do Acre)**

1813
1814 Meu boa tarde a todos. Senhora Ministra, que é lá da nossa terra. senhor Governador. É um prazer muito grande
1815 estar aqui hoje nessa reunião do CONAMA, para poder apresentar um pouco sobre o que nós estamos fazendo lá no
1816 Acre. O tema é centrado em desmatamento. Mas como vocês vão ver, a nossa apresentação fala um pouco sobre o
1817 que a gente está fazendo nos diferentes segmentos, tanto produtivo como em termos de desenvolvimento no nosso
1818 Estado. O nosso Governo lá, o nosso trabalho lá, nós assumimos o mandato em 1999 e com o *slogan* “O Governo da
1819 Floresta”, inclusive, com essa arvorezinha que eu tenho aqui, - até trouxe para distribuir para vocês aí, não sei se vai
1820 ter pra todo mundo - como símbolo do nosso Governo. Então nós vínhamos num processo de políticas de
1821 desenvolvimento extremamente predatórias que estavam delapidando as nossas florestas e nós então optamos por
1822 investir na floresta. Então, a partir de 99 nós começamos a trabalhar construindo um processo de desenvolvimento
1823 que ficava como base a sustentabilidade e tendo a floresta como a nossa principal prioridade. Por isso chamado
1824 “Governo da Floresta”. Então, nós decidimos em 99, quando nós assumimos, - estamos completando agora sete
1825 anos de mandato -, que o nosso Governo ia ser o Governo da Floresta. Nós íamos construir um governo com base
1826 na sustentabilidade e tendo como principal elemento a floresta. E um dos principais instrumentos que nós utilizamos -
1827 logo em 2000 nós publicamos uma versão, ainda em 1:1.000.000 - foi o zoneamento ecológico-econômico como
1828 subsídio para que nós pudéssemos traçar as nossas políticas públicas. Na primeira fase do zoneamento, que foi
1829 publicada em 2000, nós trabalhamos na escala de 1:1.000.000, quer dizer, uma macro escala fornecendo a primeira
1830 aproximação. Produzindo nesse momento nós não tínhamos nenhum, 48 mapas temáticos já referenciados, com
1831 banco de dados associados e com algumas inovações que em zoneamento normalmente não se tem. Um mapa de
1832 conflitos sócios-ambientais, porque nós precisamos saber aonde é que estavam os conflitos para que a gente
1833 pudesse estar administrando esses conflitos, um mapa da biodiversidade do Estado e um mapa muito interessante,
1834 que nós pegamos informações com a FUNASA, das populações e das localidades, quer dizer, onde estavam as
1835 populações e em que localidades. Nós não fizemos um mapa de gestão trabalhamos num primeiro momento,
1836 trabalhamos com os indicativos na gestão do território. E eu acho que o principal ponto do nosso zoneamento foi
1837 pacto que nós fizemos com a sociedade. Foi um zoneamento que foi extremamente muito discutido com a
1838 sociedade, houve uma participação significativa da sociedade e nós pactuamos para onde ia o nosso
1839 desenvolvimento tendo como base a floresta. E a partir daí nós estabelecemos um programa que nós chamamos de:
1840 Programa de Desenvolvimento Sustentável para o Estado do Acre. Essa política, então, foi uma política voltada
1841 prioritariamente para o setor florestal e incentivando a mudança do uso da terra saindo dos métodos predatórios para
1842 as práticas sustentáveis como o manejo florestal madeireiro e não madeireiro. Também foram contempladas as
1843 áreas de energia, estradas, saúde, educação, as populações tradicionais, seringueiros, as populações indígenas,
1844 ribeirinhas entre outras. Nós não podíamos pensar no nosso desenvolvimento só pautando a floresta, nós
1845 precisávamos ter outros elementos também que iriam compor esse desenvolvimento: a educação, energia, estradas.
1846 Eu não vou entrar nesses detalhes aqui, mas só dizendo que essas questões foram contempladas também, questões
1847 fundamentais para o desenvolvimento. Eu vou agora verticalizar mais para as ações e resultados do programa para a
1848 área ambiental. Nós firmamos um convênio com o IBAMA, em 99 ainda, que assumiu gradativamente o controle dos

1849 processos autorizativos de desmate e queima no Estado. Nesse período nós fizemos um pacto e fizemos muitas
1850 parcerias. Pactos com os madeireiros, pacto com os posseiros rurais, envolvendo participação do Ministério Público
1851 Federal e Estadual. Eu vou só falar um pouquinho sobre o pacto com os posseiros. Nós tínhamos um contingente
1852 bastante significativo – temos ainda – um contingente bastante significativo de posseiros rurais que estavam
1853 instalados em áreas públicas ou áreas particulares, áreas de reserva legal e tudo mais. E a partir de 2000, através de
1854 uma ampla discussão com os ministérios públicos e com o Conselho Estadual de Meio Ambiente, nós criamos um
1855 processo para autorizar esse posseiros rurais a ter acesso aos recursos naturais, a fazer seus desmatamentos e
1856 suas queimadas de forma tal que a gente pudesse a partir do processo de autorização a gente encaminhasse para a
1857 legalização daquelas terras daquele determinado posseiro. Um processo muito rico que ajudou a gente a resolver os
1858 problemas relacionados aos conflitos. Uma outra coisa importante também foi a gente fazer um cadastro das
1859 propriedades rurais e dos projetos de assentamento. Hoje nós temos mais de 10.000 propriedades até 150 hectares
1860 cadastradas e mais de 500 propriedades acima de 150 hectares. Um cadastro já referenciado. Nós implantamos
1861 ainda o sistema de licenciamento ambiental-rural da propriedade rural, que é para propriedades acima de 150
1862 hectares e uma certidão ambiental rural que é para as propriedades abaixo de 150 hectares. Diga-se de passagem,
1863 esse sistema de licenciamento ambiental-rural nós copiamos do Mato Grosso. E nas propriedades abaixo de 150
1864 hectares nós tivemos que adaptar, porque no Acre o contingente de propriedades abaixo de 150 hectares é muito
1865 grande. Nós também começamos um processo de licenciar os projetos de assentamentos. Nós temos hoje no Acre
1866 em torno de 90 projetos de assentamentos rurais, nós já temos um licenciado e dois em fase final de licenciamento.
1867 Criamos também um sistema automatizado para a autorização do desmate e queima com base em imagens de
1868 satélite e – esse já é o referenciado também – e desde 99 quando nós assumimos, nós temos feito o monitoramento
1869 da cobertura florestal do Estado. Hoje nós temos um convênio com o INPE e com o IMAZON que tem nos ajudado.
1870 Então nós temos toda série histórica de 88, que o INPE começou a fazer o monitoramento da cobertura florestal, até
1871 2004. Então, essa informação é muito rica porque nos permite ano a ano avaliar onde está acontecendo o avanço
1872 do desmatamento e também classificar esses desmatamentos por tamanho. Então nós temos lá, sabemos onde é
1873 que está acontecendo desmatamento 1 a 3 hectares que é o pequeno; de 3 a 10, também pequeno; de 10 a 60
1874 hectares; 60 a 200 hectares e acima de 200 hectares. Então nós temos isso ano a ano. Isso nos foi permitindo
1875 durante o nosso mandato avaliar as frentes de desmatamentos e priorizar as nossas ações de fiscalização. Nós
1876 também fizemos várias campanhas de fiscalização; usamos o sistema integrado como o Proarco para a questão das
1877 queimadas e nesse período de sete anos nós criamos a lei florestal estadual, está aqui o autor dela – o Carlos
1878 César(?) está aí? Saiu? - que foi o autor dessa lei, que coordenou e nós lacreamos o sistema estadual de áreas
1879 naturais protegidas. Tantas as unidades de conservação como as terras indígenas são consideradas como áreas
1880 naturais protegidas pela nossa lei, pelo nosso código florestal. Então o que vocês estão vendo aí em verde escuro
1881 são as unidades de conservação de proteção integral, em verde claro as de uso sustentável e em laranja as terras
1882 indígenas. Hoje nós temos dos 16 milhões de hectares do território acreano, 45% protegido, como áreas naturais
1883 protegidas; 32%, correspondendo a 5 milhões e pouco, de unidades de conservação e 13% de terras indígenas. Aí
1884 algumas ações e resultados desse programa de desenvolvimento sustentável pelo Estado do Acre. O Governo
1885 através de suas secretarias trabalhou no incentivo à prática do manejo florestal. Trabalhamos também na
1886 sensibilização para a mudança do comportamento junto aos pecuaristas e agricultores de forma a usar
1887 adequadamente a área de reserva, fazer manejo na área de reserva legal. Apoiamos o manejo comunitário, hoje tem
1888 três áreas certificadas pela FSC, de manejo comunitário; temos uma área empresarial e recentemente uma área
1889 pública no Estado. Criamos também um escritório de manejo que cuida - porque esse é um dos principais eixos do
1890 nosso trabalho, o incentivo ao manejo – que cuida do manejo e controla o incentivo a essa prática. Nós temos os
1891 planos de manejos, marquei os números ali, olha: de 2000 a 2005, 206.000 hectares de florestas sendo manejadas,
1892 com 906.000 m³ de madeiras, autorizadas através do manejo florestal, - tem um “mapinha” lá “plotando” as principais
1893 áreas de manejo do Estado, manejo florestal madeireiro. A implantação de sistema agroflorestais; agricultura familiar;
1894 atividades de pisciculturas, que foram incentivadas; mecanização da agricultura; criação de pequenos animais,
1895 galinha caipira, por exemplo; verticalização da pecuária; implantação dos sistemas de cerca elétrica; leguminosa;
1896 manejo de pastagem; criação de pólos agroflorestais; campanha aftosa zero, nós conseguimos agora a licença na
1897 França para a aftosa zero. E agora nós estamos numa finalização, uma consolidação de algumas atividades:
1898 zoneamento, agora estamos até o final do ano fazendo eliminar a escala de 1:250.000, elaborando um mapa de
1899 gestão; estamos agora verticalizando esse zoneamento para zoneamentos municipais, em Brasília e Rio Branco, e
1900 um etno-treinamento(?) que é feito com as comunidades indígenas; implantação de programas importantes de: adote
1901 uma árvore, recuperação e conservação de nascentes; fortalecimentos das ferramentas de geoprocessamento do
1902 controle ambiental; intensificação das atividades de controle ambiental e a implantação das unidades de gestão
1903 ambiental integradas ao longo da BR-364 onde está sendo asfaltada atualmente. E nós temos aí a nossa página
1904 também na internet que é o Sistema Estadual de Informações Ambientais. Em linhas gerais e concluindo eu gostaria

1905 de estar salientando o seguinte: que não adianta só nós termos um eficiente sistema de comando de controle, nós
1906 precisamos ter as outras políticas na área produtiva de incentivo à sustentabilidade para que a gente possa alcançar
1907 sucesso no combate ao desmatamento. Eu estava até brincando aqui, dizendo que nós criamos lá o “DETER fundo
1908 de quintal”. Por quê? O DETER só detecta áreas de desmatamento acima de 25 hectares. Nós precisávamos de um
1909 mecanismo para detectar o desmatamento abaixo de 25 hectares. E qual foi o mecanismo? Nós temos um sistema
1910 de sobrevôo nas áreas que nós detectamos, que são áreas de expansão do desmatamento, que fotografa e tira o
1911 ponto e bota na base para a gente poder ir por terra. Muito obrigado.

1912
1913 **Cláudio Roberto Bertoldo Langone – MMA (Secretário Executivo)**

1914
1915 Obrigado Secretário Edgar. Próxima apresentação, Governo do Estado de Rondônia.

1916
1917 **(Apresentação do Governo do Estado de Rondônia)**

1918
1919 Boa tarde a todos. Eu gostaria só apenas de cumprimentar aqui o Governador Blairo Maggi, a Ministra Marina Silva.
1920 Dizer para vocês que eu quero fazer uma apresentação rápida sobre Rondônia e depois eu tenho técnicos que farão
1921 a apresentação. Em pouco minutos eu só quero fazer uma explanação geral do nosso Estado de Rondônia, que
1922 muitos, eu tenho certeza, não conhecem a realidade do nosso Estado. Eu apenas gostaria de dizer que Rondônia é
1923 um Estado com 1,5 milhão de habitantes, um Estado com 52 municípios, um Estado que tem aproximadamente
1924 100.000 propriedades rurais, dessas 100.000, 90% delas, aproximadamente são pequenas propriedades. Então eu
1925 faço questão de dizer que é uma verdadeira reforma agrária, o Estado de Rondônia. Apesar de muitos não
1926 concordarem, mas é uma realidade. É um Estado que tem um zoneamento sócio-econômico ecológico e tem
1927 também, logicamente, muitos problemas ambientais como todos os estados têm. Mas, que estamos trabalhando
1928 seriamente para que o controle do desmatamento venha diminuir a cada ano e a prova disso é que esse ano já
1929 reduziu em 38%. E temos um licenciamento ambiental, temos um sistema de laboratório de sensoriamento remoto
1930 muito bom, uma equipe técnica, apesar de reduzida, mas muito competente e nós precisamos do apoio do Ministério,
1931 realmente queremos porque temos problemas sérios com muitas unidades de conservação que temos.
1932 Aproximadamente 40% do nosso Estado são unidades de conservação e temos no total do território 24 milhões de
1933 hectares e temos 7 milhões de área aberta. Então eu gostaria de dizer a vocês que problemas todos nós temos, mas
1934 temos acima de tudo boa vontade em resolver os problemas ambientais. Eu sempre tenho dito - os técnicos vão
1935 apresentar com números e dados depois rapidamente -, que meio ambiente eu levo muito a sério, mas que sempre,
1936 junto com o meio ambiente, temos que elevar o ser humano. Porque o dia que nós tivermos a consciência de que a
1937 educação ambiental é o caminho do futuro para resolver o problema do meio ambiente, isso ninguém me tira da
1938 cabeça, é a conscientização das pessoas. Aí sim, quando o meio ambiente e ser humano caminharem juntos nós
1939 não teremos mais um meio ambiente, mas teremos um ambiente inteiro. Obrigado. Eu passo a palavra aos técnicos
1940 para apresentarem rapidamente.

1941
1942 **Técnicos ambientais - Governo do Estado de Rondônia**

1943
1944 Boa tarde a todos. Nessa fase inicial a gente ia tentar mostrar a evolução migratória, esse fluxo incentivado, que
1945 houve na migração em Rondônia, que a gente está Ministrando até hoje. A evolução do desmatamento acompanhou
1946 a ocupação incentivada que ocorreu na região. Aí nós estamos com essa situação, um mosaico, 29,56% do Estado
1947 desflorestado. Mostrar também que o Estado faz esse acompanhando desde 1978. E, desde 2001, já com o advento
1948 da base fundiária elevando para 100.000, financiado por SPRN, a gente já faz um acompanhamento bem mais
1949 criterioso e por isso desde 2001 houve um ajuste nesses valores aí, mas 2004, 29,55%. Em função dessa migração
1950 houve essas críticas e com isso surgiu a primeira aproximação do zoneamento, já no finalzinho do pólo noroeste, que
1951 é a nossa primeira aproximação de 1986, com um zoneamento muito mais agrícola que era em função da ocupação
1952 nessas zonas que vocês estão vendo ali: 1.1, 1.2, 1.3. Dez anos mais tarde a gente conseguiu fazer a segunda
1953 aproximação que se imaginava fazer com quatro ou cinco anos. E aí no âmbito plano (?), plano agropecuário a
1954 segunda aproximação do zoneamento. Cabe-se ressaltar que nessa segunda aproximação essas zonas azulzinhas,
1955 mais claras ali, que eram indicativos de unidades de conservação, já foram criadas, a maioria delas, principalmente
1956 essa aí, mesmo na zona 2.1 lá em cima, já foram criadas outras unidades de conservação. Tem uma proposta lá
1957 para amenizar, também no azulzinho, que também já está em estudo, de se criar uma região especial para no
1958 Estado de Rondônia. Então, a nossa segunda aproximação é uma lei complementar de 2000. Aqui o total de
1959 unidades de conservação do Estado, 38,74%, incluindo terras indígenas, unidades estaduais e federais e as ações
1960 que o Governo está tomando no sentido de... Com o advento da base cartográfica a geração de mapas, de imagens

1961 digitais das propriedades rurais georeferenciadas. Aqui se observa uma imagem lansat 3000 – é isso? – não, um
1962 licenciamento 2003, com uma imagem lansat 2000, o que representava desmatamento, nada, a propriedade foi
1963 averbada, os 80%. Aqui, a nossa licença tem a validade de um ano, ele voltou para renovar a licença e apresentou já
1964 um desmatamento dentro da reserva legal e com o advento das imagens do Servers(?), a gente já com imagens
1965 atualizadas de 2004, na realidade o que exista na propriedade era isso. Observa-se que ele entrou valendo na
1966 reserva legal e nessa situação se o fiscal já vai com a notificação, com o cálculo da área definido, como se observou
1967 na primeira imagem de satélite. Então, a princípio, quando começamos a licenciar, não se acreditava muito nesse
1968 fato do acompanhamento da imagem de satélite e agora nós já estamos a colher os resultados disso. É uma forma
1969 de coibir e mostrar que esse controle vai ser exercido pelo Estado. Na verdade, o licenciamento ambiental em
1970 Rondônia é feito da menor parcela possível de ser desmembrado a cartório. O nosso licenciamento trabalha
1971 amarrado com o fundiário. A menor fração parcelável em Rondônia, - por exemplo, Porto Velho é 2 hectares – então,
1972 acima de 2 hectares nós licenciamos e até 150 hectares é gratuitamente feito isso, toda a parte técnica menos o
1973 recolhimento da DRT, daquelas propriedades que têm uma matrícula ou são passíveis de se matricular no cartório.
1974 Então o nosso licenciamento é fortemente para o pequeno e, claro, à questão de regularidade fundiária. Aqui, nesses
1975 dois anos e meio, 657.000 hectares já foram licenciados e observa-se que, mesmo separando as APPs a todas as
1976 áreas que a gente identifica uma licença, nós estamos muito próximos de 70% de reserva legal. Se formos somar
1977 com a APP vai superar esse valor com certeza. Aqui estão separadas as APPs da reserva legal. O termo de
1978 cooperação com o Governo Federal auxiliou muito e o Estado já fez a lei complementar que aplicou a nossa lei de
1979 zoneamento ao acordo que foi firmado com o Ministério. Estamos num trabalho inicial de digitalização no fundiário do
1980 INCRA, com uma cooperação muito intrínseca com o INCRA que se resume nessa região de Pimenta Bueno, por
1981 exemplo, através de estagiários, digitalizamos já o mínimo, o programa que o INCRA trabalha. E aqui com um
1982 enfoque maior mostrando as propriedades, o que esse banco de dados gera, todos os dados da propriedade.
1983 Quando nós estivermos com o sistema rodando o proprietário vai poder identificar a propriedade pelo número de lote,
1984 pela gleba, pelo nome do proprietário ou pelo registro de cartório. Então, a tendência da evolução do desmatamento.
1985 O que nós podemos observar? Nós estamos tendo problemas com o desmatamento, nessas três bolas pretas, é
1986 exatamente onde nós temos problemas fundiários. E, aonde nós teríamos – e já os focos de calor consegue-se
1987 observar - também há problemas fundiários, em 2005 a gente já começa a indicar. Apesar de que muitos pontos
1988 desses estão no Estado do Amazonas e nos do Acre que não aparece por causa desse sistema mosaico que teve
1989 que ser recortado. Mas é uma região de interesse e já houve reuniões dos ministérios públicos que a gente
1990 participou: Acre, Amazonas e Rondônia, com essa participação que está acontecendo Acre, Amazonas e Rondônia
1991 naquela região da tríplice coroa. Era isso que nós tínhamos a apresentar para vocês sobre licenciamento,
1992 rapidamente, como está acontecendo em Rondônia. Muito obrigado

1993
1994 **Cláudio Roberto Bertoldo Langone – MMA (Secretário Executivo)**
1995

1996 Obrigado. Agradeço o Governo do Estado de Rondônia. Passo à apresentação do Governo do Estado do Pará.
1997

1998 **Apresentação do Governo do Estado Pará**
1999

2000 Boa tarde a todos. Em nome do Secretário Gabriel Guerreiro eu quero cumprimentar todos os conselheiros. Ele me
2001 passou essa incumbência na condição de coordenador do zoneamento dentro do Estado para que eu viesse a
2002 apresentar quais são as informações e ações sobre a questão do desmatamento dentro do Estado. Hoje dentro do
2003 Estado Pará a gente tem o zoneamento como a questão norteadora, o instrumento norteador para o combate ao
2004 desmatamento do Estado. A gente concorda que realmente a questão territorial é um fator complicador, mas por
2005 outro lado eu acho que a questão da divisão, também da separação do Estado, ela propiciaria sem dúvida isso um
2006 aumento no desmatamento. Isso é uma coisa que eu tenho claro que se gente dividisse o Estado a gente estaria,
2007 com certeza, aumentando a possibilidade de desmatamento dentro do Estado. Eu acho que a dificuldade de ter
2008 essa dimensão aí é algo que é interessante, que é um desafio a cumprir. Então, a gente, há uns dois anos atrás, nós
2009 dentro da equipe de Governo, nós passamos a um pensamento lógico nessa questão da ocupação do território e
2010 esse pensamento nosso passa obrigatoriamente na: questão do ordenamento territorial e da gestão ambiental do
2011 Estado; na regularização fundiária, um ponto quase sempre muito frágil nesse contexto; a necessidade de apoio à
2012 produção estimulando o processo local de desenvolvimento; a garantia de acesso a serviços sociais básicos para a
2013 população pobre, a melhoria da questão do acesso à saúde, educação. Isso são diretrizes fundamentais que a gente
2014 entende para que realmente essa questão de ocupação e a questão do desmatamento possam ser pensadas. Então,
2015 as ações norteadoras para que a gente pudesse ter isso sob controle, vêm em cima exatamente de um macro-
2016 zoneamento, um macro-zoneamento já executado pelo Estado, esse detalhamento que começa a ser executado

2017 agora, os procedimentos para licenciamento ambiental de atividades de propriedades rurais, esses são assuntos que
2018 estão em curso. Os procedimentos para a regularização das atividades de cravejamento, também é uma outra ação
2019 que a gente botou em prática e está obtendo êxito com isso. As ações pontuais de combate à grilagem de terra em
2020 situação irregular, de madeiras e unidades de conservação assim detidas pelo macro-zoneamento, quer dizer, o
2021 macro-zoneamento já é um instrumento hoje que norteia toda uma ação de fiscalização uma vez que esse macro-
2022 zoneamento tornou-se lei e como tal a gente está pondo em prática. A concessão de autorização para o uso de
2023 recursos florestais em áreas de terras de domínio público do Estado. Então, essa questão do ordenamento territorial
2024 passa exatamente pelo fortalecimento institucional dos organismos de controle ambiental. A Secretaria vem se
2025 fortalecendo com isso. O detalhamento e institucionalização do zoneamento, isso é uma coisa que a gente vem
2026 pondo em prática agora e com isso a gente não pensa que a questão do detalhamento seja a coisa mais importante.
2027 Eu acho importante é que o macro-zoneamento, aquelas linhas básicas, aquelas linhas maiores para ocupação,
2028 sejam desde já colocadas em prática. A implantação de sistema estadual de unidades de conservação, porque isso é
2029 um sistema que a gente pensa em trabalhar com a questão da compensação, não com aquela compensação para
2030 produzir mais desmatamento, mas uma compensação daquelas áreas que já foram desmatadas e que precisam
2031 passar, ser incorporadas em todo o processo produtivo. Recuperação de áreas ambientalmente alteradas, a gente
2032 tem no sul do Pará, no sudeste do Pará áreas que são muito frágeis do ponto de vista da sua constituição, então,
2033 precisa passar por um processo de recuperação, especialmente a questão do reflorestamento. E a descentralização
2034 da gestão ambiental também é um outro ponto que a gente coloca e está colocando em prática isso com alguns
2035 municípios. A macro-estratégia dos zoneamentos foram baseadas exatamente - aí está toda a linha do macro-
2036 zoneamento - a fronteira produtiva já aberta, porque o estado entende que a fronteira que está aberta é suficiente
2037 para o Estado se desenvolver, é suficiente para a população que hoje habita o Estado crescer e ter sua qualidade de
2038 vida aumentando o índice de aproveitamento do solo, permitindo a consolidação do desenvolvimento humano e
2039 reduzindo a velocidade de expansão de novos territórios. A outra macro-estratégia é estimular a formação de cadeias
2040 produtivas, fazer com que a gente possa cada vez mais criar as cadeias produtivas e assim incorporar emprego e
2041 renda para o população. O modelo de turismo também é um outro ponto. O terceiro é a questão da tecnologia. Se
2042 nós não pensarmos na questão tecnológica no sentido de viabilizar todo esse processo a gente não vai chegar
2043 longe. Então, para o macro zoneamento, que foi desenvolvido a partir de conhecimentos sobre o Estado, de
2044 diversas instituições. Nós fizemos esse macro-zoneamento com uma equipe da Secretaria, as informações, foram
2045 informações que já estavam postas, estavam nas prateleiras, estavam publicadas, então, não procuramos fazer
2046 nada, o custo foi bem baixo. Foi apresentado e discutido em várias audiências no Estado todo, mais de 158
2047 audiências foram feitas. Isso faz parte do planejamento do Estado hoje, porque toda a máquina do Estado hoje está
2048 orientada para esse macro-zoneamento. O mapa de gestão, de uma forma bem resumida, é esse o mapa de gestão.
2049 A gente tinha na época, que começou a fazer zoneamento, 1% só de unidades de produção integral. E a partir daí
2050 houve toda uma criação de unidades de conservação com base nesse mosaico de unidades de conservação. Então,
2051 hoje o Estado entende que 35% do seu território é auto-suficiente para o desenvolvimento, os outros 65% ficam
2052 entre reservas indígenas e unidades de conservação. Aí são as definições das zonas. As quatro zonas ao qual o
2053 macro-zoneamento se propõe. Isso virou lei, uma lei que foi aprovada por unanimidade na Assembléia Legislativa do
2054 Estado. A regulação fundiária hoje é um assunto em pauta dentro do Estado, o Estado busca recursos junto ao
2055 banco mundial para realizar esse zoneamento fundiário. Outras medidas estão sendo desenvolvidas, a questão de
2056 definir procedimentos para licenciamento ambiental e atividades de cravejamento, isso daí nós tivemos que dar uma
2057 ação de choque, aumentamos impostos em 5.000% para que nós pudéssemos chamar as indústrias de
2058 cravejamento para o licenciamento e aí a gente teve como controlar e trazer todas elas para o licenciamento e uma
2059 série de outras ações que são de comando e controle que estão sendo colocadas em prática, a questão do
2060 licenciamento, algumas ações pontuais de combate. Essa uma informação recente, lá na região da Calha Norte foi
2061 feito recentemente isso, com apoio de todos aqueles órgãos. Então, a partir do zoneamento a gente consegue
2062 sobrevoar, colocar no GPS do avião e ver quais são as atividades que estão infringindo toda uma lei do macro-
2063 zoneamento e aí por terra a gente faz toda uma ação de fiscalização. E a concessão de autorização de concessão
2064 para o uso de recursos florestais criado pelo Estado, também é um outro fato dentro desse propósito de conter o
2065 avanço da linha de desmatamento. Obrigado.

2066
2067 **Cláudio Roberto Bertoldo Langone – MMA (Secretário Executivo)**

2068
2069 Muito obrigado ao Governo do Estado Pará. Eu passo à última apresentação antes do debate, que é a apresentação
2070 do Estado de Roraima.

2071
2072 **(Apresentação do Estado de Roraima)**

2073
2074
2075
2076
2077
2078
2079
2080
2081
2082
2083
2084
2085
2086
2087
2088
2089
2090
2091
2092
2093
2094
2095
2096
2097
2098
2099
2100
2101
2102
2103
2104
2105
2106
2107
2108
2109
2110
2111
2112
2113
2114
2115
2116
2117
2118
2119
2120
2121
2122
2123
2124
2125
2126
2127
2128

Boa tarde a todos os conselheiros. O horário não está diferente dos demais Estados aqui presentes. Hoje o Estado de Roraima tem uma área de 225 mil Km² em que é um Estado relativamente grande em relação aos demais Estados aqui presentes. Desse total, 73% é área de floresta nativa, 17% área de savana e 10 % área de charcada que são essas áreas escuras que estão no sul do Estado. Essa área rosa que vocês estão vendo à direita do nosso Estado, não é área desmatada, essa é área de campo natural. No ano de 1998, eu acho que todos vocês estavam presentes e assistiram na imprensa um grande incêndio que quase desapareceu o nosso Estado. Essa área amarela foi a área que atingiu o Estado com fogo desproporcional e sem controle que chegou a levar quase 10% da área florestal do nosso Estado na época. Pedimos socorro de norte a sul, tivemos várias equipes de várias partes do Brasil, vários corpos de bombeiro, inclusive quatro países nos dando ajuda. E por ironia do destino a Funai nos cedeu dois índios que vocês começaram a ver na televisão e às suas rezas começaram a fazer aquele... Vamos dizer que é um pacto e por sorte o incêndio chegou ao seu final. E é engraçado que duas semanas depois, dois Estados do Nordeste queriam saber quem era esse índio que queriam mandar lá para o Nordeste para ver se fazia milagre por lá também, e aconteceu que deu sucesso. A área desmatada de 2001 a 2003, ela estava exposta em vermelho. O somatório dessa área, desde então, o Prodis entrou em ação de que nós temos os dados concretos. De 1977 até 2003 uma área de 4111 Km² ou 12.19 % Da área total do Estado. Onde eu falo a área total, é essa área em verde, exclui-se essa parte rosa, que é a parte lavrado, que é o campo natural que nós não utilizamos como desmatamento e sim como criação para a pecuária e grãos. Veja que essa taxa de 12.19% em relação aos demais Estados apresentado hoje aqui de manhã é insignificante. Mas temos algumas dificuldades também no Estado a controlar esse desmatamento. Aí são dois tipos de fazenda: uma na área lavrado que é do lado esquerdo que são as partes naturais, estão legalizadas na Fundação do Meio Ambiente. E a outra do lado direito, uma região de transição que é uma área de mata e área de lavrada. Os fatores que levam ao desmatamento florestal nesse local, dois fatores principais: Formação de pastagem que isso é inviável é incontrolável essa ação(?), onde aí começam os grandes incêndios florestais no Estado. A exploração de madeira para a exportação que é uma grande pressão no nosso Estado que lá nós somos o grande exportador de madeira para a Venezuela, inclusive para a Europa que são os maiores consumidores nosso. A falta de fiscalização efetiva de diversos órgãos. Que, como se faz uma fiscalização seguindo o cronograma vê-se algumas questões que impedem principalmente a questão de deslocamento. Quando fala em diária, combustível e viatura, se não for em parceria nós não temos condições de fazer uma ação efetiva. E outra, a falta de barreira fixa. O madeireiro em si quando se faz a fiscalização depois da introdução da telefonia celular no Estado, fica muito mais fácil um caminhão ser apreendido e 40 ficar estocado no meio da mata. Então nós não temos como... Um sistema eficaz de combater esse tráfico. E tem, acontece, basta o madeireiro ser pego. Tem 40 caminhões estocados na mata, basta um caminhão ser pego e rapidamente os outros estão tudo parado, escondido e você não consegue pegar de imediato, a não ser que vamos em campo e daí sim, aí nós conseguimos pegar ele com a mão na máquina. Outra: Aqui está uma área de produção de arroz. Esta é uma área da questão indígena que vocês viram eu falar agora recentemente que foi homologada, está em fase de homologação ainda, desculpe. Essa área à direita desse rio é a área são marcos e à esquerda desse rio é a raposa serra do sol, onde tem ali muitas áreas que são produtivas de arroz. Aí está uma das áreas mais produtivas do nosso Estado, inclusive bateu o recorde nacional de produção de grãos. Nessa Área aqui por incrível que pareça chega a produzir cerca de 183 sacas de arroz por hectare, é uma das maiores taxas do Brasil até então. Aí é nossa sala de situação, onde nós confeccionamos alguns mapas, fazemos tratamento da imagem satélite recebida e vamos em campo para checar se realmente aquela área está batendo o que o Prodis nos informa constantemente. Aqui está uma área detectada, uma área de transição onde o satélite nos passa essa imagem dizendo as coordenadas e vamos em campo e realmente detectamos uma ação desse tipo. Geralmente o infrator quando vê um carro de fiscalização, automaticamente ele sai fora e ficamos só a ver navios. Mas de cada 10 ações, 8 nós obtemos sucesso e nessas 8 acontece esse tipo de ação. Aqui é um dos focos de incêndio e é eles que detectam de imediato onde tem presença de desmatamento. Geralmente onde tem incêndio tem um início de um desmatamento que está ocorrendo de forma irregular. Então nosso programa detecta, nos dá as coordenadas geográficas em tempo real e de imediato nós fazemos uma vistoria no local. Se detectarmos que a pessoa está ilegal, nós embargamos, multamos conforme a lei manda, Caso contrário a gente orienta para que a coisa não saia do controle. Aqui está o nosso arco e geralmente no meio do início do slide, você viu aquela página aqui da fotografia amarela. É aí aonde acontece os maiores desmatamentos, fronteira com a área indígena e fronteira com a área agrícola. Então automaticamente esse triângulo ou essa figura geométrica, nós fazemos um levantamento *in loco* e semanalmente ou quinzenal nós vemos se está acontecendo uma das irregularidades. É nesse setor aqui que temos o maior índice de desmatamento descontrolado. Aqui pelo meio da mata nós temos várias pistas clandestinas, inclusive nós informamos constantemente ao IBAMA e aos órgãos responsáveis por essas áreas e que nós fazemos um trabalho em conjunto ver se nós podemos pelo menos detectar ou pegar em flagrante o infrator. Nossas parcerias estão envolvidas sempre ao IBAMA, a Polícia Militar, o

2129 IMPAR, a Secretaria de Agricultura e as prefeituras locais, são os maiores parceiros nossos. E é isso. Aí está uma
2130 imagem no meio da mata onde pequenos lagos naturais se formam e nesses locais o acesso para o turismo está
2131 sendo explorado agora de forma gradativa, de forma consciente. Muito obrigado.
2132

2133 **Cláudio Roberto Bertoldo Langone - MMA (Secretário Executivo)**

2134
2135 Muito obrigado ao governo de Roraima. E passo a última apresentação, que é a apresentação do governo do Estado
2136 do Amazonas.
2137

2138 **Apresentação do Governo do Estado do Amazonas**

2139
2140 Boa tarde a todos. É uma honra incomensurável esse momento para mim, primeira vez que participo dessa reunião e
2141 vou falar sobre sistema de fiscalização ambiental no Estado do Amazonas, o maior Estado brasileiro que é uma
2142 verdadeira obra de engenharia fazer a fiscalização no Estado do Amazonas, até por suas peculiaridades e apenas
2143 quatro rodovias que liga Manaus ao interior. A nossa Secretaria é a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
2144 Desenvolvimento Sustentável: SDS que tem cinco vinculadas que é o IPAAM é a Secretaria de Extrativismo, a
2145 Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis e FEP(?) e também uma... Essa Fundação Estadual de Proteção aos
2146 Povos Indígenas e também uma Secretaria de Articulação Institucional, além de uma Secretaria Adjunta de Recursos
2147 Hídricos dentro da estrutura da SDS. O Estado (?) do Amazonas é um Estado bem diferente dos outros Estados, até
2148 por sua localização que é o centro da Amazônia, ele é bem voltado a uma necessidade que digamos assim: deus
2149 colocou ali. Porque não temos acesso ao interior, toda nossa logística é hidráulica, nós trabalhamos com o acesso
2150 via o interior através dos rios que na época da colonização deu uma posição de controle e relevo que hoje possui.
2151 Todo o nosso município com exceção de três municípios, tem comunicação por rio, do restante dos 62 somente três
2152 por estradas. Enquanto puxa o segundo arquivo porque é uma apresentação muito pesada em razão das fotos que
2153 tem aqui. Eu quero deixar bem claro que graças ao empenho de várias instituições, hoje está sendo possível fazer
2154 fiscalização no Estado do Amazonas principalmente o apoio do IBAMA que hoje está praticamente casado com a
2155 atitude de querer fazer um bem comum com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amazonas que antes...
2156 antes dessa gestão era propriamente divorciada às ações, hoje não, são ações casadas e compartilhadas. Nós
2157 temos um território de 1,5 milhões de Km², 11 mil Km de fronteira terrestres, apenas 62 municípios, 2,8 milhões de
2158 habitantes em todo o estado: 1,79 habitante por Km². 2 fuso horário e 2 hemisférios, dentro do Amazonas nós temos
2159 uma parte do Amazonas com fuso horário do Acre e também o hemisfério norte e sul que cruza o Estado do
2160 Amazonas. A densidade pluviométrica que varia na mínima de 2200 milímetros e mapa 3400 milímetros anualmente
2161 o que dá 17 metros de variação do nível dos rios durante o ano. Uma umidade relativa de 76 a 89% do ar. A maior
2162 altitude do Brasil que é o Pico da Neblina. E um aumento crescente de crimes ambientais. E um difícil acesso ao
2163 interior do Estado. Apenas uma idéia: saindo de Naus em linha reta até o município de Guajará, nós temos aí 1476
2164 Km em via aérea e em via fluvial 3171 Km que daria mais ou menos uma viagem de 45 dias, e isso é uma base feita
2165 com balsa, por quê? Porque o deslocamento que se faz é praticamente uniforme, a balsa tem uma velocidade
2166 praticamente uniforme, então de Manaus até lá são 45 dias. Então vejam a dificuldade de logística para fazer
2167 qualquer operação nessa região, principalmente fiscalização ambiental. Se formos atender qualquer evento aqui por
2168 via fluvial com certeza quando chegarmos lá, ela não vai ter mais nada, tudo é feito via aérea, o que torna a
2169 fiscalização ambiental no Estado do Amazonas muito cara. Nós temos ainda por sorte em razão de dois ciclos
2170 econômicos: o da borracha que foi extremamente extrativista e o ciclo que chamamos de zona franca, como um ciclo
2171 que não destruiu, montou, mas que criou uma base produtiva somente Manaus, o nosso Estado ficou praticamente
2172 preservado, essa foi uma grande sorte. Não tivemos indústrias periféricas, somente concentrada em Manaus, tanto é
2173 que a zona franca de Manaus concentra hoje 98% da economia do Estado, somente em Manaus. Nós fizemos uma
2174 divisão para operaflorescer a fiscalização no Estado. Montamos a nossa divisão geográfica em cima das calhas(?) dos
2175 rios. E aqui montamos uma logística para fazer a operação de fiscalização. Dessa logística dividimos os Estados em
2176 algumas macro regiões ambientais e fizemos diagnóstico de cada região. Na macro região ambiental 1, que é do alto
2177 Solimões, nós temos alguns problemas bem diferenciados: uma densidade de mais ou menos 0,96 habitante por
2178 Km². 3356 mil Km². Nós temos problemas de narcotráfico na fronteira, guerrilha, evasão de recursos naturais de
2179 madeira, peixe e pirataria, grandes áreas indígenas, pesca predatória e exploração florestal desordenada. Aqui é
2180 alto rio Negro. Nós temos um problema muito grande aqui em razão da biopirataria, contrabando de peixes
2181 ornamentais e tráfico de animais silvestres, esses são os grandes problemas que nós temos. E também a questão de
2182 um conflito de pesca em razão de um decreto estadual que proíbe a pesca no rio Negro, a pesca comercial, somente
2183 a pesca esportiva. E como nós não temos uma barreira natural isso acaba gerando vários conflitos de ordem até
2184 armada. E apenas 0, 2 habitantes por Km², um vazio demográfico. Essa é a região de Manaus com seu entorno,

2185 Manaus vai ter uns 122,5 habitantes por Km². Vejam vocês 73% da população do Estado dentro de Manaus, uma
2186 cidade-estado. E o maior problema que nós temos, justamente a degradação da cidade, a cidade de Manaus é uma
2187 cidade bem favelada. A região sul e sudeste do Estado é a que mais nos preocupa devido ao avanço da agricultura
2188 vinda do Mato Grosso, Rondônia e do Pará. Já está região aqui do Juruá, é uma região pouco explorada, um grande
2189 vazio, não temos nenhum problema na região, graças a deus, também é muito distante: 45 dias para chegar lá
2190 ninguém quer ir para lá e também ninguém quer voltar também. Esse É o nosso problema que nós temos aqui: a
2191 pressão vinda do Mato Grosso, Rondônia e Pará. Principalmente agora com os últimos acontecimentos deduzo eu
2192 que o aperfeiçoamento da fiscalização no Estado do Mato Grosso e no Pará, o pessoal lá da madeira, os ilegais,
2193 estão correndo para o Amazonas. E aí começaram a derrubar a madeira do Estado do Amazonas praticamente
2194 nessa região aqui. Fizemos uma logística de criar uma campanha de combate ao desmatamento, promoção do uso
2195 sustentável das florestas do Amazonas, além de fazer uma força-tarefa incluindo várias instituições e também
2196 sociedade civil, ONGs para buscar uma medida não só repressivas, mas educativas, buscando trazer para legalidade
2197 aqueles que estão ilegais. Construção de postos de gestão ambiental integrada, multiuso para várias instituições,
2198 entendendo lá que não se resolve a fiscalização unilateralmente, e sim buscando apoio de todas as instituições como
2199 IBAMA, Polícia Federal, Polícia Militar para atuar nesta área. Este é o nosso posto que vai começar... vai ser
2200 construído até o final do ano, ele tanto pode ser em terra como em balsa também, embaixo são escritórios, em cima
2201 alojamentos, 30 pessoas tranquilamente. Esses pontos aqui, cada ponto desse aqui chama-se ponto de fiscalização
2202 integrada, vai ter um posto desse com o veículo, com bote com motores, sistema de comunicação, Polícia Militar,
2203 IBAMA, IPAAM que é o Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas. Fizemos um trabalho
2204 de inteligência com a Polícia Federal e com o Departamento de Inteligência e conseguimos finalmente identificar alguns
2205 cabeças que atuam nessa logística do desmatamento e da grilagem no sul do Estado do Amazonas, não vamos
2206 divulgar nomes, até porque isso está sob investigação. Aqui somente nós encontramos grilagem vinda de terra, pela
2207 internet. Vários loteamentos com o mesmo nome sendo vendidos para várias pessoas, inclusive, encontrando até
2208 depósito bancário já aqui, essa é a rota que está sendo usada para grilagem aqui no sul do Estado. Aqui foi um...
2209 Digamos assim: não digo nem emboscada, foi uma tentativa de impedir a fiscalização ambiental que é uma
2210 fiscalização conjunta no sul do Estado do Amazonas, quase iam matando 23 pessoas. Aqui nosso carro ficou
2211 praticamente preso no meio do fogo, por sorte ninguém morreu. Esse era o grupo, o grupo Vida que estava
2212 cuidando, zelando dessa região. Aqui alguns grileiros que insistem em atuar vendendo áreas de 54 Km, veja o
2213 absurdo que é: o cara sair 54 Km de uma fazenda no meio do mato. E aqui são trabalhadores da grilagem que foram
2214 presos recentemente, eles chegam, expulsam os ribeirinhos e as populações tradicionais. E aqui uma campanha que
2215 iremos fazer contra a grilagem: grilagem é crime, denuncie. E vai ser colocado nas igrejas, escolas justamente para
2216 tentar refrear essa atividade criminosa. Obrigado.

Cláudio Roberto Bertoldo Langone- MMA(Secretário Executivo)

2217
2218
2219
2220 Quero agradecer ao governo do Amazonas e a todos os governos estaduais dos 9 Estados do Amazonas, tivemos
2221 sete apresentações. É a primeira vez que nós temos uma rodada como essa coletiva, não só no CONAMA e sem
2222 dúvida essas apresentações dão um quadro do grau atual de integração entre a política federal e os governos de
2223 Estados. E devem levar também ao desdobramento. Eu conversava com o Secretário Capobianco, é o
2224 desdobramento de um seminário técnico entre o governo federal e os governos estaduais para que a gente
2225 aprofunde essa integração a partir das apresentações feitas aqui. Antes de nós passarmos as inscrições, eu vou
2226 passar a manifestação de 3 a 4 minutos do Secretário Capobianco em função da sua necessidade de saída faixa
2227 horária de vôo para colocar comentários breves em relação aos questionamentos feitos ainda pela manhã.

João Paulo Capobianco- Ministério do Meio Ambiente

2228
2229
2230
2231 Obrigado Langone. Muito rapidamente queria dizer que as análises comparando os fatores econômicos e do
2232 desmatamento tem que ser vista com muito cuidado. Nós poderíamos dizer, por exemplo, usando apenas
2233 argumentos econômicos que o desmatamento do Amazonas diminuiu dramaticamente. Nós tivemos em 95, 29.300
2234 (?) desmatadas. Que agora em 94, tínhamos 26.000, com uma população quase o dobro, proporcionalmente
2235 diminuiu. Seria economicamente um fator a comemorar o que não é o caso, então é muito complicado fazer análise
2236 assim. Eu queria mostrar que a curva de redução do desmatamento a partir de junho de 2004. A gente tem um
2237 período até fevereiro que é normalmente baixo e no Mato Grosso nós temos um aquecimento aqui, mas se nós
2238 compararmos o número do mês, por exemplo, de junho de 2004 com junho de, desculpa junho de 2005 com junho
2239 de 2004, a variação é monumental, a redução é dramática do ponto de vista de números absolutos, independente do
2240 fato de ter havido uma queda. Ou seja, o movimento a partir de março havia um crescimento de desmatamento no

2241 Mato Grosso. E houve uma queda grande em junho que significou aqui na nossa opinião, a operação curupira no
2242 caso de Mato Grosso. E voltou a subir, mas o nível, o dado de julho comparado com o dado de julho no Mato Grosso
2243 é o único que apresenta um dado superior. Se eu pegar aqui agora o caso do Pará. O caso do Pará é um é um caso
2244 de queda constante com ligeiro aquecimento em julho, sendo que agosto agora é mês de queda muito forte no caso
2245 do Pará. Então observe que a curva é uma curva realmente de queda do desmatamento em alguns casos já
2246 consolidada. Aqui é o caso do Estado de Rondônia. (?) nós tivemos uma redução em junho certamente reflexo da
2247 curupira, um aumento em julho no entanto comparando o dado de julho de 2005 com o dado de julho de 2004 é um
2248 valor muito menor. Então o que eu queria chamar a atenção: podemos repetir para o Estado do Amazonas é a
2249 mesma coisa. E finalmente no caso geral da Amazônia em conjunto. Então observem que quando nós comparamos
2250 os dados de junho, nós temos como comparar hoje junho e julho, porque nós temos duas férias do DETER. Então
2251 observem a Amazônia em junho de 2004 acima de 2 milhões por mês. Observem cerca de 670 Km. Depois julho de
2252 2004: acima de 10.000 que é um dos (?) no mês. Observem em junho de 2005 é cerca de 670 Km². Depois julho de
2253 2004, acima de 4.000, julho de 2005 cerca de 2800. Então é evidente que os fatores econômicos têm um peso
2254 nisso e fazem parte dessas tendências, é óbvio isso. Agora nós temos concretamente que separar a Amazônia. Nós
2255 podemos dizer que no caso do Mato Grosso o peso das *commodities*, do mercado futuro, etc, de uma agricultura e
2256 uma pecuária muito tecnificada e se trabalho com mercados, certamente houve uma contribuição, embora essa
2257 contribuição não pode explicar a variação abrupto no desmatamento, não tem como justificar. No caso do Pará não,
2258 no caso do Pará é tipicamente um processo especulativo de grilagem de terra que foi extremamente impactado pelas
2259 medidas do plano. Então com isso se queria apenas dizer o seguinte: os dados de agosto desse ano já estão
2260 parcialmente disponíveis, nós já temos dados de metade do mês que indicam redução no crescimento do
2261 desmatamento também em relação a agosto do ano passado. Ou seja, André que fez a leitura em nome do Fórum
2262 eu acho um pouco precipitada essa análise viu André, um pouco precipitada essa análise. E eu acho que em alguns
2263 momentos por mais que seja difícil reconhecer, é importante reconhecer que houve ação de governo e que deu bom
2264 resultado, mesmo porque para que a gente continue exigindo que de novo aconteça. Nem sempre só dando pancada
2265 é que as coisas acontecem, eu acho que em algum momento tem que reconhecer de forma mais objetiva aquilo que
2266 correu. Obrigado Langone. Era isso.

2267
2268 **Cláudio Roberto Bertoldo Langone- MMA(Secretário Executivo)**
2269

2270 Ok. Nós vamos passar agora às inscrições. A proposta da mesa de dinâmica é que a gente adote a mesma dinâmica
2271 de hoje pela manhã com inscrições de 3 minutos. Vamos anotar as inscrições aqui. O primeiro inscrito... vamos
2272 anotar aqui quem pediu inscrição: o Rosalvo pediu a inscrição, o Sérgio já está inscrito, é o primeiro inscrito, o Sérgio
2273 Guimarães está inscrito, o André, o Rodrigo veio aqui à frente e pediu a inscrição a Edi... Vou ler aqui para ver se a
2274 gente conseguiu pegar, não deixamos ninguém de fora: Sérgio Aníbal, Marito, Rosalvo, André Lima, Sperb, Sérgio
2275 Guimarães, Medik(?) e Walmir. Alguém ficou de fora dessa... A Edi. Então vamos passar ao Sérgio Aníbal. Três
2276 minutos, a mesa avisa quando faltar um.

2277
2278 **Sérgio Aníbal-FBCN**
2279

2280 Eu vou tentar falar menos de três minutos. Eu sou da FBCN. Eu acho que esse é um momento realmente histórico e
2281 até um histórico no CONAMA e aí mais o nosso Paulo Nogueira Neto que também é fundador da FBCN que é uma
2282 das ONGs mais antigas, ele já falou dessa questão da iminência, da urgência e da necessidade do meio ambiente
2283 com qualidade da vida. E dentro da estrutura toda, eu li os documentos, tenho acompanhado, quer dizer, eu trabalhei
2284 na Amazônia, eu trabalhei no Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia durante seis anos e essa questão espacial
2285 do Estado do Amazonas: fazer expedição de três horas de jato para chegar de Manaus à São Gabriel de Cachoeira
2286 então você anda dentro de um Estado três horas de avião, então isso é um absurdo. E a questão do pacto, eu acho
2287 que o ponto chave que aqui demonstrou claramente, todo mundo tem na mente a necessidade do pacto federativo e
2288 do tripartite está bem colocado. Só que nos documentos e mesmo na apresentação de todos os Estados, eu acho
2289 que faltou a gente fazer um pacto do mesmo jeito que foi feito um contrato aqui que tem uma minuta de um pacto de
2290 contrato entre governo federal e Estados, eu acho muito importante que os Estados façam. Pactam esses contratos
2291 com os seus municípios. E é no fortalecimento de uma gestão profissional do meio ambiente nos municípios cada
2292 vez mais, a gente sabe que os municípios têm vários níveis de capacitação ou dificuldades, municípios do Estado do
2293 Amazonas são maiores, são muito maiores que Estados brasileiros. Mas de qualquer maneira quanto mais a gente
2294 puder repassar e todo esse... Hoje a gente com a internet, com informática, com os meios de comunicação, a gente
2295 pode passar cada vez mais, por exemplo, o gerenciamento já o processamento e o gerenciamento no limite
2296 municipal. E com isso a gente vai ter cada vez mais a melhora e eficácia no diagnóstico do zoneamento ecológico

2297 econômico por município. Então a idéia que a gente tem aí... cada um de vocês são multiplicadores, os agentes do
2298 CONAMA e uma coisa que eu acho que é o ponto chave de conflito às vezes entre as associações ambientalistas, as
2299 associações sociais e o governo federal ou o governo do Estado, é porque governo federal e governo do Estado,
2300 normalmente trabalham numa lógica muito macro, muito diferente da lógica de ação das comunidades sociais, das
2301 ONGs que normalmente trabalham com uma estrutura numa escala menor de espaço e sintam essa... Aí eu acho
2302 que a comunidade organizada civil relacionada ao meio ambiente, ela pode ter um trabalho muito mais efetivo e aqui
2303 no CONAMA tem várias dessas associações: o próprio ingresso hoje de vários associados ligados ao município, quer
2304 dizer, a questão municipal. Então o fortalecimento, se vocês olharem documentos, a necessidade de um
2305 fortalecimento da ação municipal que não precisa ser obrigatoriamente... a gente sempre pensar que precisa ser
2306 obrigatoriamente prefeitura, ou seja, não precisa ser uma ação de governo, precisa ser uma ação de cidadãos que
2307 têm no município, o seu centro principal de moradia, localização e desenvolvimento, só então isso para tentar
2308 reforçar um pouco mais essa ação das prefeituras. Obrigado então
2309

2310 **Cláudio Roberto Bertoldo Langone- MMA(Secretário Executivo)**

2311
2312 Obrigado Sérgio. Passo a palavra ao Conselheiro Mareto.

2313
2314
2315 **Luis Carlos Mareto- Associação de Defesa Etno-Ambiental-Kanindé**
2316

2317 Primeiro eu gostaria de parabenizar pelo o programa (?) apresentado pelo pessoal do Ministério do Meio Ambiente
2318 que eu achei fantástico o programa, é uma coisa assim para mim de tecnologia de primeira ponta. Eu acho muito
2319 interessante, principalmente pelo poder de detectar o desmatamento em tempo real. Eu acho importante também
2320 que isso tem um desdobramento prático também. Porque além de detectar o desmatamento, o que vem depois seria
2321 o próximo passo, seria multar os infratores e aplicar no caso a lei de crimes ambientais que eu acho que de
2322 fundamental importância. E muitas vezes os próprios infratores passam impune e nada acontece. E isso daí sempre
2323 abre um precedente para novas invasões. Eu tiro isso pelo fato do que acontece em Rondônia. Nós trabalhamos
2324 muito com comandantes indígenas e a gente sempre presencia desmatamento dentro de área indígena. E muitas
2325 vezes é apreendido caminhões e madeira e sempre o que acontece? Que os maquinários são devolvidos, a madeira
2326 acaba sendo levada de novo e ninguém vai preso. Eu acho que o Poder Judiciário deveria agir com um pouco mais
2327 de rigor em cima disso para que isso surta o efeito. E no caso também dos órgãos ambientais tipo FUNAI, IBAMA, eu
2328 acho que esses órgãos têm que ser um pouco mais fortalecidos. A FUNAI no caso tem mais de 15 anos que não se
2329 abre um concurso. Veja que as pessoas vão se aposentando e o salário não aumenta há mais de dez anos. A gente
2330 sempre trabalha em conjunto com o pessoal da FUNAI, IBAMA e o pessoal sempre reclama que os órgãos federais
2331 tem mais de dez anos que não tem um aumento salarial. Isso causa uma desmotivação das pessoas para
2332 fiscalizarem e acaba às vezes os levando até a praticar atos ilícitos. Então eu acho interessante que haja esse
2333 fortalecimento da FUNAI. A gente percebe que tem no caso da (?) uma área de quase 2 milhões de hectares onde
2334 tem apenas quatro chefes de posto para fiscalizar uma área imensa. É uma área que tem um perímetro de 860 Km,
2335 então é impossível quatro pessoas conseguir fiscalizar uma área tão imensa. Sem contar a deficiência além do
2336 quadro do pessoal, de viaturas, de recurso público. Então eu acho que além de todo esse programa que é muito
2337 interessante do DETER, há também que se fortalecer os órgãos. Eu acho que às vezes o problema tem que ser
2338 detectado antes que ele aconteça, porque o programa DETER vai sempre diagnosticar o desmatamento depois que
2339 ele já ocorreu e depois que a floresta já foi derrubada e que o dano foi causado. Então fortalecendo os órgãos,
2340 talvez a necessidade de intensificar a vigilância e às vezes prevenir para que o desmatamento aconteça. Então essa
2341 seria a melhor forma de proteger a questão das florestas. Do ponto de vista que eu tenho de prática de Rondônia,
2342 que a gente percebe que a maior parte das invasões que acontecem em unidades de conservação de terra indígena,
2343 sempre ela parte de dentro de algum lote de algum sitiante que tem o lote intitulado ou ele mesmo invade e tira
2344 madeira e desmata ou ele permite que algum madeireiro passe o poder do Norte dele e tire madeira. Eu acho que do
2345 meu ponto de vista eu penso em colocar, como Conselheiro do CONAMA, até uma moção do CONAMA para que
2346 sejam tomadas medidas mais drásticas em cima desse sitiante, embora não entrou em unidade de conservação de
2347 terra indígena, para que eles sejam multados que levem uma multa bem alta e também que haja um certo tipo de
2348 forma até de ele até ser cassado o CCIR ou então até de confiscado a terra dele porque eles são as principais
2349 pessoas que facilitam as invasões. Muito obrigado.

2350
2351 **Cláudio Roberto Bertoldo Langone – MMA (Secretário Executivo)**
2352

2353 Obrigado Mareto. A respeito dessas duas falas, quero só registrar telegraficamente, que na semana passada o
2354 Ministério do Meio Ambiente lançou um programa nacional de capacitação de gestores municipais e conselheiros
2355 municipais de meio ambiente. Passei o material ao Conselheiro Sérgio e a informação está disponível na nossa
2356 página e também, Mareto, que no caso específico do IBAMA, nós temos boas notícias nessa área, uma vez que o
2357 IBAMA acabou realizar um concurso para o qual, ele vai chamar 915 analistas ambientais até o final do ano, e nós
2358 aprovamos recentemente no congresso nacional um projeto de lei, que estabelece a gratificação do IBAMA, que vai
2359 fazer com que daqui até o final do ano que vem, os funcionários do IBAMA, tenham um aumento de 120% no seu
2360 salário, então no caso do IBAMA isso já é numa solução encaminhada pelo atual governo. Passo a palavra ao
2361 Conselheiro Rosalvo, Ministério da Integração Nacional.
2362

Rosalvo - Ministério da Integração Nacional.

2365 Eu queria apenas levantar alguns aspectos, e não promover nenhum debate e nenhuma discussão, porque eu não
2366 quero abater a idéia de ninguém, mas estabelecer um diálogo, então precisamos ter duas pessoas e respeitar as
2367 opiniões. Então eu queria dizer primeiro, não existe derrubada de floresta, ou seja, não existe produção se não existe
2368 consumo desta produção. É evidentemente que é correto que você amplie a fiscalização e use a inteligência que
2369 você tem nos órgãos de governo para inibir o que está acontecendo lá, na parte da floresta na sua derruba, nos seus
2370 desmatamentos e etc., mas é absolutamente fundamental também que a gente mantenha a vigilância na outra
2371 ponta, ou seja, lá onde a madeira está sendo consumida, lá nas grandes indústrias, lá na grande transformação que
2372 há, de modo que você possa nas duas pontas promover a diminuição desse processo predatório. A segunda questão
2373 é, colocar que o Ministério da Integração, empenhado nisso, promoveu as alterações nos seus mecanismos, nos
2374 seus fundos constitucionais, tanto no fundo nacional do norte, o FGNO, que abrange a região norte, como também a
2375 região centro oeste, então inclusive isso foi fruto dos debates havidos no plano. E apenas para informar vocês, no
2376 ano passado em 2004, ninguém usou, por exemplo, o FGNO floresta, quer dizer então, são recursos que existem
2377 disponível, são recursos que podem ser utilizados desde que, por manejo florestal e esse material, esses recursos
2378 não foram acessados. Outro aspecto eu gostaria de colocar de que vocês entrando no site do Ministério da
2379 Integração, nas suítes diversas secretarias, e nas secretarias e suas publicações, nós temos um conjunto de estudos
2380 lá, onde a gente faz o debate do processo, por exemplo, de desenvolvimento regional, e aí eu acho que é isso é
2381 importante, que embora o nosso foco, e o foco e dessa reunião, seja o desmatamento; A gente não pode esquecer
2382 que o desmatamento estava inserido num processo econômico que é muito maior, legal ou não, e aí a gente
2383 encontra isso, que é da conquista da fronteira, que é o desenvolvimento da sociedade capitalista, que é a busca que
2384 o capital tem por novas áreas, então a gente nunca pode pensar, e nunca pode focar apenas e tão somente, a
2385 questão do desmatamento. Esses estudos que estão lá, que os senhores podem baixar os arquivos no site do
2386 Ministério da Integração Nacional na Secretaria de Desenvolvimento Regional, nos permite ampliar a visão do
2387 processo que está acontecendo no território, então eu acho que a gente tem que casar esse conjunto de políticas,
2388 esses conjuntos de estudos para que ampliar sempre a nossa intervenção no território usando inteligência. E
2389 finalmente, já concluindo mesmo, eu quero destacar a importância que tem dessas áreas, inclusive que estão
2390 degradadas, ou mesmo aquelas que estão com grãos e com soja, que nenhuma civilização se desenvolveu no
2391 mundo, sem terra, sem água e sem energia. E nós aqui temos a possibilidade, inclusive por intermédio de
2392 programas como biodiso, de utilizar a soja, a pé de uma maneira mais, vamos dizer assim, mais nobre na produção
2393 de energia, já que para os próximos dez, quinze, vinte anos, sabemos que não teremos mais petróleo, e não
2394 poderemos então, nos locomover, desenvolver as indústrias e a sociedade. Obrigado.
2395

Cláudio Roberto Bertoldo Langone – MMA (Secretário Executivo)

2396 Próximos inscritos, Conselheiro André - Instituto Sócio Ambiental.
2397

André Lima – ISA

2400 Antes de fazer a minha proposição, que a minha fala vai ser especificamente para propor encaminhamentos, eu
2401 queria mais uma vez reforçar a satisfação de ter participado dessa reunião, porque de fato, como bem lembrou o
2402 Langone, pelo menos desde que eu estou acompanhando esse tema, já não faz muito tempo, mas desde 97, é a
2403 primeira vez que a gente vê todos estados apresentando, no âmbito do CONAMA, um pouco do que cada um está
2404 fazendo, e mesmo o próprio governo federal com um pouco mais de detalhamento. Então eu queria mais uma vez,
2405 parabenizar essa iniciativa, e talvez a gente pudesse repeti-la uma vez por ano pelo menos, trazendo os diferentes
2406 atores aí, que estão investindo nessa reversão do quadro dramático, que assistimos nos últimos anos na Amazônia.
2407
2408

2409 Eu queria ir direto para os encaminhamentos, feitos hoje pela manhã, ao termos lido a nota. Então o primeiro é no
2410 sentido de abirmos uma discussão, e não no ano que vem não, eu acho que a gente tem que abrir o quanto antes.
2411 No âmbito da Câmara Técnica de Economia e Meio Ambiente para que a gente saia do discurso de que só comando
2412 e controle não resolve precisamos trabalhar com incentivos econômicos. Eu acho que as medidas de comando e
2413 controle estão aí, apesar dos obstáculos todos sendo fortalecidos, a gente tem que trabalhar no aprimoramento
2414 delas, mais trabalhar também para que haja incentivos econômicos para a migração de quem está na irregularidade
2415 para a regularidade. Então eu conversei um pouco com o Sérgio Guimarães, acho que ele vai propor isso também,
2416 acho que a gente podia abrir essa Câmara Técnica com um seminário, com economistas, com gente da área de
2417 economia ambiental, inclusive para avaliar o que tem aí de oportunidades. Um segundo encaminhamento, então
2418 esse é um encaminhamento, o segundo encaminhamento é uma recomendação na verdade, pelo CONAMA, ao
2419 Ministério do Meio Ambiente e ao IBAMA no sentido de promover reais incentivos ao plano... aos manejos... ao
2420 manejo florestal certificado e priorizar a contratação imediata dos 200 engenheiros florestais, que estavam previstos,
2421 para agilizar os planos de manejos sobre análise no IBAMA, isso é fundamental para dar vazão a essa demanda
2422 reprimida hoje no próprio IBAMA. Uma terceira recomendação que eu vou unir com a quarta que seria a constituição
2423 de um grupo no âmbito do CONAMA, talvez na Câmara de Bioma ou na Câmara de Recursos Florestais, para o
2424 monitoramento e avaliação periódica da evolução das ações do plano, seria uma oportunidade mais permanente do
2425 CONAMA ouvir um pouco como está avançando, como estão avançando as ações, e na primeira oportunidade dessa
2426 reunião, para abrir esse grupo de trabalho, uma apresentação um pouco mais detalhada das ações com a
2427 perspectiva inclusive, de revisão para a definição de foco e de prioridades. A gente tem ouvido, e fizemos várias
2428 entrevistas, com pessoas que são responsáveis por ações do plano, existe uma certa sensação, no sentido de é
2429 necessário maior prioridade o e maior foco e, portanto acho que o CONAMA pode participar e contribuir com isso,
2430 então essa é uma terceira contribuição. E ao fim, eu conversei com Dr. Sebastião que infelizmente teve que sair,
2431 essa é a última recomendação, Langone, e ele como Presidente da Câmara de Assuntos Jurídicos do CONAMA,
2432 concordou, conversei um pouco também com o Flávio Montiel, ele também disse, inclusive está na pauta do IBAMA
2433 que é a revisão, e aí eu proponho que esse tema seja discutido na câmara técnica de assuntos jurídicos, dos
2434 procedimentos e mecanismos de aplicação cobrança e execução de multas e infrações ambientais para garantir a
2435 eficácia e a eficiência do sistema. Então são quatro recomendações que eu submeto a apreciação do Plenário. Muito
2436 obrigado.

2437
2438 **Cláudio Roberto Bertoldo Langone – MMA (Secretário Executivo)**

2439
2440 Agradeço as sugestões do Conselheiro André e peço que depois encaminhe por escrito á mesa, para que a gente
2441 possa submeter á apreciação do Plenário, e conclamo também os conselheiros que vieram me intervir, que
2442 inspirando-se no Conselheiro André, possam trazer também suas recomendações. Passo a palavra ao Conselheiro
2443 Sperb.

2444
2445 **Marco Antonio Sperb Leite - CEBRAC**

2446
2447 Marco Antonio Sperb Leite ONG's do Centro-Oeste Eu pedi a palavra quando o Secretário Capobianco se referiu a
2448 nota lida pelo o André, dizendo que ela não reconhecia os avanços do governo. Quando eu li esta nota, no vôo
2449 ontem para cá, eu achei inclusive uma nota muito comportada, e como nota comportada, eu apoiei a nota no sentido
2450 inclusive, vamos somar esforços. Porque na verdade eu vivi na minha vida, algumas ditaduras do populismo militar, e
2451 vivemos agora uma ditadura econômica, há muito tempo estamos na ditadura econômica e eu como fundador do PT,
2452 nacional e local, lamento local de Goiás, lamento que ele tenha se submetido muito a essa política econômica
2453 ditatorial, que não sobra dinheiro para a questão do meio ambiente. A questão tecnológica do avanço, parabéns foi
2454 dado, parabéns ao PT, parabéns, parabéns, parabéns. Vamos avançar muito mais nisso aí, se nós tivermos dinheiro
2455 para a questão dos satélites, satélites que não vêm nuvens, eles passam direto, isso já existe. Agora creio que é
2456 fundamental que nas declarações ministeriais, e a nota alerta para isso aí, chame em consideração que existe um
2457 desmatamento ainda existente, ainda fora de controle é a mesma história, a mortandade estava de 20 por mês,
2458 passou para 17, parabéns está diminuindo, mas tem 17 ainda sendo mortos na minha cidade por mês, nesse sentido
2459 nós precisamos somar esforços. Acho que a luta por mais verbas, para a questão do meio ambiente, ela faz parte de
2460 uma luta de mais verbas, por exemplo: para o saneamento, dizia o senhor Governador, que o pantanal vai poluindo
2461 daqui para lá, para vocês ter uma idéia no saneamento ambiental, ou no saneamento básico, coleta de água, esse
2462 tratamento de água, coleta de esgoto, tratamento de esgoto. Nós precisamos no Brasil, cerca de 176 milhões de
2463 reais. Nesse sentido mostro que nós temos muito a avançar, e que a nota lançada e assinada por nós só chama
2464 atenção que determinadas declarações otimistas apoiamos que ela não pareçam que a luta está sendo ganha, eu

2465 acho que ainda está perdendo e lamentavelmente muito. As indicações do André, aqui da câmara de tecnologia e
2466 meio ambiente, da qual nós participamos, tem o nosso apoio e tenha certeza que nós colocaremos todos nossos
2467 conhecimentos técnicos científicos, para colaborar com isso aí. Obrigado, era só.
2468

2469 **Cláudio Roberto Bertoldo Langone – MMA (Secretário Executivo)**

2470 Obrigado Conselheiro Sperb. Próximo inscrito Conselheiro Sérgio Guimarães.
2471

2472 **Sérgio Guimarães – ICV**

2473 Eu quero basicamente reforçar os encaminhamento que já foram feitos pelo Conselheiro André, e lembrar que é
2474 muito importante que a gente comece esse trabalho proposto no grupo de trabalho da Câmara de Economia e Meio
2475 Ambiente, com o seminário que possa trazer vários especialistas e possa focar o debate exatamente nesse tema que
2476 nós estamos querendo, que é de incentivos econômicos... incentivos econômicos além dos incentivos de comando e
2477 controle para coibir o desmatamento da Amazônia. Eu acho também importantes as colocações feitas pelo
2478 Conselheiro Rosalvo, no sentido que se trabalhe também as questões do mercado, é nesse sentido que se busca,
2479 que é essa proposta. Eu quero passar a palavra aqui para o Vicente, que é coordenador do Formad, é o Fórum
2480 Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento, que coordena diversas organizações de movimentos sociais
2481 de Mato Grosso.
2482

2483 **Vicente - Formad**

2484 Obrigado por esse espaço, Sérgio, na verdade eu queria expressar aqui uma angústia que tem tomado conta do
2485 fórum Mato-grossense da rede Mato-grossense de educação ambiental, em relação um pouco um clima decorrente
2486 dos últimos debates, a partir do Fórum Estadual do Meio Ambiente, aonde teve algumas situações constrangedoras
2487 e preocupantes durante o Fórum, algumas pessoas foram mandadas “calar a boca”, pessoas ligadas a Universidade
2488 porque quem paga os salários de vocês somos nós os produtores, e tenha sentido, acho que esses tipos de
2489 manifestações, tem tido muito apoio também de alguns políticos que dão vazão a esse tipo de atitude de pessoas
2490 que não colabora, para a gente avançar na construção de um consenso e de verdadeira preocupação com a questão
2491 ambiental, então tem algumas ameaças anônimas a professora da Universidade, nós temos sindicalistas ameaçados
2492 porque denunciaram alguns desmatamentos ilegais, então o clima está um pouco preocupante. Gostaria que o
2493 CONAMA levasse isso em consideração, tem outras situações, não é só uma questão de Mato Grosso,
2494 recentemente pessoas foram até agredidas fisicamente em debates em Manaus, pelo que nós sabemos, então que o
2495 CONAMA tivesse uma atenção a esse clima, e parabenizar o governo, praticamente eu percebi que todos os
2496 estados, realmente, estão avançando no aperfeiçoamento de ações de comando e controle dos sistemas de
2497 monitoramento tem um evidente avanço. Parabéns, porque isso, tem que ser comemorado. Nós do Fórum e da rede
2498 Natureza e Educação Ambiental entendemos que é essencial que os governos avancem na questão da
2499 transparência, na disponibilização dos dados, para que a gente possa realmente em tempo real estar
2500 acompanhando e colaborando. Porque o nosso intuito é que não tenha desmatamento ilegal, não tenha poluição
2501 das águas, para que a gente possa ser um instrumento de apoio ao governo, para que a gente alcance a
2502 sustentabilidade e afinal de contas todos nós almejamos. E por último, dizer assim que eu acho realmente
2503 fundamental o investimento em ações estruturantes, e aí o incentivo a programas de produção sustentável, e talvez
2504 financiado com algumas sobretaxas para atividades poluidoras, sejam um bom caminho, aí vem esse GT aí, que eu
2505 acho fundamental para o CONAMA implante para propor alternativa. Obrigado.
2506

2507 **Cláudio Roberto Bertoldo Langone - MMA (Secretário Executivo)**

2508 Obrigado, a próxima inscrição Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio, conselheira Fernanda.
2509

2510 **Fernanda Bocorny Messias - Ministério – Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**

2511 Fernanda Messias do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Eu gostaria de ter falado ainda, com a
2512 presença da Ministra, mas não foi possível. Eu sou meio baixinha... mas eu queria basicamente colocar algumas
2513 coisas que hoje foram levantadas, e que o Maurício Mendonça da CNI, colocou bem a abertura que a indústria está
2514 tendo para esse tipo de diálogo ou por desenvolvimento sustentável da região. Foram colocadas algumas coisas,
2515 como incentivos a produtos florestais, o envolvimento de municípios, indicadores sociais e econômicos. Eu acho que
2516

2521 é muito importante deixar gravado aqui para vocês, que não adianta só a gente incentivar uma oferta, antes disso, é
2522 preciso identificar uma demanda, então eu proponho que haja uma recomendação do CONAMA, para que os
2523 mercados que estão sendo abertos, e hoje é o Brasil vai bater um mais recorde de exportações: 116 milhões
2524 inéditos, então existe um grande potencial de abertura de mercados internacionais, e que se desenvolva o mercado
2525 de produtos certificado, ou seja, criar um mercado para desenvolvimento local. Porque você consegue dessa forma
2526 promover uma migração econômica da região, e não somente ficar por mais que a educação ambiental seja válido,
2527 enfim, engenheiros florestais para comando e controle seja válido, você só realmente consegue migrar, promover o
2528 desenvolvimento sustentável migrando para uma produção sustentável, e para isso, a gente precisa de mercado
2529 para comprar esses produtos sustentáveis. Então primeiramente o desenvolvimento desse mercado de produtos
2530 sustentáveis, e fica também como sugestão aqui, a criação para questão dos controles e até mesmos incentivos de
2531 controle social, que pode haver das multas e tudo mais, da criação de um fundo nacional de combate ao
2532 desmatamento, que pode ter como fonte de recursos às multas, emendas parlamentares e outras, e que seja fruto de
2533 promoção de projetos locais sustentáveis de ong's e de interesses empresariais inclusive, de modo que possa de
2534 fato envolver o desenvolvimento local, com o envolvimento... promover o desenvolvimento local com o envolvimento
2535 da população local, e promover dessa forma, o controle social local também, no momento que grupos da região
2536 começam a se oferecer dos recursos oriundos das multas esses vão ser os primeiros a ficarem controlando o
2537 trabalho de IBAMA, e de todos os órgãos de comando, socializa muito. Então, eu trago aqui basicamente essas duas
2538 sugestões, de que a uma sugestão de promoção de desse mercado de exportação especificamente, com esse olhar,
2539 de desenvolvimento de mercado de produto certificado e a criação de um fundo nacional de combate ao
2540 desmatamento.

2541
2542 **Cláudio Roberto Bertoldo Langone - MMA (Secretário Executivo)**

2543
2544 Obrigado Fernanda. Próxima inscrição o Conselheiro Walmir.

2545
2546 **Walmir Pereira do Carmo – GRAMA Nordeste**

2547
2548 Boa tarde a todos, eu sou Walmir, represento as ONG's do nordeste. Dizer que esse encontro foi muito proveitoso,
2549 porque a gente aqui pode ver um panorama de como está a situação dos estados que aqui se apresentaram. E a
2550 gente faz uma análise de que os problemas ambientais são comuns em quase todos os Estados. Agora a gente (?)
2551 fica pensando, tem hora que dá angústia dizer, eu não posso resolver aquilo, eu não posso resolver aquilo, mas a
2552 gente vê também, que os estados também tem as dificuldades, com todo o aparato que tem de resolver alguns
2553 problemas. Parabenizar o Ministério do Meio Ambiente pelo plano que foi montado, e solicitar que esse plano seja
2554 estendido para o nordeste para outros biomas, porque a gente vê que o nordeste também tem grandes problemas.
2555 Eu moro numa região muito privilegiada, a região da mata atlântica, eu sou da Bahia, e que sustenta a mata em pé
2556 até agora, é o cacau. Até conversava de manhã com a Ministra Marina, que ela precisa colocar na sua agenda, uma
2557 visita á região sul da Bahia, para ver como a gente sustenta a mata, mesmo assim com todo o aparato que lá tem,
2558 polícia federal, IBAMA, CRA, os órgãos fiscalizadores, nós temos muitos problemas com madeiras e no mais é
2559 expressar o sentimento de apoio ao companheiro Miguel do Rio de Janeiro, e ao Rodrigo pelo que eles sofreram
2560 recentemente em seus Estados. E dizer que nós ambientalistas estamos sempre sendo ponta de lança do poder
2561 econômico, não todos claro, porque em todo movimento existem homens, e existem homens, existem ambientalistas
2562 e ambientalistas. E a gente sabe que o poder econômico ele está sempre sobrepondo as questões sociais e
2563 ambientais. Muito obrigado.

2564
2565 **Cláudio Roberto Bertoldo Langone - MMA (Secretário Executivo)**

2566
2567 Obrigado Walmir. Conselheiro Rodrigo o próximo inscrito.

2568
2569 **Rodrigo Antônio de Agostinho Mendonça – Instituto Vidágua**

2570
2571 Rodrigo Agostinho do Instituto Vidágua região sudeste. Eu gostaria de ir muito na linha do Conselheiro André do
2572 Instituto Sócio Ambiental, eu acho que nós ambientalistas, nós temos que hoje reconhecer todo o trabalho que foi
2573 feito pelo Ministério do Meio Ambiente, pelo IBAMA. Mas não podemos esquecer de que existe uma série de outras
2574 ações, planos programas que precisam ser implementados, e que não estão única exclusivamente na esfera do meio
2575 ambiente e do IBAMA. Nós precisamos que outros Ministérios assumam o seu papel dentro desse plano de combate
2576 ao desmatamento da Amazônia, nós precisamos que o Ministério da Agricultura cumpra o seu papel, o Ministério da

2577 Integração, Ministério da Justiça, Ministério de Minas e Energia, Ministério da (?), Ministério do Desenvolvimento da
2578 Indústria e Comércio, enfim os demais ministérios também promovam ações, nós precisamos que o BNDS trabalhe
2579 esta questão internamente, o BNDS hoje é que financia quase toda a degradação da Amazônia. Nós precisamos
2580 rever projetos de convênio como o próprio ISA, o programa de integração precisa ser revisto. Nós não podemos
2581 aceitar um governo tendo plano nacional de combate ao desmatamento, e um programa de integração
2582 completamente absurdo, fora da realidade dos povos da Amazônia. O Ministério de turismo, ninguém aqui falou no
2583 turismo, mas uma das grandes oportunidades econômica para a Amazônia, para a floresta amazônica e para os
2584 demais biomas brasileiros, o turismo, e a gente não vê um investimento como deveria estar acontecendo nessa área.
2585 (?) também que a gente precisa rever a questão das multas, dos critérios de multas, os critérios de procedimento,
2586 das metodologias, é um absurdo as multas vão subindo, vão subindo, vão subindo até chegar no CONAMA, quantas
2587 e quantas vezes a câmara técnica de assuntos jurídicos do CONAMA está discutindo sobre multas de dez anos
2588 atrás, isto é um absurdo. Uma outra questão, nós precisamos cruzar o mapa de áreas prioritárias, para confirmação
2589 do Ministério do Meio Ambiente com o zoneamento ecológico econômicos dos Estados. Nós precisamos saber fazer
2590 o cruzamento desses dois mapas, para a gente ter bem claro qual é a política de conservação que a gente quer para
2591 essas áreas; Quais são as estratégias de conservação que a gente quer para essas áreas que são prioritárias. Já
2592 estou encerrando. Uma outra questão que eu coloco é que nós precisamos transformar algumas experiências já
2593 consolidadas no âmbito demonstrativo e políticas públicas, é caso dos projetos PPA, toda a questão de (?) floresta, por
2594 exemplo, não pode mais ser mais encarado, único e exclusivamente como projetos demonstrativos, isso tem que se
2595 transformar em política pública de financiamento, então nós precisamos ter outras estratégias que entram na área
2596 econômica, entram na área de alternativas porque se não nós vamos continuar achando que a Amazônia só serve a
2597 extrativismo ou aos grandes, enfim, aos grandes latifúndios de soja, pecuária ou mesmo a exploração mineral, a
2598 gente sabe que a Amazônia é muito mais que tudo isso, existe toda uma diversidade que precisa ser respeitada,
2599 precisa se assegurar. E dizer também que na Amazônia nós não temos só florestas, nós temos outros biomas que
2600 também merecem a conservação como o cerrado, o cerrado hoje está sendo desmatado no Brasil todo num ritmo
2601 alucinante, ao mesmo tempo toda a fiscalização está aqui na Amazônia, o cerrado está sendo desmatado, porque ao
2602 mesmo tempo que você fecha de um lado, acaba se abrindo de outro e nós precisamos de uma política global, que
2603 contém todos os biomas de nosso país. Era só, muito obrigado.

2604
2605 **Cláudio Roberto Bertoldo Langone - MMA (Secretário Executivo)**

2606
2607 Obrigado Conselheiro Rodrigo. A próxima fala é da conselheira Edi, entidades ambientalistas da região Sul.

2608
2609 **Edi Xavier Fonseca – AGAPAN – Região Sul**

2610
2611 Boa tarde a todos, Edi Fonseca da AGAPAN - ONG's da região Sul, na verdade eu tenho alguns questionamentos. O
2612 primeiro deles seria eu gostaria de saber se procede a informação de que o Brasil permite a exportação de toras de
2613 madeiras inteiras, ao invés de madeiras laminadas, em que medida isso prejudica o controle do contrabando da
2614 madeira para o exterior e a outra questão seria: quais são as ações que eu no vi nas falas dos governos, quais são
2615 as ações concretas, que os governos estão implantando para evitar o progressivo desmatamento provocado pela
2616 expansão da lavoura de soja. Todos nós sabemos que a soja plantada no Brasil até 2003, era de origem ilegal
2617 contrabandeada, e a sua colheita, comercialização, exportação ela só foi possível através da expedição de três
2618 medidas provisórias feitas pelo governo. Pergunto, se esses estados têm algum estudo de impacto ambiental, que o
2619 cultivo da soja transgênica ilegal, provoca no bioma amazônico, bioma este que é fundamental para o equilíbrio do
2620 clima do nosso planeta.

2621
2622 **Cláudio Roberto Bertoldo Langone – MMA (Secretário Executivo)**

2623
2624 Obrigado conselheira Edi, nós vamos então, à última inscrição que é a do Dr Flávio Montiel - IBAMA

2625
2626 **Flávio Montiel - IBAMA**

2627
2628 Eu gostaria de chamar atenção aqui a alguns aspectos, mas antes respondendo objetivamente a pergunta da
2629 conselheira, primeiro não existe exportação de madeira em tora no país. Toda madeira que hoje sai da Amazônia
2630 inclusive, ela é processada seja em pranchas, em lâminas, enfim, então, esse fator realmente não existe. Com
2631 relação à questão da soja, nós estamos trabalhando principalmente na fiscalização da soja transgênica e não da soja
2632 comum, quer dizer, a questão da soja hoje para nós, interessa dentro do que foi estabelecido pelo decreto, atuar em

2633 cima daquelas áreas de preservação permanente nas proximidades em torno das unidades de conservação e mais
2634 importante é conseguir atuar no momento em que a soja comum vai se misturar à soja transgênica. É aí que se deve
2635 se dar a fiscalização de fato e a gente está atuando nesse sentido. Eu queria chamar a atenção também aqui para o
2636 aspecto que foi levantado, de que a atuação de comando e controle de fato, ela não é suficiente, ela não resolve o
2637 problema na sua estrutura, mas é necessária, mas alertar que ela ainda não é suficiente nós precisamos avançar
2638 mais ainda naquilo que está sendo feito em relação à comando e controle. E nós sabemos das limitações do órgão,
2639 nós sabemos das carências, nós sabemos das necessidades também de envolver os órgãos estaduais no trabalho
2640 de fiscalização, esse trabalho dentro da política de descentralização ambiental precisa ser ampliado e, portanto, nós
2641 não podemos sair daqui com a idéia de que: “Olha, comando e controle está fazendo, mas, precisa das outras
2642 medidas estruturantes”. Precisa, mas não é ainda suficiente trabalho na área de comando e controle. Respondendo
2643 ao Conselheiro Rosalvo, eu não coloquei na apresentação, inclusive foi muito rápida, pouco tempo, mas, nós
2644 estamos trabalhando na ponta do consumidor. Só em São Paulo e Rio de Janeiro, foram feitas 18 operações
2645 incluindo grandes compradores de madeiras, grandes madeireiros, lavrados 200 autos de infração, que
2646 representaram aproximadamente 59 milhões de reais em multas aplicadas, por exemplo, Neo(?) Madeireiras e outras
2647 grandes madeireiras que são pólos consumidores no eixo São Paulo, Paraná. A outra questão também...e aí
2648 Rosalvo, nós temos que conciliar porque se há necessidade de você frear o desmatamento, obrigatoriamente você
2649 tem que estar atuando aonde o desmatamento está ocorrendo. E neste ano, eu acho que foi o ano em que nós
2650 inclusive batemos o recorde no sentido de chegar na região, quando o desmatamento estava ocorrendo na hora e
2651 coibiu na hora, além do que, em algumas áreas nós chegamos antes que o desmatamento ocorresse em função
2652 desse trabalho de investigação. Outra informação que eu queria passar, o Capo falou mais ou menos sobre isso,
2653 mas de fato há uma queda significativa de desmatamento no mês de junho, mas se você colocar também o que não
2654 estava no quadro que o Capo apresentou, o mês de maio, comparado maio de 2005 com maio de 2004, houve
2655 também uma redução significativa. E as operações de fiscalizações em toda Amazônia, elas começaram a ocorrer
2656 em fevereiro e tomaram corpo, tomaram mais vigor, a partir de março, abril, então isso é importante dizer porque traz
2657 uma compreensão maior, inclusive sobre a dinâmica desse desmatamento de 2005, inclusive, nós já temos o dado
2658 de agosto, de 15 de agosto de 2005 e ele aponta para uma queda significativa em relação ao mês de agosto de
2659 2004. A outra questão André, na verdade o que foi proposto em relação à contratação de engenheiros florestais,
2660 foram 100 engenheiros florestais e não 200 como eu já vi que você mencionou duas vezes 200, eu queria só
2661 esclarecer, são 100, a previsão de até 100. Até o presente momento chegaram 46 currículos de engenheiros
2662 florestais para essa força tarefa, até que os novos concursados possam assumir os seus postos. E outra questão que
2663 é importante também ressaltar, que o André colocou, é que nós estamos trabalhando com indicadores quantitativos
2664 da questão da fiscalização, agora é importante a gente estabelecer um elemento, um critério, um mecanismo, que
2665 permita você compreender em que medida a apreensão de 16, 28, 25, 40 tratores, 200 motoserras, vão impactar na
2666 ação do desmatamento no ano seguinte, porque quando você recolhe todo esse investimento do mercado é muito
2667 diferente de uma multa, que você pode pagar só daqui a três, quatro anos, mas recolher um investimento desse
2668 monte tem de fato um impacto significativo na ação do ano seguinte. E aí, eu queria entrar na questão que foi
2669 levantada também aqui da UCs. É evidente que não é apenas a pura criação de unidades de conservação por
2670 decreto no papel, que faz com que a taxa do desmatamento reduza. Não. É necessária a presença do Estado
2671 Brasileiro, a presença permanente e é o que as bases operativas estão propiciando, você tem a presença
2672 permanente não aquelas operações que você vai e fica trinta dias, recolhe a turma e o pessoal sabe que o IBAMA só
2673 volta e os outros órgãos, o ano que vem. Então, e mais, nós corremos o risco por que? Nós criamos unidades de
2674 conservação em áreas de tensão ao contrário de outras gestões, que criaram em áreas remotas onde a pressão não
2675 está ocorrendo. Essas unidades de conservação foram criadas em áreas de tensão onde está a frente de convenção
2676 do desmatamento. Portanto, quem investiu, o grileiro está lá e investiu dinheiro, trator, caminhão, combustível,
2677 motoserra e por acaso fica sabendo pelo rádio que foi criado uma unidade de conservação ali, a primeira reação dele
2678 é de desmatar o quanto ele puder, para poder pelo menos garantir o seu investimento. Então, isso é importante
2679 pensar, porque fica parecendo que não, criou a unidade veio conversar, todo mundo faz sua malinha põe debaixo do
2680 braço e vai embora, isso não acontece na realidade. A vida não é assim, então, é importante dizer que a criação é
2681 importante, mas se você não tem a presença do estado... até porque, nessas regiões remotas, muitos que estão lá
2682 na frente do desmatamento nem ficam sabendo que ali foi criada uma unidade de conservação, até saber já se
2683 passaram 6 meses, 8 meses e se não é a presença do Estado Brasileiro de forma permanente na região, você não
2684 reverte isso.

2685
2686 **Cláudio Roberto Bertoldo Langone – MMA (Secretário Executivo)**

2687
2688 Obrigado. Eu vou passar a palavra para a última intervenção, para mais uma intervenção, uma solicitação do

2689 Governo do Estado do Mato Grosso. E a palavra será utilizada pelo Secretário Vettorato, Secretário de Produção
2690 Agropecuária, está certo o nome? Desenvolvimento Rural.

2691
2692 **Clovis Vettorato - Secretário de Desenvolvimento Rural do Mato Grosso**

2693
2694 Boa tarde a todos, eu quero me congratular com a CEMA, com o Ministério do Meio Ambiente e IBAMA pelo termo
2695 de cooperação técnica assinado nesta manhã, porque define níveis de competência e acaba com as dubiedades de
2696 competências entre a União e o Estado. Ora era competência da CEMA, ora competência da União e com esse
2697 termo que eu participei da sua elaboração vem definir com clareza essas competências. Para todo problema
2698 complexo, há uma solução simples, todavia, pode ser equivocada. Eu tenho um número aqui que diz que a
2699 Amazônia legal, 61% território nacional. Tem 12%, 11,88% de unidades de conservação, 20,69% em terras
2700 indígenas, 41,83% em terras públicas e 25,6% são imóveis rurais. Considerando que terras indígenas é "imexível",
2701 unidades de conservação também e que as terras públicas da União podem ser disponibilizadas pela própria União.
2702 De repente o Presidente Lula num canetaço lá transforma essas 41,83% da Amazônia legal, em áreas onde uma
2703 moratória por 50 anos, que depois que as futuras gerações vão verificar o que vai ser feito dela aí. E considerando
2704 também que dos imóveis rurais, naturalmente, normalmente há uma preservação, há uma... reservas legais, reservas
2705 permanentes, normalmente não se explora mais de 50%, nós teríamos 87% da Amazônia legal preservada mas para
2706 isso aí é necessário um grande... mobilização para impedir a invasão das terras públicas e aí a grilagem de terras e
2707 invasões correm soltas e grande parte do desmatamento que aconteceu no Estado do Mato Grosso, não foi
2708 provocada por produtores rurais do agronegócio brasileiro e sim por invasores principalmente da região norte e
2709 noroeste, à esquerda do biquinho aqui de Mato Grosso. Também é necessário impedir novos assentamentos rurais,
2710 novos assentamentos da reforma agrária em área de floresta. Porque nós aqui no Estado estamos fazendo uma
2711 mini-reforma agrária onde os assentados estão próximos da cidade, onde tem área de consumo, onde eles podem
2712 ter uma atividade econômica sustentável. E o outro fator que normalmente impacta no meio ambiente é a falta de
2713 regularização fundiária, esse é um aspecto sério aqui no Mato Grosso, que precisa ser revisto. O Ministério do Meio
2714 Ambiente tem que buscar, fazer um esforço junto ao Ministério de Desenvolvimento Agrário para que "seje"... haja
2715 essa regularização fundiária. São milhares e milhares de proprietários, de ocupantes de terra que não têm o seu
2716 título, portanto, como a terra também não é dele, aquele negócio todo, ele avança de forma irregular nas áreas que
2717 devem ser preservadas. Por último agradecer a presença de todos aqui no nosso Estado e desejar um bom fim de
2718 semana, e aqueles que aqui permanecem, aproveite a noite cuiabana que é uma das melhores do Brasil. Muito
2719 obrigado, uma boa tarde.

2720
2721 **Cláudio Roberto Bertoldo Langone – MMA (Secretário Executivo)**

2722
2723 Nós vamos passar aqui a leitura das propostas apresentadas à mesa. Eu gostaria de informar que em relação a essa
2724 parte de fomento, atividades sustentáveis, foi criado um grupo de trabalho no âmbito do governo, decorrente do
2725 empréstimo programático ambiental que foi realizado no ano passado entre, o Brasil e o Banco Mundial. Foram
2726 criados dois grupos de trabalho envolvendo o Ministério do Meio Ambiente da Fazenda e outros, Planejamento
2727 também, um para discutir instrumentos fiscais e outro para discutir instrumentos tributários aplicados a
2728 sustentabilidade. Esses dois grupos de trabalho, eles geraram uma série de propostas, a Ministra falou hoje no seu
2729 discurso de abertura de algumas delas. Sob a coordenação do Secretário Gilnei Viana, que infelizmente não está
2730 aqui para detalhar essas propostas em função de que teve que sair antes em função de viagem ao exterior, mas já
2731 existe uma série de propostas, então, que já estão apresentadas à Casa Civil e já tem estão em fase de análise
2732 técnica pelo Ministério da fazenda, que participou do GT. E esses trabalhos, inclusive geraram uma publicação que
2733 tem como título "Pacote Verde, Instrumentos Fiscais e Tributários". Uma publicação feita pelo MMA que está
2734 disponível. E também essas informações podem ser acessadas na página do Ministério do Meio Ambiente com
2735 essas sugestões. É um conjunto de medidas legais alguns decretos, outros que seriam leis, enfim. Em torno dessa
2736 questão e que dialogando com essa sugestão que foi feita aqui, deveriam ser considerados e analisados para ver se
2737 eles da forma como foram elaborados respondem ou precisam ser suplementados por outros instrumentos, porque
2738 temos uma compreensão de que essa questão que envolve financiamento ela é muito importante, assim como
2739 componente de ciência e tecnologia. Quero referir inclusive aqui que recentemente o IAG, que é o grupo assessor do
2740 PPG7 do programa de proteção às florestas tropicais brasileiras concluiu seu relatório, apresentou seu relatório a
2741 Ministra e que esse ano foi focado na questão de fomento e política científica e tecnológica. E ontem inclusive
2742 estivemos aqui, numa reunião com o reitor da Universidade Federal do Mato Grosso, que está apresentando com
2743 base na referência do... Esteve presente conosco aqui na abertura e com base na referência do trabalho do relatório
2744 do IAG, está apresentando uma proposta objetiva para que a UFMT, que tem um campus em Sinop, sedie um pólo

2745 científico e tecnológico voltado para essa questão da ciência e tecnologia, para o desenvolvimento sustentável na
2746 Amazônia. E nos próximos dias a UFMT, vai formalizar essa proposta ao Governo Federal através da MMA; mas, o
2747 relatório do IAG, que também pode ser acessado na página do Ministério, ele dá indicações muito importantes sobre
2748 essa parte de fomento, uma análise do fomento atual das atividades na Amazônia e de possibilidades nós que
2749 poderíamos ter e também sobre a política científica e tecnológica. Eu vou passar ao Dr. Nilo, para proceder à leitura
2750 das sugestões que foram aqui apresentadas. Nós vamos checar, aparentemente elas são sugestões consensuais,
2751 que tinham um amplo consenso na reunião. A partir dessa leitura nós vamos checar se temos mais alguma
2752 agregação que a mesa deixou de incorporar e então, passaremos ao encaminhamento das recomendações dessa
2753 reunião.

2754
2755 **Nilo Sérgio de Melo Diniz – Diretor CONAMA**
2756

2757 É... Bom, resumidamente o que nós conseguimos anotar aqui foram basicamente quatro sugestões: a gente pediria
2758 até a atenção dos conselheiros, que fizeram encaminhamentos para confirmar se é isso mesmo ou não. As duas
2759 primeiras sugestões vieram do documento apresentado pelo GT do fórum brasileiro, o GT de florestas. O primeiro: é
2760 a criação de um grupo de trabalho no âmbito da Câmara Técnica de Economia e Meio ambiente, que trataria do tema
2761 da sustentabilidade dos incentivos para a agropecuária na Amazônia, essa foi uma proposta e uma sugestão de
2762 encaminhamento. A segunda sugestão, também do mesmo documento GT de florestas: É da criação de um grupo de
2763 trabalho de acompanhamento do plano de prevenção e combate ao desmatamento no âmbito do CONAMA, que teria
2764 a função de acompanhar as ações do plano. Depois nós temos mais duas sugestões, foram feitas pela conselheira
2765 do DIC, Fernanda. Primeira: é Relativa ao acompanhamento do mercado de produtos certificados, desenvolvimento
2766 no mercado de produtos certificados e a segunda: segunda proposta a criação de um Fundo Nacional de Combate
2767 ao Desmatamento. É isso? Aqui inclusive ponderando com o Langone, acho que a proposta do... Essa idéia do
2768 Fundo Nacional de Combate ao Desmatamento nós consultaríamos a conselheira do DIC, se não poderia ser já uma
2769 matéria a ser apreciada no âmbito (?) Grupo de Trabalho de acompanhamento do plano, que poderia aprofundar
2770 melhor, fazer uma análise inclusive (?) DIC também que é importante, Casa Civil, Ministério da Fazenda, MCT,
2771 então, acho que poderia ser uma maneira de encaminhar essa sugestão. E quanto ao desenvolvimento de um
2772 mercado de produtos certificados, a gente avalia que a própria Câmara de Economia e Meio Ambiente, a Câmara
2773 Técnica de Economia e Meio Ambiente do CONAMA, também poderia abraçar essa análise dessa proposta do ponto
2774 de vista até, talvez, de resolução, em termos de resolução.

2775
2776 **Fernanda Bocorny Messias - Ministério – Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**
2777

2778 Não sei se é o caso de colocar isso na análise de uma Câmara pelo seguinte: porque há uma política de governo de
2779 fato para o desenvolvimento do mercado internacional, ou seja, para exportação de produtos com alto valor agregado
2780 e a gente está falando, produto certificado são produtos de alto valor agregado é uma questão de focar isso, ou seja,
2781 de identificar mercados internacionais e parceiros internacionais que possam estar inicialmente interessados nesse
2782 tipo de produto para que a gente possa estar trabalhando internamente o desenvolvimento da indústria para atender
2783 esse mercado. Porque daí você não vai chegar e falar para o cara: “Poxa! Olha, corta essa madeira, maneja e tal”.
2784 Quer dizer, é muito bacana você chegar para nós aqui isso é claro, agora, para o cara que está lá, não sei se me
2785 entende, cortando a madeira para mandar lá para São Paulo, para uma indústria legal, o que vai fazer esse cara não
2786 mandar para lá e manejar a floresta? Que isso tenha um valor que compense a ele. Então, a proposta, ela está no
2787 sentido de fazer uma recomendação ao próprio (?) DIC, no caso a Secretaria de Comércio Exterior, o CONAMA fazer
2788 essa recomendação para identificar e desenvolver os mercados de produtos certificados, ou seja, direcionar as
2789 exportações brasileiras para esse tipo de produto. É nesse sentido.

2790
2791 **Nilo Sérgio de Melo Diniz – Diretor CONAMA**
2792

2793 Ok está compreendido. Então são 3 sugestões, sendo que a sugestão do fundo... 4 sugestões, o fundo a gente
2794 encaminhando para eventualmente se for aceita a idéia do grupo do acompanhamento do plano no âmbito do
2795 CONAMA. O Conselheiro André quer fazer um esclarecimento.

2796
2797 **André Rodolfo Lima - ISA**
2798

2799 Não, aqui tinha uma outra proposição que eu disse que havia constado, inclusive o doutor Sebastião e o Flávio
2800 Montiel, é da Câmara Técnica de assuntos jurídicos iniciar um processo de revisão desses procedimentos de

2801 execução, tramitação, deixa eu ver como é que está a redação exata aqui: mecanismo de aplicação, cobrança,
2802 execução das multas, infrações para garantir eficácia e eficiência. Então essa recomendação é que a Câmara de
2803 Assuntos Jurídicos, inclusive tenha competência para julgar infrações Administrativas no âmbito do CONAMA como
2804 órgão recursal pudesse fazer uma revisão disso com base em dados concretos, como é que está o procedimento,
2805 quais são os gargalos e tal para a agilização desse mecanismo.

2806
2807 **Nilo Sérgio de Melo Diniz – Diretor CONAMA**

2808
2809 Ainda mais algum encaminhamento? Alguma sugestão?

2810
2811 **Sérgio Anibal**

2812
2813 Eu acho que eu falei um pouco de forma genérica e realmente tem o documento e tem essa intenção das prefeituras
2814 e dos municípios participarem mais. E essa coisa da capacitação de todo mundo, eu acho que a gente é importante.
2815 Mas a lógica era de encaminhar realmente os procedimentos, inclusive de dados que os Estados já tem, então os
2816 Estados já tem plano de zoneamento, ecológico, econômico tem tudo, mas os municípios não ficam sabendo. E os
2817 municípios por... Tem na lei orgânica porque na verdade no pacto federativo quem na verdade é o principal
2818 responsável pelo território, inclusive a outorga territorial e tal, é muito importante que eles estejam integrados e que
2819 leiam... A maioria dos municípios, isso inclusive foi uma análise que o IBGE já fez, está para lançar um estudo que
2820 eles fizeram de avaliação por questionário do compromisso dos municípios com a questão ambiental. Então eu acho
2821 que é muito importante já que essa coisa(?) a gente tem falado isso, mas fica muito no âmbito do governo federal, eu
2822 sou da Universidade Federal do Rio de Janeiro também, a gente tem contato com muitas prefeituras e às vezes, até
2823 para vocês terem uma idéia, até a prefeitura do Rio de Janeiro que teoricamente é uma prefeitura inteligente ou
2824 teoricamente deveria ser que valoriza a questão ambiental com valores, inclusive intangíveis da beleza do Rio, o
2825 Secretário às vezes não conhece direito os aspectos da lei orgânica com relação à política de meio ambiente que
2826 está escrito na lei orgânica. Então eu acho que esse reforço aí é um reforço inclusive de congregar a parte da rede
2827 de educação ambiental, porque na lógica, eu acho que aqui uma das características... Ontem o que mais me
2828 impressionou no Secretário aqui do meio ambiente foi ele ter dito que ele estava... Que ele tinha tido uma enorme
2829 satisfação de ter participado do sistema SUS. E na verdade a se a gente for ver, o sistema SUS é um sistema
2830 enorme, complexo que tem mil falhas, mas efetivamente é uma repartição de responsabilidade onde você tem o
2831 cidadão cada vez mais bem atendido, mas quando o cidadão compreende que cada uma das etapas do governo tem
2832 a sua responsabilidade. E aí eu acho que a gente está caminhando na verdade numa lógica tripartite paritária de
2833 criar um sistema único ambiental. E que isso pode ser reforçado, na área, por exemplo, da educação ambiental, sem
2834 dúvida alguma a gente tem esferas em níveis de educação ambiental para cada uma das etapas e cada uma... Do
2835 nível do próprio educacional e da própria relação que cada tem que ter com o seu meio ambiente, problema, por
2836 exemplo, de saneamento é um problema basicamente municipal. Então eu acho que só para reforçar talvez esse
2837 critério de passar informações e delimitar pelo município a questão dos zoneamentos e dos levantamentos todos.

2838
2839 **Nilo Sérgio de Melo Diniz – Diretor CONAMA**

2840
2841 Ok. Obrigado conselheiro. Só uma sugestão que a mesa faz Conselheiro Sérgio, se o senhor pudesse sucintamente
2842 fazer essa recomendação por escrito, eu acredito se o Plenário estiver de acordo à essa reunião do CONAMA
2843 recomenda nos termos que o senhor está apresentando. O Sérgio Guimarães também está pedindo um
2844 esclarecimento, o Walmir e a Edi.

2845
2846 **Sérgio Henrique Fonseca Guimarães Carvalho - ICV**

2847
2848 É só uma proposta que foi colocada aqui: é que esse trabalho, desse Grupo de Trabalho na Câmara Técnica de
2849 Economia e Meio Ambiente tem início com um seminário a respeito do tema que possa inclusive acolher várias
2850 iniciativas anteriores como a própria que o Secretário Langone já colocou dos trabalhos realizados e que possa
2851 trazer vários especialistas para apresentações do tema.

2852
2853 **Nilo Sérgio de Melo Diniz – Diretor CONAMA:**

2854
2855 Ok. Walmir.

2856

2857 **Walmir Pereira do Carmo – GRAMA Nordeste**

2858

2859 O Nilo não falou aqui: eu também sugeri que esse plano fosse levado para outros Estados, outros biomas, aliás,
2860 mata atlântica, caatinga, pantanal, cerrado e eu não vi você abordando isso. E também que essa reunião fosse feita
2861 em outros Estados, em outras regiões para que os Governadores também pudessem apresentar seus trabalhos de
2862 prevenção ao desmatamento. O Rodrigo até reforçou isso na fala dele. Obrigado.

2863

2864 **Nilo Sérgio de Melo Diniz – Diretor CONAMA**

2865

2866 Conselheiro Walmir pediria também que se você pudesse colocar em poucas palavras essa recomendação, também
2867 para que saísse com a recomendação aqui dessa Plenária a Conselheira Edi.

2868

2869 **Edi Xavier Fonseca – AGAPAN – Região Sul**

2870

2871 Então é só para ver se de fato eu entendi bem: Que o representante do governo respondeu que o Brasil não exporta
2872 madeiras em tora, isso é certo, líquido e certo? O segundo questionamento seria que falasse também em relação
2873 que existe um controle da soja tradicional no bioma amazônico. Pelo o que eu entendi na sua fala, então não existe
2874 um controle da plantação e o cultivo da soja transgênica nesse bioma? Pelo menos não ficou claro

2875

2876 **Marco Antonio Sperb Leite - CEBRAC**

2877

2878 Dentro do que o decreto antes e a lei hoje estabelece, ela é focada em cima da fiscalização conforme esses
2879 instrumentos legais prevêm. A atividade de produção em si da soja comum não há a questão da fiscalização. Você
2880 é autor, eventualmente num desmatamento ilegal feito eventualmente com a expansão da área plantada da soja.
2881 Mas não em cima da produção da soja. E a nossa maior preocupação, inclusive isso foi objeto de um curso feito no
2882 final do ano passado, pela primeira vez nós capacitamos 48 técnicos do IBAMA, analistas do IBAMA, da FUNAI, do
2883 Ministério da Agricultura para a fiscalização da soja transgênica, isso realmente não exista até então. E a
2884 preocupação nossa principal é de você não permitir que haja a mistura no silos que é esse momento da mistura para
2885 nós é tão importante quanto a questão da fiscalização dentro daquelas áreas em torno de unidades de conservação,
2886 terras indígenas, insetos(?) conforme prevê a legislação.

2887

2888 **Nilo Sérgio de Melo Diniz – Diretor CONAMA**

2889

2890 Apenas mais uma solicitação também aqui uma recomendação que na verdade não é exatamente uma proposta,
2891 mas foi entregue aqui pelo Conselheiro José Miguel da Silva da região Sudeste da APEDEMA do Rio que é que os
2892 Estados que fizeram as apresentações aqui, os 7 Estados que apresentam informações dado sobre a situação do
2893 desmatamento e controle do desmatamento nos Estados, que eles disponibilizem as informações que foram
2894 apresentadas à Câmara Técnica de unidade de conservação e demais áreas protegidas. Então como alguns Estados
2895 já se retiraram Miguel, nós vamos anotar a sugestão e nós vamos anotar e solicitar àqueles Estados que já estão
2896 aqui presentes que possam passar uma cópia para o Conselheiro da apresentação, a gente resolve, mas nós vamos
2897 de qualquer forma pela Secretaria do CONAMA solicitar a todos que encaminhe para o Presidente da Câmara
2898 Técnica esses dados. Ok?

2899

2900 **Nilo Sérgio de Melo Diniz – Diretor CONAMA**

2901

2902 Mário ficou tudo gravado aí no computador? Então está gravado aqui está resolvido, a gente... Como é que faz?
2903 Podemos encaminhar as propostas, quer encaminhar para? Muito bem, então nós temos sete propostas que eu vou
2904 resumidamente relembra ao Plenário para ver se algum Conselheiro tem alguma questão contrária a qualquer uma
2905 dessas recomendações. A primeira é que a Câmara Técnica de Economia e Meio Ambiente do CONAMA estabeleça
2906 um Grupo de Trabalho que analise a sustentabilidade dos incentivos da agropecuária. Que esse grupo de trabalho
2907 inicie as suas atividade com um seminário sobre o tema convidando especialistas, essa é a primeira proposta. A
2908 segunda proposta eu pergunto se sobre essa primeira proposta há alguma... Algum Conselheiro que tenha posição
2909 contrária, que acredita que o CONAMA não deva encaminhar esta sugestão? Não. A segunda proposta... Bom então
2910 consideramos aprovada essa proposta. A segunda proposta diz respeito ao estabelecimento também de um Grupo
2911 de Trabalho: que nós teríamos que analisar na secretaria se esse Grupo de Trabalho estaria ligado à Câmara
2912 Técnica de florestas ou se a Câmara Técnica de Gestão Territorial e Biomas. A gente analisaria a pertinência da

2913 localização desse Grupo de Trabalho. Mas enfim, a segunda proposta é a criação de um Grupo de Trabalho que irá
2914 acompanhar o plano, a implementação do plano de prevenção e combate ao desmatamento na Amazônia. A Mesa
2915 pergunta se algum Conselheiro tem alguma posição contrária a essa iniciativa por parte do CONAMA? Então está
2916 aprovada. A terceira é uma recomendação ao Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio no sentido de que
2917 se identifique e se desenvolva o mercado de produtos certificados, naturalmente que nós vamos colher com a
2918 conselheira do MEDIC(?) a orientação sobre os termos mais adequados para essa recomendação, certo? Até
2919 solicitamos se ela já puder nos fazer uma pequena redação, isso já adianta o nosso trabalho. Perguntamos se os
2920 conselheiros estão de acordo, se alguém é contrário a essa iniciativa, a essa proposta? Também aprovada. A
2921 proposta número quatro, que é uma análise por parte do Grupo de Trabalho do próprio plano, de acompanhamento
2922 do plano sobre a idéia apresentada de criação de um Fundo Nacional de Combate ao Desmatamento, então seria
2923 pauta, seria um tema para a pauta desse Grupo de Trabalho. Eu Pergunto se algum Conselheiro é contrário? Não,
2924 então está aprovado também. A quinta proposta da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos conforme o item cinco do
2925 Grupo de Trabalho de Florestas relativo a revisão na questão sobre multas. Eu pergunto se o Plenário, alguém do
2926 Plenário é contrário a essa iniciativa? Se ninguém é contrário está aprovado também. A sexta é uma recomendação
2927 feita pelo Conselheiro Sérgio Aníbal, que diz respeito a estruturar um Sistema de Integração da Responsabilidade
2928 Municipal para o desenvolvimento sustentável e incorporando os dados e sistemas de controle de cada Estado nos
2929 seus municípios. Uma recomendação também que o CONAMA faz aos governos estaduais e aos municípios.
2930 Naturalmente também sendo encaminhada a ABEMA(?) a ANAMA. Eu pergunto se algum Conselheiro é contrário a
2931 essa recomendação? Então está aprovada. Finalmente, a proposta apresentada pelo Conselheiro Walmir: de que se
2932 recomende... Uma recomendação do CONAMA que eu também pedi para que fizesse aí um texto fundamentando a
2933 proposta. Que o CONAMA recomende a realização também de planos. A exemplo do plano de Prevenção e Controle
2934 do Desmatamento da Amazônia, também relativo a outros biomas como a caatinga, pantanal e cerrado. E com
2935 acompanhamento também, da mesma forma como foi feito aqui por parte do CONAMA. É isso? Algum Conselheiro é
2936 contrário a essa proposta? Então está aprovada. E com isso estão aprovadas as propostas apresentadas. Já tem
2937 aqui inclusive o texto que o Grama apresentou nos temas que eu já falei. Devolvo a palavra aqui ao Secretário
2938 Executivo para os demais encaminhamentos.
2939

2940 **Cláudio Roberto Bertoldo Langone – MMA (Secretário Executivo)**
2941

2942 Nós vamos a sessão de informes agora. Vamos proceder à leitura de uma moção que foi apresentada nessa reunião
2943 e será apreciada na próxima reunião Plenária. Foi apresentada pelo Conselheiro Rodrigo Agostinho e subscrita por
2944 uma série de outros conselheiros. A moção diz o seguinte: o Conselho Nacional do Meio Ambiente nos das
2945 competências que lhe são conferidas pela lei 6938 de 31 de agosto de 1981 regulamentada pelo decreto 99274 de 6
2946 de junho de 1990 e tendo em vista o disposto do seu regimento interno da nexo portaria número 499, 18 de
2947 dezembro de 2002, considera: o pantanal foi reconhecido como reserva da biosfera mundial pela Organização das
2948 Nações Unidas para educação, ciência e cultura, UNESCO no dia 9 de novembro de 2000. A proposta foi
2949 apresentada pelo Ministério do Meio Ambiente, MMA, e aprovada pela Comissão Internacional do Programa: “O
2950 homem e a Biosfera em Paris”. O título permite a implementação de mais ações do governo e da sociedade para a
2951 conservação ambiental e promoção do desenvolvimento sustentável na região. Também Considerado como
2952 patrimônio natural da humanidade em 29 de dezembro de 2000. Considerando que são áreas de preservação
2953 permanentes: as florestas e demais formas de vegetação situadas ao longo dos rios ou de qualquer curso d’ água às
2954 nascentes mananciais, segundo a lei federal 4771 de 15 de setembro de 1965. A resolução 313, 20 de março de
2955 2002. Do Conselho Nacional do Meio Ambiente, CONAMA. A Constituição do Estado de São Paulo em seu artigo
2956 233 e a Constituição do Estado do Rio de Janeiro em seu artigo 265, inciso três. Considerando que a bacia do alto
2957 Paraguai, o pantanal sul-mato-grossense e o cerrado nativo são espaços territoriais especialmente protegidos e sua
2958 utilização far-se-á na forma de lei, dependendo de prévia autorização e dentro de condições que assegurem a
2959 preservação do meio ambiente. Considerando que o pantanal sul-mato-grossense é declarado como área de
2960 relevante interesse ecológico cuja utilização dependerá de prévia autorização dos órgãos competentes, preservado
2961 seus atributos essenciais. Considerando que o Estado deverá promover o inventário, o mapeamento, o
2962 monitoramento das coberturas vegetais nativas e de seus recursos hídricos para a adoção de medidas especiais de
2963 proteção. Considerando os índices de poluição agroindustrial e orgânica da bacia do alto Paraguai, o desmatamento
2964 indiscriminado das margens dos seus rios e as queimadas evidenciadas por (?) da EMBRAPA, Pantanal disponíveis
2965 no site: www.cpapembrapa.br e vinculadas no meio de comunicação regional e nacional. Considerando-se que cerca
2966 de 2 milhões e 800 mil pessoas são beneficiadas com o abastecimento de água oriundo da bacia do alto Paraguai
2967 resolve: aprovar moção a ser encaminhada dos excelentíssimos senhores: Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da
2968 República, José Orcílio Miranda dos Santos, Governador do Estado do Mato Grosso do Sul, Marina Silva, Ministra do

2969 Meio Ambiente, Conselho Nacional de Recursos Hídricos, CNRH e Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul:
2970 solicitando estudos de avaliação de impacto ambiental de médio e longo prazo realizado na região pretendida a
2971 instalação das usinas para balizar o debate a respeito da mudança da lei devido aos diversos riscos ambientais que
2972 a instalação dessas usinas de álcool no pantanal trará a bacia pantaneira como ameaça de contaminação dos
2973 afloramentos do acocho(?) guarani na região. Pois ainda não existem estudos técnicos, científicos suficientes para
2974 aprovação de tal projeto que altera a lei estadual 328/82 que proíbe hoje a instalação de usinas de álcool na bacia
2975 pantaneira do Estado de Mato Grosso do sul. Em detrimento de políticas públicas desenvolvimentistas que não tem
2976 consideração com os recursos naturais, suas potencialidades características, nem com o desenvolvimento local
2977 integrado e sustentável. Lembramos que o Estado de Mato Grosso do Sul tem mais de 52% de seu território
2978 localizado na bacia do Paraná disponível para a instalação dessa atividade. Conselheiro Rodrigo Agostinho mais o
2979 número regimental de assinaturas necessárias para a moção. Essa moção então entra em pauta na próxima reunião
2980 do Conselho. Passamos agora aos informes.

2981
2982 **Cláudio Roberto Bertoldo Langone – MMA (Secretário Executivo)**

2983
2984 Passo então para os informes, para o Conselheiro Helder, Ministério de Minas e Energia.

2985
2986 **Helder Declaves- Ministério de Minas e Energia**

2987
2988 Senhor Secretário boa tarde, boa tarde a todos. O Ministério de Minas e Energia muito preocupado com essa relação
2989 entre o controle ambiental e a mineração. E junto Com a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio
2990 Ambiente irão promover no dia 15 de 16 de setembro agora um *workshop* sobre a mineração e o controle ambiental.
2991 Esse *workshop* tem o objetivo de estreitar as relações entre os órgãos distritos do Departamento Nacional de
2992 Produção Mineral situado nos Estados junto com aqueles órgãos estaduais de controle ambiental. É uma troca de
2993 informações e que pela experiência que eu tenho, nunca vi acontecer isso. São experiências que os Estados estão
2994 tendo nessa relação positiva entre o órgão de controle ambiental e o órgão também do controle da atividade
2995 mineraria no país. Portanto, eu queria trazer essa informação e aproveitando a oportunidade, eu solicitaria também,
2996 principalmente ao Dr. Nilo que essa data seja preservada a esse seminário e que não marque àquelas consultas
2997 públicas relativas à resolução do CONAMA que trata de APP, porque viria coincidir. Se nós temos já a confirmação
2998 de todos os distritos do DNPM nesta reunião e aproximadamente 20 Estados que estarão presentes nessa reunião.
2999 Esse seria, essa informe, o primeiro. E o segundo é mais um alerta e mais uma... Vamos chamar mais uma atenção:
3000 que na semana passada foi aprovado um PL... O local será em Brasília, desculpe, em Brasília e a data é 15,16. É um
3001 seminário... Me desculpe os outros segmentos aqui do CONAMA, mas é um seminário institucional entre os órgãos
3002 de controle ambiental e os distritos, o DNPM. Vai ser um assunto, uma aproximação entre os outros órgãos para nós
3003 trabalharmos bem quais são as necessidades e quais são as dificuldades que nós estamos tendo em cima do
3004 controle ambiental da mineração no país. Isso no mês de setembro, 15 e 16 de setembro próximo agora. Os convites
3005 já foram feitos e foi um acordo feito entre nós do Ministério de Minas e Energia e a Associação Brasileira das
3006 Entidades Estaduais de Meio Ambiente, a ABEMA. Um outro assunto é que na semana passada foi aprovado um PL
3007 na qual eu não me lembro o nome, mas é um PL até... O nome dele é muito bonito, PL do bem, a Medida Provisória
3008 desculpe, Medida Provisória do bem e que ela se transformou na Medida Provisória da câmara número 62, no seu
3009 artigo 90 no qual não estava previsto antes, ele entrou como um adendo, foi aprovado em que caberá ao CONAMA,
3010 a análise, a aprovação de metodologia relativa a compensação ambiental. E eu chamo atenção dos senhores sobre
3011 esse assunto que traz mais uma responsabilidade ao CONAMA para discutir esse assunto. Então eu gostaria de
3012 chamar atenção sobre isso. Ele está inclusive em discussão hoje no Senado. Então é um assunto que nos afeta
3013 diretamente e eu gostaria que fosse feito uma análise aqui pelos conselheiros, inclusive, pela Secretaria Executiva do
3014 CONAMA. Esses são os informes, obrigado pela oportunidade.

3015
3016 **Cláudio Roberto Bertoldo Langone – MMA (Secretário Executivo)**

3017
3018 Obrigado Helder. Vou passar para a Secretaria Executiva do CONAMA para os seus informes, depois temos a
3019 inscrição da conselheira Edi.

3020
3021 **Nilo Sérgio de Melo Diniz – Diretor CONAMA**

3022
3023 Bem rapidamente, nós temos quatro informações importantes aqui que precisamos passar ainda para os senhores
3024 conselheiros e demais convidados. A primeira é a seguinte: a próxima Plenária Ordinária, a 79ª Plenária do

3025 CONAMA, ficou acertado hoje aqui com os membros do CIPAM durante o almoço, já confirmado também através de
3026 iniciativa da Secretaria junto ao Gabinete da Ministra e do Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, a
3027 Plenária será adiada de 13 e 14 de setembro para 18 e 19 de outubro, certo? E a pauta dessa Plenária deverá
3028 prever a discussão sobre e votação APP, na medida em que até lá serão feitas as oitivas, as reuniões públicas nas
3029 cinco regiões do país sobre as emendas apresentadas ao texto base. Sistematizadas essas audiências, essas
3030 reuniões públicas serão apresentadas na Plenária de 18 e 19, além disso, também esperamos ter mais dois temas
3031 na pauta, que são a resolução sobre uso de lodo de esgoto e uma recomendação sobre os centros de educação
3032 ambiental. Esse é o primeiro informe então. Pedimos que os conselheiros anotem na agenda para que 18 e 19 de
3033 outubro a gente não tenha dificuldade no momento de convidar os senhores para a Plenária. O segundo informe é
3034 relativo à Conferência Nacional do Meio Ambiente. Então nós estamos aqui hoje recebendo inclusive o coordenador
3035 da conferência Nacional de Meio Ambiente, que é o Pedro Ivo Batista, assessor especial da Ministra Marina Silva,
3036 que está acompanhando essa Plenária, e ele nos lembra que na Plenária passada os conselheiros tinham ficado de
3037 indicar um representante do CONAMA para integrar a Comissão Organizadora Nacional da Conferência. Embora o
3038 Plenário hoje esteja vazio, nós gostaríamos de saber se algum Conselheiro ainda aqui presente, voluntariamente, por
3039 livre e espontânea “pressão” aceita contribuir para a Conferência na Comissão Organizadora Nacional representando
3040 formalmente o Conselho nacional do meio Ambiente. Então esse Conselheiro virá trazer informes... Bem, nós
3041 perguntamos se entre os conselheiros aqui presentes – nós demos um prazo na Plenária passada para que entre os
3042 membros do CIPAM houvesse alguém que se voluntariasse, demos prazo e nós não recebemos indicação até o
3043 momento - então, como apelo quase final que a gente faz é saber se aqui entre os conselheiros... Conselheiro José
3044 Miguel? Está se disponibilizando? Bom, então eu pergunto aos demais conselheiros se alguém é contrário ou se
3045 outra pessoa se candidata também a representar o CONAMA na Comissão Organizadora Nacional da Conferência?
3046 Walmir? Eu posso sugerir que um seja titular e outro suplente? Porque nós vamos precisar de um titular e um
3047 suplente. Então nós definimos posteriormente a titularidade e a suplência, ok? Bom, resolvida essa questão, o outro
3048 informe é a respeito do “Prêmio Chico Mendes”. O Ministério do Meio Ambiente está lançando hoje, exatamente hoje,
3049 o “Prêmio Chico Mendes 2005”, que todos os senhores já conhecem, tem por finalidade valorizar os trabalhos
3050 realizados e desenvolvidos em prol da conservação do meio ambiente, da Amazônia nas seguintes categorias, são
3051 seis categorias. Eu peço atenção dos conselheiros que é muito importante em função do tema que nós debatemos
3052 aqui hoje, está na tela inclusive, eu peço que passe o ponto seguinte que é o item que fala das categorias. O prêmio
3053 tem como categorias: a liderança individual; associação comunitária; organização não governamental; negócios
3054 sustentáveis; ciência e tecnologia e arte e cultura. O prêmio, primeiro lugar para cada uma dessas seis categorias é
3055 de R\$ 20 mil, além de um diploma honorífico, somando um total de R\$ 120 mil em prêmios distribuídos. As inscrições
3056 - importante para aquelas instituições entidades e, enfim, conselheiros que queiram fazer indicações – as inscrições
3057 serão gratuitas e devem ser efetuadas no período de 1º. de setembro a 11 de novembro. Portanto, nós já estamos
3058 em pleno período de inscrição. Esse é então o “Prêmio Chico Mendes”. O último informe é da Secretaria do
3059 Patrimônio da União que realizará o seminário “Nossa Várzea, regularizar para o desenvolvimento sustentável”. Que
3060 acontecerá em dois períodos: em Belém dias 20 e 21 de setembro próximo e em Santarém 27 e 28 de setembro. As
3061 informações podem ser obtidas na Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento. E esse
3062 seminário tem como finalidade buscar uma forma mais eficaz de regularização permitindo a perfeita fiscalização dos
3063 segmentos e a normalização das atividades produtivas, notadamente das populações tradicionais instaladas nessas
3064 áreas de várzea, não só na Amazônia, mas em todo país. Especialmente na Amazônia. Então, mais informações nós
3065 pedimos que os interessados procurem o serviço de patrimônio da União. Muito obrigado.

3066
3067 **Cláudio Roberto Bertoldo Langone – MMA (Secretário Executivo)**

3068
3069 Obrigado. Conselheira Edi.

3070
3071 **Edi Xavier Fonseca – AGAPAN – Região Sul**

3072
3073 Eu gostaria de convidá-los para um evento que vai acontecer em Porto Alegre, nos dias 8 a 10 de setembro sobre: II
3074 Fórum de Impactos das Hidrelétricas na Bacia do Rio Uruguai, que vai acontecer na Faculdade de Direito da
3075 Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, no qual vão participar representantes dos diversos
3076 segmentos, tanto da sociedade civil como das diferentes esferas de governo federal, estadual e municipal. Esse
3077 evento está disponível para inscrição, que são gratuitas, pela internet e é promovido por duas ONGs ambientalistas
3078 de Porto Alegre o INGA e o NAT. A inscrição pode ser feita através do site do Núcleo Amigos da Terra Brasil, que é
3079 www.natbrasil.org.br.

3080

3081 **Cláudio Roberto Bertoldo Langone – MMA (Secretário Executivo)**

3082
3083 Consulto se temos mais alguma inscrição para informes. Não havendo inscrição para informes, Conselheiro André
3084 tem a palavra.

3085
3086 **André Rodolfo Lima – ISA**

3087
3088 Eu queria só perguntar. Eu acho que o Helder deu a informação sobre uma Medida Provisória do Bem, que trata da
3089 compensação ambiental... - Não? Essa compensação que se trata é da compensação ambiental?... Eu queria
3090 entender isso, porque... As medidas provisórias do Bem... sobre matéria ambiental... é sempre...

3091
3092 **Cláudio Roberto Bertoldo Langone – MMA (Secretário Executivo)**

3093
3094 Foi estabelecido, Conselheiro André, uma Emenda no âmbito da Câmara, foi incorporada a chamada MP do Bem,
3095 uma emenda, por um Deputado, estabelecendo que a normatização da metodologia deveria ser feita pelo CONAMA.
3096 Agora a matéria seguiu para o Senado e está em apreciação no Senado, então não tem ainda uma definição final se
3097 vai permanecer o texto que veio da Câmara ou não. Mas é sobre a compensação ambiental. Foi um assunto que
3098 entrou meio de contrabando, digamos, na MP do Bem porque o termo da compensação ambiental não estava no
3099 texto original, mas entrou na forma de Emenda. Conselheiro Sperb.

3100
3101 **Marco Antonio Sperb Leite - CEBRAC**

3102
3103 O Brasil aguarda, há cerca de 20 anos, a lei que faz o marco legal ou marco regulatório do saneamento básico. O
3104 Governo Federal apresentou um projeto de lei, Ministério das Cidades, em forma de regime de urgência. Esse
3105 regime de urgência foi retirado. Entretanto, foi feito um acordo em que o relator desse anteprojeto de lei, projeto
3106 agora, ele tentasse fazer audiências públicas no mês de agosto. Então no mês de agosto nos dias 20, 21, 22 e 23
3107 em Brasília teremos uma série de audiências em relação ao projeto de lei de saneamento básico ou do marco
3108 regulatório do saneamento no Brasil, na Câmara dos Deputados.

3109
3110 **Cláudio Roberto Bertoldo Langone – MMA (Secretário Executivo)**

3111
3112 Obrigado. Mais algum informe? Vou tomar a liberdade de sugerir que, face ao adiantar da hora, nós não tenhamos
3113 tribuna livre na sessão de hoje. Ok? Estamos de acordo? Muito bem. Então, quero só registrar, no encerramento
3114 dessa reunião, primeiro um profundo agradecimento ao apoio indispensável que o Governo do Mato Grosso nos deu
3115 para a realização da reunião, principalmente nas questões estruturais. Quero agradecer então ao Secretário Marcos
3116 Machado que está aqui no encerramento da nossa reunião assim como outros membros do Governo do Estado Mato
3117 Grosso e quero registrar mais uma vez a importância histórica dessa reunião pela simbologia política contida nela,
3118 pelos indicadores anunciados aqui, pela reunião do Governo Federal e dos governos estaduais apresentando a esse
3119 Conselho as suas ações em relação ao desmatamento da Amazônia e, sobretudo porque esta reunião renova um
3120 pacto das principais lideranças do setor junto à sociedade brasileira no sentido de perseguir efetivamente uma
3121 redução consistente do desmatamento na Amazônia e uma nova agenda de desenvolvimento para a região. Muito
3122 obrigado pela presença de todos. Está encerrada a reunião.

3123
3124
3125 [F I M]

3126
3127
3128 [STENOTYPE BRASIL LTDA.]
3129